

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MARIA JACILENE BENTES DE OLIVEIRA

ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR E MODO
DE VIDA NA COMUNIDADE DE CACHOEIRINHA – RIO
MADEIRA/MANICORÉ-AM

MANAUS-AM
2014

MARIA JACILENE BENTES DE OLIVEIRA

ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR E MODO
DE VIDA NA COMUNIDADE DE CACHOEIRINHA – RIO
MADEIRA/MANICORÉ-AM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia, área de concentração Amazônia: Território e Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz

Manaus
2014

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Oliveira, Maria Jacilene Bentes de

O48o Organização da produção agrícola familiar e modo de vida na comunidade de cachoeirinha – Rio Madeira/Manicoré / Maria Jacilene Bentes de Oliveira. - Manaus, 2014.

149f. il. color.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas.

Orientador: Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz

1. Agropecuária 2. Agricultura familiar 3. Produtividade agrícola
I. Cruz, Manuel de Jesus Masulo da Cruz (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 1997 631.1(811.3)(043.3)

DEDICATÓRIA

A meu pai *Joaquim José de Oliveira Neto*, homem simples, que nasceu, vive e faz parte da história de Cachoeirinha. Ele foi cortador de lenha, seringueiro, agricultor e foi também por muito tempo o “médico” da comunidade, seu conhecimento dado por Deus e pelos vários livros que o acompanhavam em sua jornada, salvou muitas vidas em um lugar distante de qualquer assistência à saúde. Mas, acima de tudo ele foi e é o pai mais maravilhoso que Deus podia me dar. Não foi na escola e nem na universidade que tive os maiores ensinamentos, foi em casa, com a família, com o meu pai!

“Pai és o homem mais importante de minha vida e ao senhor dedico este trabalho”.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria jamais se realizado se não fosse pelo apoio e orientação de meu estimado orientador professor Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz, que com sua dedicação e paciência me guiou na realização desta pesquisa. Obrigada professor pela confiança a mim dedicada e pela oportunidade de desenvolver este trabalho. Agradeço também aos demais professores do Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, em especial as professoras Dra. Amélia Regina Batista Nogueira e Dra. Adorea Rebello da Cunha Albuquerque. Um agradecimento especial ao professor Dr. Ricardo José Batista Nogueira que deu importante contribuição nos primórdios da pesquisa. Ao professor Dr. Almir Azevedo Júnior do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas. A secretária Maria das Graças Luzeiro pela atenção recebida na secretaria do programa e aos meus amigos do mestrado com os quais vivenciei a ansiedade, a preocupação e os desafios na realização do trabalho, em especial ao Jônatas Araújo, Fabiana Santos e Martha Benfica. À Universidade Federal do Amazonas pelo apoio institucional e a CAPES pelo apoio financeiro na realização da pesquisa. Um agradecimento especial à professora Ana Paulina Aguiar Soares da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, amiga e mestre sempre presente na minha vida acadêmica, e a todos os demais professores do curso de Geografia da UEA.

À minha família, em especial a minha querida mãe Maria Bentes de Oliveira, que mesmo doente me apoiava e compreendia minha ausência ao seu lado, sua vida sofrida de dedicação ao trabalho no campo e a criação de seus setes filhos era minha inspiração na realização da pesquisa. “Mãe, obrigada pela vida, pelo amor de mãe, por sua luta na vida e pela vida”. Ao meu pai Joaquim José de Oliveira Neto por todo apoio, sempre me acompanhando nos trabalhos de campo, nas visitas aos roçados, aos seringais, às famílias entrevistadas. Aos meus irmãos: Julles, Mery, Judyci, Joelma, Joaquim e Joelson que em todas as vezes que precisei estavam lá dispostos a ajudar-me. Ao meu cunhado José Flávio que tanto contribuiu com sua disponibilidade em colaborar em cada momento da realização da pesquisa. Às minhas tias e primas que sempre me apoiaram.

A todas as famílias da comunidade em especial as que tive a honra de entrevistá-las. Aos representantes administrativos, Julles Oliveira, Francisco da Silva e Francisco Udson, obrigada pela atenção e pelas informações tão relevantes ao trabalho. Ao senhor

Wilson Soares, diretor da Escola Raimunda Nonata de Oliveira, obrigada pelo apoio nas fotografias. Ao senhor Edvam Carvalho, presidente da igreja e amigo, obrigada por todas as informações e fotografias tão importantes ao trabalho. A amiga Neryjane Carvalho e seu esposo Eliton Freitas por todo apoio na realização das entrevistas e nos dados disponibilizados juntamente com Ronildo Gomes ambos agentes de saúde da comunidade de Cachoeirinha. Aos amigos Rosiney Vaz e Miguel Oliveira pela companhia nos trabalhos de campo. A Raimunda Nonata de Oliveira, grande mulher que carrega em sua história de vida parte da própria história da comunidade de Cachoeirinha, obrigada por todas as informações e a atenção a mim dedicada. À professora Antônia Oliveira Coutinho mestre que me ensinou as primeiras letras e tanto contribuiu na realização deste trabalho, obrigada professora. Aos professores Sebastião José de Oliveira e Madalena Palheta, seus ensinamentos na escola primária em Cachoeirinha me deram estrutura para prosseguir esse caminho. Ao professor Bosco França, suas aulas no ensino médio me mostraram o caminho da Geografia.

Todas as pessoas citadas anteriormente, professores, família, amigos fazem parte da minha vida por que Deus as colocou em meu caminho. Por isso, é a Deus que faço o meu maior agradecimento por tudo que tem feito em minha vida. Obrigada Deus pela oportunidade de realizar este trabalho e pela força que me concedeste ao longo dessa caminhada, sem sua presença em minha vida nada teria se realizado, obrigada!

HINO DA COMUNIDADE DE CACHOEIRINHA

Às margens do rio Madeira, tão bela e formosa estás,
Nossa terra querida que muito orgulho sempre nos traz,
Lutas desde o passado fazendo a nossa história,
De um povo que se orgulha, das conquistas e das vitórias. (bis)

Cachoeirinha ó terra querida,
Lugar que me conquistou,
A ti a nossa homenagem,
Nosso carinho e nosso amor. (bis)

Sonhos de esperanças, de quem aqui vive a sonhar,
Minha vida tem mais sentido quando estou nesse lugar,
Com belas paisagens, uma riqueza sem outra igual,
Nossa flora e nossa fauna é um patrimônio natural. (bis)

Cachoeirinha ó terra querida,
Lugar que me conquistou,
A ti a nossa homenagem,
Nosso carinho e nosso amor. (bis)

Os nossos primitivos deram nome ao nosso chão,
Chama-se Cachoeirinha, terra amada do meu coração,
Foi uma homenagem à forma da natureza,
Que formava ao seu lado uma pequena cachoeira. (bis)

Cachoeirinha ó terra querida,
Lugar que me conquistou,
A ti a nossa homenagem,
Nosso carinho e nosso amor. (bis)

(Letra e música de autoria
da 1º turma do Ensino Fundamental de Cachoeirinha/2002:
*Aldemiro Freitas, Auxiliadora Freitas,
Deina Bentes, Rumerson Bentes,
Jacilene Oliveira, Julles Oliveira,
Francisco da Silva e Francisco Leine,
Jeberson Oliveira e Gisele Silva/Profesora Antônia Coutinho)*

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a comunidade de Cachoeirinha que está localizada à margem esquerda do Rio Madeira no Município de Manicoré/AM. Formada por camponeses históricos, a comunidade teve sua origem em meados do final do século XIX e início de século XX, período de grande mobilidade mercantil no Rio Madeira, especificamente pela exploração da borracha. Logo os acontecimentos que levaram a formação da comunidade fazem parte do contexto histórico mais amplo, ligado ao Município de Manicoré, ao Rio Madeira e a Amazônia em geral. O objetivo da pesquisa é termos uma compreensão do processo da produção agrícola familiar e do modo de vida na comunidade de Cachoeirinha, para isso é necessário compreendê-la tanto internamente como na sua relação com o externo. Nesse sentido apresentamos em um primeiro momento os processos que influenciaram a formação do campesinato no Rio Madeira/Manicoré, para posteriormente compreendermos a formação e organização da produção agrícola familiar e o modo de vida na comunidade, mostrando como se dá o uso da terra pelos camponeses, bem como suas relações com as mudanças sazonais e com o mercado, analisando como os camponeses vivenciaram as transformações ao longo do tempo e como foi sua inserção diante dessas mudanças socioespaciais.

Palavras-chaves: Camponês. Território. Territorialidade. Rio Madeira. Manicoré. Cachoeirinha.

ABSTRACT

The present work has as its object of study Cachoeirinha community which is located on the left bank of the Madeira River in the city of Manicoré/AM. Formed by historical peasants, the community had its origin in the mid nineteenth century and early twentieth century, a period of great commercial mobility in Wood River, specifically the exploitation of rubber. Soon the events that led to the formation of the community are part of the broader historical context on the municipality of Manicoré, the Rio Madeira and Amazon in general. The research objective is to have an understanding of the process of family farming and the way of life in the community Cachoeirinha, it is necessary to understand it both internally and in its relationship with the outside . In this sense we present at first the processes that influenced the formation of the peasantry in the Wood River/Manicoré, to further understand the formation and organization and the family farm and way of life in the community, showing how is the use of land by peasants as well as its relations with the seasonal changes and the market, analyzing how the peasants experienced the changes over time and how was their inclusion on these socio-spatial changes.

Keywords: Peasant. Territory. Territoriality. Madeira River. Cachoeirinha. Manicoré.

LISTA DE FIGURAS

Figura. 01: Mapa de José Gonçalves Fonseca feito em 1747.....	27
Figura. 02: Área de localização da comunidade de Cachoeirinha	40
Figura. 03: Documentos com dados do início de formação de Cachoeirinha	42
Figura. 04: Chegada ao seringal Supiá – Rio Preto, afluente do Rio Madeira	48
Figura. 05: Antigo moedor de cana-de-açúcar no seringal Supiá	49
Figura. 06: Seringal Supiá: explicação da coleta do látex	49
Figura. 07: Nota de relações comerciais realizada em 1981	51
Figura. 08: Localização da comunidade em área de reserva	63
Figura. 09: Modelização da Área Cachoeirinha/Curupati	63
Figura. 10: Encerramento do curso de corte e costura ministrado pelo CETAM	67
Figura. 11: Centro social da comunidade de Cachoeirinha	67
Figura. 12: Posto de Saúde da Comunidade de Cachoeirinha	69
Figura. 13: Casa do agricultor camponês com TV por assinatura	71
Figura. 14: Gráfico sobre os motivos de satisfação em morar na zona rural	72
Figura. 15: Gráfico da População de Cachoeirinha	74
Figura. 16: Gráfico: Destino da Migração dos Camponeses: Masculino e Feminino	76
Figura. 18: Pessoas aguardando a chegada dos parentes	78
Figura. 19: Saída do barco da comunidade com destino a Manaus/Am	79
Figura. 20: Área da comunidade dividida por bairros	81
Figura. 21: Bairro Santo Antônio à direita e Nova Aliança à esquerda, cheia/2014.....	82
Figura. 22: Igarapé que divide os Bairros Nova Aliança e Belmonte, cheia/2014.....	82
Figura. 23: Preparação das barracas feitas pelos homens	85
Figura. 24: Ornamentação do centro social feita pelas mulheres	85
Figura. 25: Palco da 1º Festa dos Agricultores em Cachoeirinha:	86
Figura. 26: Torneio de futebol na Festa do Agricultor	87
Figura. 27: Desfile para escolha da rainha dos agricultores	88
Figura. 28: Festa dançante	88
Figura. 29: Festival Folclórico de Cachoeirinha	89
Figura. 30: Homenagem a produção de melancia	90
Figura. 31: Homenagem ao bacurau, ave representativa do Município de Manicoré	90
Figura. 32: Construção de casa pelos carpinteiros da comunidade	93
Figura. 33: Casa do agricultor camponês	94
Figura. 34: Gráfico dos bens e equipamentos presentes nas casas das famílias	94
Figura. 35: Organização da Comunidade Camponesa de Cachoeirinha, Manicoré/AM.98	
Figura. 36: Localização da comunidade e área de cultivo agrícola na várzea.....	101
Figura. 37: Gráfico dos principais cultivos agrícolas.....	103
Figura. 38: Plantação de banana em áreas de terras baixas	104
Figura. 39: Plantação de banana inundada pelas águas, na enchente de 2013	105
Figura. 40: Troncos de bananeiras para serem plantados quando a água descer	105
Figura. 41: Roçado preparado para o processo da enchente/cheia do rio	107
Figura. 42: Preparação para pulverização do roçado de melancia	107
Figura. 43: Variedades de cultivos produzidos na comunidade de Cachoeirinha	110
Figura. 44: Roçado com variedades de cultivos	110
Figura. 45: Produção de Mandioca em Manicoré e no Amazonas	113
Figura. 46: Roça em área de terra firme	114
Figura. 47: Produção de mandioca e preparação da farinha	114
Figura. 48: Várzea na parte frontal comunidade	116

Figura. 49: Área de várzea utilizada para cultivo agrícola	116
Figura. 50: Documento de Autorização de Uso Sustentável – TAUS	118
Figura. 51: Cota média mensal do Rio Madeira: enchente/cheia e vazante/seca	119
Figura. 52: Processo da enchente do rio e seus impactos	121
Figura. 53: Corte do cacho de banana	122
Figura. 54: Processo de condução do bananal até a canoa	122
Figura. 55: Agricultor camponês transportando banana para comercializar	123
Figura. 56: Retirada do filho de banana para fazer o plantio	124
Figura. 57: Processo do plantio da melancia	124
Figura. 58: Trabalhos desenvolvidos a partir de maio até julho	126
Figura. 59: Colheita da melancia, montes com um total de 10 a 30 frutos cada	127
Figura. 60: Transporte dos frutos utilizando paneiros	127
Figura. 61: Transporte dos frutos em sacos de fibras	128
Figura. 62: Frutos colocados à margem do rio para serem comercializado	128
Figura. 63: Barco chegando no porto do roçado para realizar a compra do fruto	132
Figura. 64: Embarque e limpeza dos frutos	133
Figura. 65: Barco de maior porte que leva a produção agrícola a Manaus	133
Figura. 66: Cachos de banana que serão levados pelo barco a Manaus/AM	134
Figura. 67: Agricultor Camponês antes da venda da banana ao mercado	135
Figura. 68: Fluxograma da circulação comercial da banana	136

LISTA DE SIGLAS

AMAC	Associação dos Moradores Agroextrativistas da Comunidade Cachoeirinha
APRAMAD	Associação dos Produtores Agroextrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Madeira
BASA	Banco da Amazônia S.A.
FAPEAM	Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado do Amazonas
FAS	Fundação Amazonas Sustentável
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM	Instituto Agropecuário Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
IEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ONG	Organização Não-Governamental
PA	Projetos de Assentamentos
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIN	Plano de Integração Nacional
POLAMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do e Nordeste Norte
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SPVEA	Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TAUS	Termo de Autorização de Uso Sustentável
UC	Unidades de Conservação
ZEE/AM	Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amazonas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPITULO 1.....	17
AS BASES TEÓRICAS E A CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPESINATO NO RIO MADEIRA.....	17
1.1 As Bases Teóricas da Pesquisa.....	17
1.2 A Formação do Campesinato no Rio Madeira.....	24
1.3 O Campesinato no Rio Madeira e as Transformações Socioespaciais.....	33
CAPITULO 2.....	40
FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE AGRÍCOLA DE CACHOEIRINHA.....	40
2.1 O Contexto Histórico da Formação da Comunidade.....	40
2.2 As Transformações Socioespaciais e o Modo de Vida na Comunidade.....	46
2.3 Aspectos Organizacionais da Comunidade.....	74
CAPITULO 3.....	100
A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DA COMUNIDADE.....	100
3.1 A Forma de Produção e os Principais Produtos Agrícolas da Comunidade.....	100
3.2 O Uso da Terra, as Mudanças Sazonais e a Forma de Trabalho.....	115
3.3 A Relação com o Mercado e suas Implicações.....	130
CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO.....	140
REFERÊNCIAS.....	145

INTRODUÇÃO

A ocupação da Amazônia teve como principal ponto de partida os rios que serviram de caminho para a entrada dos colonizadores que objetivavam ocupar a região. As viagens, expedições e entradas pelos rios amazônicos não estavam descoladas de um projeto para a Amazônia colonial de conquista e domínio dos espaços. Alguns desses rios tiveram importância significativa, tanto por sua localização geográfica, como pelas suas riquezas naturais, como foi o caso do Rio Madeira que passou a ser um local de cobiça e disputa territoriais. Foi a partir desse período, iniciado no final do século XVII com as viagens dos primeiros bandeirantes ao Rio Madeira, que os colonizadores com intuito de domínio passaram a construir no vale desse rio um processo de ocupação, marcado principalmente pela dominação e exploração dos recursos naturais e também do homem, os indígenas que já habitam a região. Dessa relação tiveram origem as primeiras ações que convergiam para a formação do campesinato nesse rio. As atuações dos colonizadores nesse período estavam ligadas à expansão e à garantia da fronteira no território originalmente destinado aos espanhóis, assim como acesso e escoamento das minas do Mato Grosso e das drogas do sertão. Mas, foi a partir do século XIX com a exploração econômica da borracha que houve uma maior ocupação territorial às margens desse rio e seus afluentes contribuindo para a consolidação do campesinato.

Foi a partir dessa apropriação territorial que surgiram as aglomerações populacionais fixas ao longo do rio, que passaram a vilas, comunidades, cidades, municípios. Nesse contexto se insere a comunidade de Cachoeirinha localizada à margem esquerda do Rio Madeira no Município de Manicoré/AM. Formada por camponeses históricos teve sua origem em meados do final do século XIX e início de século XX, período de grande mobilidade mercantil no Rio Madeira, especificamente pela exploração da borracha. Logo os acontecimentos que levaram à formação da comunidade camponesa fazem parte do contexto histórico mais amplo, ligado ao Município de Manicoré, ao Rio Madeira e a Amazônia em geral. Por isso, a organização da produção agrícola na comunidade deve ser compreendida tanto internamente como na sua relação com o externo. Nesse aspecto, esta pesquisa tem como objetivo principal compreender o processo da produção agrícola familiar e o modo de vida na comunidade de Cachoeirinha - Rio Madeira/Município de Manicoré-AM. Nesse sentido, buscaremos entender o processo de formação do campesinato no Rio Madeira, investigar o processo de formação e as transformações socioespaciais ocorridas na comunidade de

Cachoeirinha e compreender sua organização produtiva identificando o uso da terra pelos camponeses, bem como suas relações com as mudanças sazonais e como o mercado.

Um dos propósitos de se estudar a comunidade rural de Cachoeirinha no Município de Manicoré nasceu da oportunidade de ter participado de uma pesquisa financiada pela Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPPEAM sobre o Município de Manicoré. Posteriormente no Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Geografia a pesquisa foi voltada para a formação socioespacial do Rio Madeira e dessas pesquisas surgiu o interesse em estudar a comunidade de Cachoeirinha com objetivo principal de compreender o processo da produção agrícola familiar e o modo de vida da comunidade. A escolha dessa comunidade se deu pelo fato de ser natural da mesma, fato que aumentou a responsabilidade em colaborar no estudo da compreensão da produção agrícola e do modo de vida camponês.

Outro fator é a pouca referência de estudo sobre a área. Há algumas pesquisas sobre o Rio Madeira, mas não com essas características, com a preocupação voltada para identificar a formação socioespacial e o contexto do campesinato. Esta pesquisa pretende contribuir com informações geográficas e históricas sobre o local e, principalmente, como uma compreensão da realidade da população camponesa, enfatizando a importância dessa área de estudo da Geografia Agrária para nossa realidade amazônica.

A realização da pesquisa se deu através de uma abordagem teórico-empírica, tendo como objeto a comunidade agrícola de Cachoeirinha localizada no Município de Manicoré/Rio Madeira, onde investigamos o modo de vida dos camponeses e a organização produtiva da comunidade, sua contextualização histórica, formação e transformação socioespacial.

Para realizarmos a pesquisa utilizamos como procedimentos técnicos: leituras bibliográficas buscando embasamento teórico e conhecimento da área de estudo; análise documental; observação direta feita através dos trabalhos de campo onde realizamos entrevistas com os moradores da área de estudo, tendo sido 20 famílias entrevistadas na comunidade, além dos presidentes de associações e representantes comunitários, assim como moradores antigos. Para uma melhor compreensão do modo de vida e da forma de trabalho acompanhamos trimestralmente durante o ano de 2013 a realização dos trabalhos desenvolvidos na agricultura a cada período, observando a influência que as mudanças sazonais têm no trabalho e na vida dos camponeses na comunidade.

No contato com as famílias, realizamos entrevistas semi-estruturadas baseadas em questões norteadoras que alcançassem o máximo de informação que pretendia a pesquisa, o roteiro das questões alcançava todos os aspectos necessários à compreensão da produção agrícola e do modo de vida na comunidade. Para entendermos com maior clareza a parte histórica e as transformações socioespaciais ocorridas na área de estudo, além das 20 entrevistas semi-estruturadas, recorremos a fontes orais, com entrevistas mais direcionadas aos moradores mais antigos, quando eles expuseram suas histórias e a partir delas pudemos identificar as diferentes territorialidades que deram vida à constituição da comunidade. Da mesma forma, direcionamos questionamentos para os representantes administrativos da comunidade.

Além das entrevistas, foram feitas várias visitas aos roçados, acompanhando os trabalhos desenvolvidos pelos camponeses. Também foi realizada uma visita ao antigo seringal localizado em um rio afluente do Madeira, o rio Preto, que fica próximo à comunidade, onde muitos moradores, hoje agricultores em Cachoeirinha, trabalharam na extração da borracha, alguns deles nos acompanharam nessa jornada e relataram como era a vida no seringal antes do trabalho na agricultura.

No que se refere aos instrumentos de pesquisa, utilizamos câmera fotográfica, gravador de voz, computador, caderneta de anotações, GPS, imagens de satélites entre outros. Após todo trabalho de campo realizada partimos para a tabulação, organização e análises dos dados, que resultou em uma dissertação estruturada em três capítulos, nos quais buscamos alcançar cada um dos objetivos propostos.

No primeiro capítulo abordamos as bases teóricas da pesquisa e fazemos uma contextualização do campesinato no Rio Madeira. Objetivamos neste capítulo fazer uma apreciação do referencial teórico que nos dá sustentação nas análises do trabalho, posteriormente discorreremos o processo de formação do campesinato no Rio Madeira identificando as transformações socioespaciais ocorridas.

O segundo capítulo está pautado no entendimento da formação e organização da comunidade agrícola de Cachoeirinha, para isso apresentamos o contexto histórico de formação, os aspectos organizacionais, as transformações socioespaciais e o modo de vida na comunidade.

No terceiro capítulo tratamos da organização produtiva da comunidade, discorreremos acerca da forma de produção, quais os principais produtos agrícolas cultivados, como se dá o uso da terra, quais as influências das mudanças sazonais, como é a forma de trabalho, como se dá a relação com o mercado e quais suas implicações.

CAPITULO 1

AS BASES TEÓRICAS E A CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPESINATO NO RIO MADEIRA

O capítulo está dividido em três seções. Na primeira discorreremos sobre as bases teóricas da pesquisa e, na segunda, ponderamos sobre a formação do campesinato no Rio Madeira identificando os fatores de influência nessa constituição e consolidação do campesinato. Finalizamos este capítulo tratando acerca das transformações impostas após o governo militar, onde as construções de estradas e a criação de assentamentos trouxeram consequências que influenciaram direta e indiretamente o campesinato nesse rio.

1.1 As Bases Teóricas da Pesquisa

O campesinato no Rio Madeira teve sua origem a partir da colonização portuguesa iniciada no final do século XVII e início do século XVIII. Para entendermos a forma de organização das comunidades agrícolas camponesas que tiveram seus estabelecimentos territoriais nas margens dos rios e igarapés, precisamos ter a compreensão conceitual que nos levarão ao entendimento da realidade estudada. A pesquisa teve como base os conceitos de *camponês*, *território*, *territorialidade*. Vários autores deram suporte aos entendimentos conceituais como Teodor Shanin (1980), Chayanov (1974), Oliveira (2007), Martins (1990) e outros que trazem discussões pertinentes sobre o conceito de camponês, assim como sua relação com o capitalismo, pois, partiremos da concepção de que o camponês encontrado na Amazônia é resultado do avanço contraditório do capitalismo na região.

Segundo Shanin (1980), o pensamento dos cientistas sociais deve sempre mergulhar diretamente nas realidades e nos problemas sociais e políticos, mas, recomenda-se de vez em quando voltar às raízes epistemológicas. O autor afirma que a especificidade do camponês reflete a interdependência entre os elementos básicos: a propriedade rural familiar; a vida em aldeia e a cultura específica das pequenas comunidades rurais; a situação oprimida, isto é, a dominação e exploração dos camponeses por poderosas forças externas. Mas, essa generalização apresentada, segundo o autor, se torna insatisfatória, pois falta uma análise mais profunda dos

vínculos desses elementos e a especificidade do camponês não pode ser pura e nem reduzida a qualquer um desses elementos.

Shanin (1980) afirma que ao mesmo tempo, o cerne das características determinantes do camponês parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social. Conseqüentemente, a própria existência do camponês, como uma entidade social específica, depende da presença de estabelecimentos rurais familiares como a unidade básica da economia e da sociedade. Nesse aspecto, afirmamos que nosso objetivo nesta pesquisa é identificar justamente o camponês nesse estabelecimento rural, com sua cultura específica na comunidade, suas relações internas, seu modo de vida, mas, analisando também suas relações com o contexto social mais amplo, para que assim possamos ter uma compreensão desse camponês e identificar suas especificidades, pois como afirma Shanin (1980, p. 75),

Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas. Os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social. O campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla; trata-se da questão da extensão da especificidade dos padrões de seu desenvolvimento, das épocas significativas e das rupturas estratégicas que dizem respeito aos camponeses.

Shanin afirma que os camponeses não podem ser de fato, compreendidos ou mesmo adequadamente descritos sem sua estrutura societária mais geral; e o mesmo é válido para o contexto histórico. Por isso, é necessário considerar o caráter geral, mas também o específico do camponês, para podermos ter uma melhor compreensão de seu conceito.

Outro autor que traz importante base teórica sobre o conceito de camponês é Chayanov, em sua obra *La Organización de la unidad económica campesina* (1974), ele afirma que o campesinato não deveria ser compreendido através da teoria geral do capitalismo. Para ele existia uma economia camponesa específica, a qual necessitava de uma teoria específica, pois, segundo Chayanov o campesinato se desenvolve no capitalismo, mas, sem fazer parte da sua lógica, e contraditoriamente, fazendo parte do seu desenvolvimento.

Martins (1990) afirma que a existência do campesinato provém das relações mediadas pelo capitalismo, desenvolvendo-se em seu interior como relação não-

capitalista, ou seja, mesmo estando no capitalismo o camponês é necessariamente um produtor de mercadorias e participa do mercado, sem, contudo, ser transformado em capitalista. Exatamente aí é que está a grande questão que incomoda muitos estudiosos da geografia agrária: entender essa relação, esse modo de vida do camponês, que mesmo fazendo parte de um sistema econômico, consegue se desenvolver com uma lógica diferente.

Na Amazônia, essa relação do camponês com o capitalismo é mais que contraditória, pois ao mesmo tempo em que o campesinato é resultado do próprio avanço capitalista sobre a região, ele é explorado pelo avanço predatório desse sistema, e contraditoriamente consegue se fortalecer em alguns aspectos como classe camponesa, mesmo que essa população apareça com novas nomenclaturas.

Oliveira (2007, p. 11) afirma que o camponês,

Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e) migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e) migrações.

Chayanov (1974) alerta que para entender um simples conceito de organização da unidade de exploração doméstica camponesa independente do sistema econômico no qual está inserido, inevitavelmente, deve-se fundamentar na compreensão de sua essência organizativa no trabalho familiar, e o conceito de família na vida camponesa, intervém uma série de dimensões econômicas e domésticas. A base de sua teoria foi analisar a atividade econômica da força do trabalho doméstico, pois, era importante saber não só o que o campesinato produzia, mas, como produzia e para quem produzia.

Para discutirmos o conceito de *território* nos basearemos em Claudio Raffestin (1993), Rogério Haesbaert (2009), Robert Sack (1986), Santos (1985; 2002) e alguns outros autores quando necessário, pois, cada vez mais se torna complexa a análise da sociedade e suas relações com o espaço. Objeto fundamental na Geografia, o espaço social está cada vez mais inserido em mundo movido pelo sistema capitalista que impera suas transformações espaciais impelido principalmente pela busca do crescimento econômico e da hegemonia do poder. Isso faz com que a Geografia esteja sempre em busca de adaptações dos conceitos geográficos, onde surgem novos conceitos para identificar as dinâmicas espaciais existentes. O conceito de *território* é um exemplo, hoje novos conceitos foram criados a partir deste último, como

territorialização, territorialidade, des-territorialidade, re-territorialidade todos com o objetivo de entender as relações da sociedade com o espaço. Nesta pesquisa especificamente estamos trabalhando com o conceito de *território* e *territorialidade* na análise da realidade camponesa em estudo.

Claude Raffestin (1993) afirma que é essencial compreender que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente o ator territorializa o espaço. É importante salientar o caráter político do território na obra de Raffestin, assim como a importância da relação de poder no território, que pra ele é:

(...) um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. (...) que envolve, se inscreve num campo de poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Raffestin mostra em sua análise que a construção do território revela relações marcadas pelo poder. Nesse aspecto é essencial observamos o papel fundamental da influência de pessoas, grupos, na formação do território. E é inegável a participação desses atores na formação das comunidades camponesas no Rio Madeira, pois como será visto no decorrer da pesquisa, desde os primórdios da ocupação nesse rio, a influência de colonialistas, posteriormente dos coronéis da borracha, comerciantes, hoje madeireiros, pecuaristas, influenciaram diretamente e indiretamente a formação dos territórios camponeses. Lembrando também da atuação do poder do Estado que se faz presente na aplicação de políticas de ocupação e muitas vezes está omissa em sua fiscalização.

A análise de território feita por Rogério Haesbaert (2009) traz uma classificação que inclui três vertentes básicas: a jurídico-política, a cultural e a econômica. Na primeira o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal. Já na segunda são as dimensões simbólicas que fundamentam a apropriação do território, feita de uma maneira muito mais subjetiva, através do imaginário ou identidade social sobre o espaço. E nessa dimensão o território camponês é rico em aspectos culturais inerentes ao seu próprio modo de vida, como observamos nesta pesquisa. Para a última vertente, a econômica, Haesbaert destaca a perspectiva material, a produção espacial como

resultado da relação capital-trabalho. Dentro desses aspectos do conceito de território o autor salienta que:

(...) a vertente predominante é, de longe, aquela que vê o território numa perspectiva materialista, ainda que não obrigatoriamente determinada pelas relações econômicas ou de produção, como numa leitura marxista mais ortodoxa que foi difundida nas Ciências Sociais. Isto se deve, muito provavelmente, ao fato de que o território, desde a origem, tem uma conotação fortemente vinculada ao espaço físico, à terra. (HAESBAERT, 2009, p.42).

Haesbaert ressalta que dentro da dimensão material do território, é necessário, considerar a dimensão natural, que em alguns casos ainda se revela um de seus componentes fundamentais. Mas nunca, é claro, de forma dissociada, pois, ele afirma baseado em outros autores, que nos movemos cada vez mais no campo híbrido sociedade/natureza. E essa relação sociedade natureza é muito forte na construção do território camponês na área de estudo, pois os moradores da comunidade mantêm uma relação intensa com a natureza, pois dela dependem de quase tudo para sua sobrevivência.

Milton Santos traz considerações importantes para o estudo do território, questiona a validade de se estudar o território, levando o leitor a um raciocínio amplo e significativo da importância maior em compreender a categoria território, uma vez que, para o autor, é na base territorial que tudo acontece, mesmo as configurações e reconfigurações mundiais influenciando o espaço territorial (SANTOS, 2002). Outro fator importante ressaltado por Santos é o “uso” do território, que segundo ele é seu principal definidor. Esse uso está diretamente relacionado ao modo de produção, ou pelos atores hegemônicos da sociedade, sempre no sentido de garantir sua reprodução e seus interesses particulares. Os dois aspectos são importantíssimos para analisarmos a área de estudo, primeiro que o território camponês está muito ligado ao seu modo de produção, no caso, a produção agrícola familiar, mas, podemos também subentender e relacionar o modo de produção cultural, que tem suas especificidades particulares nas comunidades rurais. Encontraremos também a influência dos atores hegemônicos na formação do território camponês no Rio Madeira, fato que será abordado posteriormente.

Santos (1985) também assinala que a periodização da história é que determina como será organizado o território, ou seja como serão suas configurações econômicas, políticas e sociais. O autor afirma que em cada momento histórico, o elemento muda

sua posição, sua função no sistema espaço-temporal. Essa base teórica de Santos é fundamental para entendermos as mudanças ocorridas na comunidade, ou melhor, no território construído naquele determinado espaço à margem do Rio Madeira. Para Santos (2002) o território configura-se pelas técnicas, pelos meios de produção, pelos objetos e coisas, pelo conjunto territorial e pela dialética do próprio espaço. Somado a tudo isto, o autor coloca a intencionalidade humana.

Para Robert Sack (1986), território está ligado ao controle de pessoas e/ou recursos através do controle de uma área. A escala varia muito, podendo ir do nível pessoal, de uma sala, ao internacional. Nesta análise estão evidentes as relações de poder abordadas no conceito. As relações de poder estabelecidas no território estão entre as contribuições mais importantes, visto que buscam entender como ocorrem a apropriação e dominação territorial em diferentes escalas de poder.

Fazendo uma análise dos quatro autores podemos concluir que embora operem algumas diferenças entre suas abordagens (o que não seriam diferenças, mas, sim aprofundamentos maiores em alguns temas da construção do conceito de território) os mesmos compartilham a mesma ideia de que as relações de poder são inerentes ao conceito de território. Claude Raffestin destacou o caráter político-administrativo do território, enfatizando o poder e a projeção do trabalho. Rogério Haesbaert analisou o território em uma tríplice abordagem: jurídico-política, econômica e cultural, assim como o caráter do poder estatal e também do aspecto humano da identidade social. Milton Santos, além dos aspectos políticos, ressalta os aspectos sociais, econômicos e culturais entrelaçados no movimento da sociedade, citando o “uso” do território pelos atores hegemônicos, pelos modos de produção como fator primordial na construção do território, logo é o poder que está intrínseco nessa relação. E Sack também segue a mesma linha, ressaltando a importância do poder na construção do território.

Quanto às territorialidades, tomaremos como base o conceito também defendido por Sack (1986), segundo ele, territorialidade é uma expressão geográfica do exercício do poder em uma determinada área e esta área é o território. É uma tentativa de um indivíduo ou grupo social de influenciar, controlar pessoas, recursos, fenômenos e relações, delimitando e efetivando o controle sobre uma área. É fruto das relações econômicas, políticas e culturais, por isso, se apresenta de diferentes formas, imprimindo heterogeneidade espacial, paisagística e cultural. Nesse aspecto a territorialidade é examinada nas perspectivas das motivações humanas e não um desdobramento do comportamento animal, afirma o autor.

Raffestin (1993) considera que a territorialidade é mais do que uma simples relação homem-território, argumentando que para além da demarcação de parcelas individuais existe a relação social entre os homens. Dessa forma, a territorialidade seria "um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema". Considerando-se a dinâmica dos fatores envolvidos na relação, seria possível a classificação de vários tipos de territorialidade, desde as mais estáveis às mais instáveis.

Para Sack (1986) (como já exposto anteriormente) a territorialidade humana envolve o controle sobre uma área ou espaço, podendo ser ativada e desativada. Outro autor que também traz importantes contribuições no entendimento das territorialidades é Saquet (2001), ele afirma que o processo de territorialização é um movimento historicamente determinado pela expansão do capitalismo, se tornando um dos produtos socioespaciais das contradições sociais sob a tríade economia, política e cultura, o que determinam as diferentes territorialidades.

A ideia de Saquet é importante para compreensão das territorialidades camponesas no Rio Madeira, pois, a Amazônia é um exemplo claro dessa expansão capitalista que resultou em diferentes territorialidades. Desde a relação do pequeno camponês, até ação dos grandes empreendimentos como pólos industriais, indústrias madeireiras, agrícolas, empreendimentos pecuários, e claro o Estado, que é um grande agente nessa territorialização amazônica, seja agindo de maneira ativa, ou passiva, permitindo que grandes empreendimentos capitalistas se instalem explorando economicamente a Amazônia em detrimento dos que aqui residem, como os camponeses nas pequenas comunidades.

Um território é composto por várias territorialidades, é essa última é composta por essa totalidade de relações, econômicas, políticas e culturais, como afirmou Sack (1986). Para se compreender o território, é preciso conhecer suas territorialidades. Por isso um dos nossos objetivos nesta pesquisa foi identificar as territorialidades na comunidade de Cachoeirinha, lembrando sempre que o território não é produzido de maneira isolada, é resultado das articulações estruturais e conjunturais a que esses indivíduos (no caso específico os camponeses) estão submetidos numa determinada época, tornando-se, portanto, intimamente ligado ao tempo e ao modo de produção vigente, ou seja, as suas territorialidades. Passaremos a discorrer sobre os fatores que levaram a formação do campesinato no Rio Madeira, partindo da ideia que esse

campesinato é resultado da expansão capitalista sobre a região, pois como afirma Saquet (2001) o processo de territorialização é um movimento historicamente determinado pela expansão do capitalismo.

1.2 A Formação do Campesinato no Rio Madeira

O Rio Madeira é um dos mais importantes afluentes do Rio Amazonas tanto por volume, como por extensão. É um rio tripartite, ou seja, drena porções dos territórios do Brasil (50%), da Bolívia (40%), e do Peru (10%), é formado pelos rios Beni e Mamoré. Segundo Switkes (2008) sua área ocupa uma das regiões de maior diversidade física e biológica do mundo, sendo responsável por cerca 23% da área de drenagem e 15% da descarga líquida total da bacia Amazônica e sua área navegável se estende a jusante da Cachoeira de Santo Antônio até a confluência com o rio Amazonas, essa parte é conhecida como baixo Madeira. A montante da cachoeira é conhecida como alto Madeira. A bacia do baixo Madeira tem uma superfície de aproximadamente 460.000 km².

A ocupação desse rio por outros povos, além dos indígenas que já habitavam a região, foi impulsionada pela busca de novos espaços territoriais e econômicos. Foi a partir dessas ações e, principalmente, com a exploração da borracha posteriormente que as comunidades formadas por camponeses tiveram origem. Nossa análise neste trabalho será voltada para a comunidade Cachoeirinha no município de Manicoré, porém, antes faremos uma apreciação dos fatos no contexto geral do Rio Madeira, pois é a partir da identificação dos fatores que influenciaram a formação socioespacial do Rio Madeira e do Município de Manicoré, que procuraremos analisar a construção dessa comunidade camponesa, analisando os aspectos de fixação na área rural, onde há uma relação intensa com a natureza e com uma forma de vida baseada na força de trabalho familiar, característica fundamental dos camponeses.

Shanin (1980) afirma que a base das características determinantes do camponês parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, como unidade básica de produção e meio de vida social. Esse mesmo autor também ressalta que o camponês deve ser compreendido através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, devendo ser observadas tanto as características internas quanto externas, ou seja, é preciso analisar suas especificidades, suas reações e interações com o contexto social mais amplo. Por isso, a partir de estudos e levantamentos de dados nos propomos neste capítulo a identificar os fatores que

influenciaram na fixação do camponês nas margens do Rio Madeira e seus afluentes, assim como sua localização também às margens das rodovias a partir da década de 1970.

A análise do presente trabalho está baseada na compreensão da realidade camponesa a partir de sua interação no processo de desenvolvimento capitalista, no qual é preciso analisar as mudanças ocorridas e identificar como as comunidades camponesas reagiram diante da influência capitalista e observar principalmente a capacidade que as mesmas têm em relacionar-se com o capitalismo e ao mesmo tempo permanecer com a forma de vida camponesa, mantendo relações não-capitalistas, como afirmou Chayanov (1974) segundo o qual a inexistência do trabalho assalariado é um dos fatores que caracterizam a dinâmica não-capitalista da economia camponesa.

Shanin (1980) afirma que os camponeses, não podem ser de fato, compreendidos ou mesmo adequadamente descritos sem sua estrutura societária mais geral, e o mesmo é válido para o contexto histórico. Por isso, é necessário considerar o caráter geral, mas também o específico do camponês. Para podermos ter uma melhor compreensão de seu conceito; o autor afirma:

(...) o termo campesinato não implica a total semelhança dos camponeses em todo o mundo (...). Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas. Os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não-camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social. O campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla; trata-se da questão da extensão da especificidade dos padrões de seu desenvolvimento, das épocas significativas e das rupturas estratégicas que dizem respeito aos camponeses. (SHANIN, 1980, p. 75).

Observamos nas palavras do autor a importância de analisarmos o camponês no seu contexto geral e específico, ou seja, identificar suas características particulares, mas sempre contextualizá-lo na realidade social em que está inserida. Por isso, é importante como afirma Shanin, situá-lo no contexto histórico, como buscamos nessa pesquisa.

É importante ressaltar que a Geografia utiliza-se da História para poder compreender a produção do espaço, pois esse, como será visto no decorrer do trabalho, é o resultado da construção mútua dos diferentes momentos históricos.

Moraes (2005) ressalta que o território é uma construção histórica. É a sociedade ou parte dela que constrói o território ou parte dele. Segundo o autor, a apropriação e a produção do espaço são processos guiados por interesses e valores materiais e simbólicos, cuja dialética cabe desvendar. Baseando-nos nessa concepção, pode-se afirmar que os territórios das comunidades camponesas, da área em estudo, foram

construídos gradativamente ao longo de um processo histórico, onde vários foram os fatores de influência dessa formação. Diante disso questionamos: Quais foram os fatores que influenciaram a formação socioespacial dos camponeses no Rio Madeira? Quais mudanças ocorreram ao longo da história no modo de vida camponês na região? As influências capitalistas conseguiram transformar suas relações? São perguntas como estas que instigaram nosso trabalho.

As viagens, expedições e entradas pelos rios amazônicos (entre eles o Rio Madeira) não estavam descoladas de um projeto para a Amazônia colonial de conquista e domínio dos espaços. Os movimentos e iniciativas estavam intensamente ligados a esse projeto. É preciso ter claro que a política portuguesa para a Amazônia estava inserida num longo processo de reorganização econômica e política do sistema colonial português (SILVA, 1992). Essa política traria para a região profundas alterações em seu espaço físico e à sua configuração histórica.

A participação dos jesuítas e outros evangelizadores tiveram importância no povoamento e na consolidação do domínio português na Amazônia. O que vem refletir no processo histórico da ocupação do Rio Madeira. Arthur Reis (1989) afirma que os padres da Companhia de Jesus tomaram a seu cargo os índios do Madeira, mas que a pacificação dos índios só foi possível às vésperas do século XIX, o autor afirma que o frei João Sampaio foi um dos mais famosos cristianizadores do Rio Madeira.

Silva (2004) ressalta que os grupos religiosos foram as instituições mais frequentes da organização do poder colonial da Amazônia, essa autora ao falar dessa organização de poder na Amazônia nos remete ao conceito de território e de formação territorial, pois é nesse momento que a Amazônia, onde inclui-se o Rio Madeira, passa a ser um espaço ocupado com o objetivo de dominação, de posse, onde as relações de poder são o marco da construção do território.

Uma das expedições mais importante, nessa consolidação territorial, ocorreu em 1722, a expedição de Francisco de Melo Palheta, que teve como objetivo fazer um levantamento e o reconhecimento oficial do Rio Madeira, a mando da coroa portuguesa. Na obra *Caminhos Antigos e Povoamento no Brasil Capistrano de Abreu* (1975) aborda sobre a viagem de Francisco de Melo Palheta ao Madeira e mostra que Frei Sampaio já fazia missão com índios nesse rio, isso em 1722. Baseado nas informações recolhidas na viagem de Francisco de Melo Palheta, José Gonçalves da Fonseca, secretário do Governo do Estado do Maranhão e Grão Pará, desenhou um mapa do Rio Madeira

(figura 01), que segundo Almeida, F. A. de (2009) e Garcia (2005) foi o primeiro mapa desse Rio.

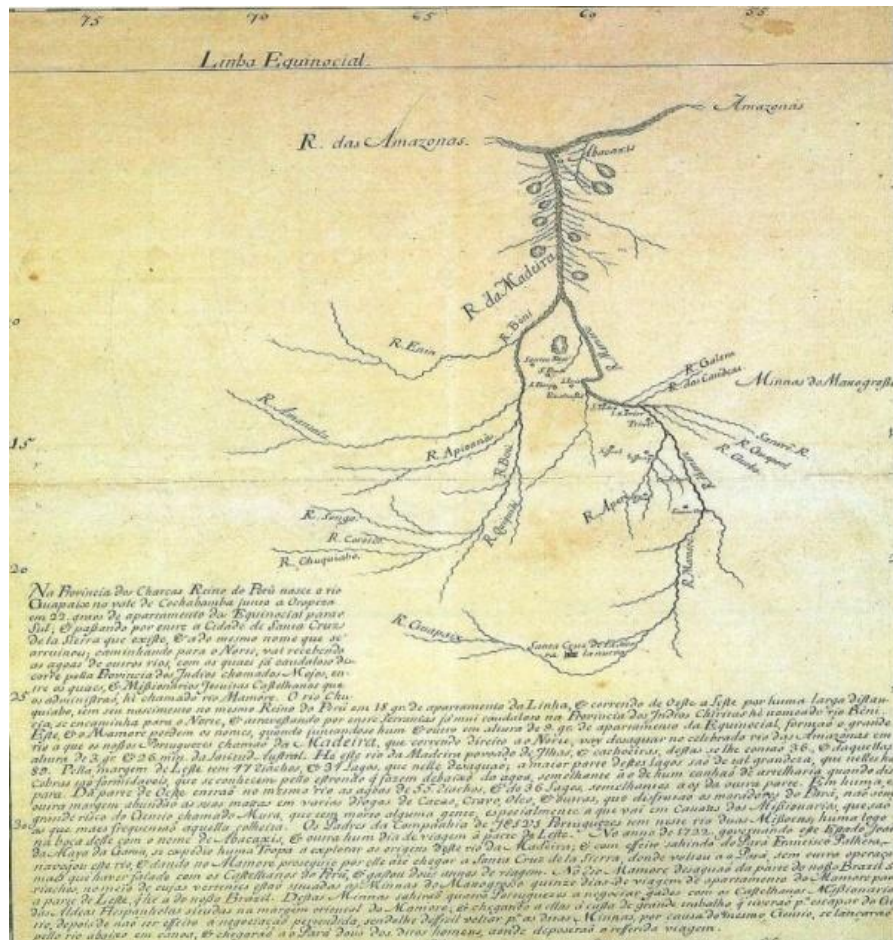


Fig. 01 – Mapa de José Gonçalves Fonseca feito em 1747.
Fonte: Facsimile, Mapoteca do Itamaraty *apud* Garcia (2005, p. 89).

Em 1781 navega pelo Rio Madeira, em direção ao Mato Grosso, a comissão demarcadora dos limites da América Portuguesa, chefiada pelo engenheiro José de Lacerda e Almeida. Também estiveram no Rio Madeira expedições de cunho científico, como a do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, que estava incumbido pelo rei de Portugal de realizar estudos científicos nos rios Madeira e Guaporé (FERREIRA, 1982) e (REIS, 1989).

Pode-se afirmar que em um primeiro momento a disputa pelo espaço territorial no Rio Madeira foi impulsionada pela conquista territorial e econômica. Essa conquista só se concretizou com o uso dos recursos espaciais (naturais e humanos). Lembramos o que afirmou Milton Santos:

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do

homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência (SANTOS, 1999, p.7).

Em outra obra, esse mesmo autor, afirma que a periodização da história é que define como será organizado o território, ou seja, o que será o território e como serão as suas configurações econômicas, políticas e sociais (SANTOS, 1985).

A história de ocupação do Rio Madeira pelos portugueses teve seu ponto mais intenso no século XVIII. O mercantilismo português foi o incentivo principal das primeiras explorações dos produtos da floresta (drogas do sertão) a serem explorados com objetivo comercial na Amazônia. Reis (1989) ressalta que o cacau foi um dos produtos mais encontrados no Rio Madeira nesse período. Hugo (1991) afirma que no Rio Madeira, as aldeias jesuítas foram as principais responsáveis pela exploração e comércio das drogas do sertão e os índios, principais conhecedores da floresta, a mão-de-obra explorada na busca das especiarias da demanda europeia. Foi a partir desse contato, entre europeus e indígenas que Cruz (2007) afirma ser a origem dos “camponeses-ribeirinhos” na Amazônia.

A própria formação do primeiro povoado de Manicoré que era conhecido como “Crato” em 1798, teve uma influente ligação do mercantilismo português, pois o local era ponto estratégico de transações comerciais na época e também era um local com bastantes recursos naturais, afirma D’Aversa (1993).

O Rio Madeira e sua área de influência foi um campo de disputas, de luta pelo poder, transformando-se em território apropriado por portugueses, brasileiros (bandeirantes), além de outros povos, como os espanhóis. Porém é importante salientar que esse espaço já era anterior as chegadas dos colonizadores, ocupado pelos índios, e os mesmos já tinham uma relação direta de utilização desse local, a diferença está na maneira como era utilizado, se para os índios esse rio, a natureza em geral significava apenas o lugar de morada (com os recursos necessários para sobrevivência), para os colonizadores significava a conquista de recursos, de ampliação econômica e territorial, de status e poder (OLIVEIRA, M. J. B., 2011).

Como resultado dessa expansão, desse uso do espaço transformado em território, deu-se início à formação de vários agrupamentos populacionais, localidades que depois passaram a comunidades, cidades e municípios às margens do Rio Madeira, como o município de Manicoré e a comunidade de Cachoeirinha. Isso vem a confirmar, exatamente, o que afirmou Santos (1985), que a periodização da história é que define como será organizado o território. O autor evidencia o espaço como variável a partir de

seus elementos quantitativos e qualitativos. Daí a importância de entendermos como ocorreu essa ocupação do espaço e suas respectivas configurações e transformações sociais, pois é neste contexto que conseguiremos melhor entender a formação socioespacial da comunidade de Cachoeirinha, identificando a formação do campesinato e a organização da produção agrícola e do modo de vida.

Nesse contexto, um dos fatores de influência no Rio Madeira, foi a construção da ferrovia Madeira Mamoré iniciada em 1907 e concluída em 1912. A construção dessa estrada de ferro foi um dos episódios mais significativos da história da ocupação da Amazônia, o que revelou a clara tentativa de integrá-la ao mercado mundial através da comercialização da borracha. Milhares de pessoas se deslocaram para a região contribuindo assim para o aumento do povoamento e ocupação territorial, com formação de núcleos populacionais principalmente próximos a ferrovia.

O aumento no número de circulação comercial e populacional influenciou todo percurso navegável a jusante da construção da ferrovia. Manicoré que já tinha sua estrutura como município, nesse período, passa a ter maior influência nas relações comerciais dos produtos naturais, inclusive com comercialização de lenhas para os navios, tendo sido essa uma das primeiras atividades econômicas da área de estudo como veremos no próximo capítulo.

A maioria das comunidades localizados na zona rural do município tem sua formação ligada a esse contexto (que inclui principalmente a exploração da borracha). Os moradores rurais, os primeiros camponeses da região, passam a negociar, vender os produtos da floresta e dos rios, mas essa negociação era feita principalmente com os proprietários (geralmente donos dos seringais), e foi nessa relação que Cachoeirinha ganhou estrutura de lugar, como será visto nos próximos capítulos.

Um dos fatores de maior contribuição para o campesinato no Rio Madeira foi a exploração da borracha. A expansão dessa atividade extrativista para o interior da Amazônia possibilitou a criação de vários núcleos populacionais, vila (posteriormente chamadas de comunidades), cidades, municípios, em especial na área que corresponde ao Estado do Amazonas. É nesse período que se estrutura muitos lugares no vale do Rio Madeira, que inclui o município de Manicoré.

O deslocamento populacional para essa região foi muito grande, sendo a maioria dos imigrantes composta por nordestinos, que foram um dos maiores contribuintes pela formação e expansão populacional no Rio Madeira, e muitos municípios tiveram sua formação ligada diretamente às influências de seringais, como é o caso de Humaitá e de

Manicoré. Carlos Teixeira em seu livro *Servidão Humana na Selva*¹ aborda sobre os seringais Três Casas e Juma, ambos localizados no município de Humaitá. Ferreira de Castro em seu romance *a Selva* relata como era vida no seringal Paraíso também em Humaitá.

Teixeira (2009) afirma que o índio foi quem inicialmente se ocupou do trabalho de extrair látex na mata. A exploração da força de trabalho indígena só veio diminuir quando passou a ser substituída pela exploração da mão de obra nordestina e pelos remanescentes tapuios.

A exploração dos imigrantes nordestinos que vieram para a Amazônia começava desde o momento que eram iludidos no nordeste com a promessa de ganhar dinheiro, melhorar e construir uma vida digna longe da seca daquela região, o que não se concretizava na prática. E os que resistiram aos trabalhos forçados e as doenças permaneceram e ajudaram a construir no espaço onde foram humanamente explorados, as localidades hoje existentes, afirma Oliveira, M. J. B. (2011).

As histórias de opressão humana estão sempre ligadas às ocupações territoriais. O homem nas conquistas de novos espaços, tanto territoriais quanto econômicos, sempre mantém uma relação de opressão com o menos favorecido. Foi o que aconteceu nos seringais amazônicos, como afirma Teixeira (2009, p. 90):

As relações sociais que se dão no âmbito do seringal exprimem condições peculiares sobre a maneira como os homens se organizam socialmente. Aqui faz-se necessário considerar que a estrutura social do seringal baseia-se: 1) num sistema de dominação tradicional, associado a violência física e institucional; 2) numa forma de organização econômica supostamente empresarial cujo fim era dar suporte a essa dominação.

A exploração é usada como uma maneira mais “fácil” de ampliação econômica. Essas relações de opressão são resultados da imposição do mais “forte” sobre o mais “fraco”. Logo, isso se explica pela relação de poder existente dentro dos seringais amazônicos. O que nos remete novamente ao conceito de território, assim como, a um aspecto fundamental na sua formação: o trabalho. Santos (2002) afirma que o território é o fundamento do trabalho.

Raffestin (1993) também assinala que o território é um espaço onde se projetou um trabalho, e que sua construção revela relações marcadas pelo poder. Nesse sentido ressaltamos que no modo de produção capitalista o trabalho é, primordialmente,

¹ Essa obra é um estudo histórico e sociológico dos seringais, aborda principalmente como se dava a relação de poder e dominação nesses seringais. Foi resultado de uma pesquisa de mestrado realizado na década de setenta, onde o autor faz referência aos seringais localizados no município de Humaitá.

produtor de mercadorias e mais-valia gerando a alienação e desumanização, sendo utilizado dessa forma na construção dos territórios econômicos, mas, que passam posteriormente a territórios socialmente delimitados como lugar de moradia.

A extração da borracha, marcada pela relação intensa de poder, levou a demarcação de muitos lugares na Amazônia e muitas comunidades rurais tiveram sua origem nesse período, resultado da aglomeração populacional, principalmente, de trabalhadores dos seringais e de suas famílias. Leal (2009) afirma que a valorização e o aumento na exportação da borracha levou a um processo marcante de territorialização no Rio Madeira, aumentando o interesse na demarcação de terras para exploração de estradas da goma elástica, assim como despertou o interesse público para a regularização das áreas. A cobiça não era sobre a terra em si, mas sobre a produtividade de terras que tivessem borracha.

Nesse aspecto ressaltamos que a exploração econômica da borracha foi um fator fundamental na consolidação do camponês no Rio Madeira (camponês histórico). Identificamos que esse camponês é, inicialmente, recriação do próprio capitalismo na sua reprodução ampliada e contraditória (OLIVEIRA, 1996), consolidado no Rio Madeira a partir de um processo histórico de expansão da fronteira econômica para a Amazônia no final do século XIX e início do século XX.

O contato com a floresta, a relação com a terra (que se torna mais intenso com queda na extração da borracha), reforça o ser social camponês na Amazônia, e após a exploração da borracha ele se torna mais atuante e em maior número na região do Rio Madeira, passando a ter suas residências fixas em núcleos populacionais às margens dos rios e a ter como principal tipo de produção o extrativismo, especialmente da castanha e posteriormente passa a cultivar a agricultura.

As análises das características principais desse camponês são fundamentadas nos elementos da produção camponesa, os quais estão organizados no quadro 01. É preciso compreender bem o que caracteriza o camponês, para podermos identificá-lo. As características estão baseadas no trabalho de Tavares dos Santos, que realizou um estudo em um núcleo colonial camponês localizado no Município de Bento Gonçalves (RS) em 1977. O objetivo era investigar as relações socioeconômicas entre o camponês e a burguesia industrial, para isso ele abordou inicialmente a gênese histórica do camponês, identificando os elementos que o caracterizam (baseando-se nas análises de Chayanov), posteriormente analisou como ocorre a subordinação do trabalho camponês ao capital.

QUADRO 01: ELEMENTOS DA AGRICULTURA CAMPONESA

ELEMENTO	CARACTERÍSTICA
Força de Trabalho Familiar	Tem como característica o uso da força de trabalho do núcleo familiar, onde o trabalho é indivisível e realizado de forma coletiva com o objetivo do bem comum (p.33)
Ajuda mútua	Ocorre quando o camponês precisa de ajuda para desenvolver seu trabalho, um ajuda o outro, pode ser através de mutirão o troca de dia (p.34)
Parceria	O camponês contrata parceiro e divide com ele custos e ganhos. (p.34)
O trabalho acessório	Serve como complemento da renda do camponês, na qual este vende sua força de trabalho para outros. (p. 39)
Força de trabalho assalariada	Quando o camponês contrata outro para trabalhar na sua propriedade, geralmente no período da colheita, quando a força de trabalho da família não supre a necessidade de trabalho na unidade produtiva (p. 43)
Socialização do camponês	Produção e complementação através da socialização da criança: como membro da sociedade camponesa e como parte da divisão social do trabalho (p.44).
Propriedade da terra	Propriedade familiar privada, mas, diferente da capitalista, pois é instrumento direto de trabalho e não de exploração do trabalho alheio. (p.59)
Propriedades do meio de produção	A maioria é adquirida na relação com o capital, deste modo são mercadorias, é por esse processo que parte da renda vai para o setor bancário e industrial (p. 60)
Jornada de trabalho	Não há uma rigidez de horário diário como na produção capitalista, depende do período de produção e da necessidade de trabalho. (p.60)
Variedade de cultivo	Quanto maior a variedade de cultivo, maior a possibilidade de geração de renda para suprir a necessidade da família (PAULINO, 2006)

Fonte: Tavares dos Santos (1985) e Paulino (2006).

Organização: M. J. B. Oliveira/2013.

Para analisarmos a formação de uma categoria social, precisamos compreender bem os conceitos utilizados, pois a legitimidade do conceito está diretamente vinculada à compreensão da realidade a partir do conteúdo pesquisado. Nesse sentido, o camponês analisado no Rio Madeira é entendido nos termos proposto por Shanin (1980), tendo sua base na agricultura e sua força de trabalho é familiar, baseada nas características descritas por Tavares dos Santos (1985). A extração dos produtos da floresta, a caça, a pesca e agricultura são as principais atividades dos camponeses no Rio Madeira.

As comunidades camponesas já consolidadas ao longo do período histórico da formação socioespacial do Rio Madeira, chegam à segunda metade do século XX, com um modo de vida baseado na extração dos recursos naturais (caça, pesca e produtos florestais) e na produção dos produtos agrícolas necessários para seu sustento como a produção de farinha de mandioca e até mesmo a maioria dos utensílios necessários na atividade diária camponesa era produzido eram produzidos por eles, como paneiros, peneiras, tipitis, canoas, etc. Até suas próprias roupas eram produzidas na Unidade Familiar (feita geralmente pela mãe), pela dificuldade e distância que se tinha de ir à cidade comprar, o que na realidade se explica também pela pouca relação com o mercado industrial nesse período. Esse fato nos remete a Kautsky (1980), segundo ele o

camponês, antes do contato direto com a indústria urbana, produzia seu alimento, fabricava suas roupas e seus instrumentos de trabalho.

A partir da década 1960 e 1970, as mudanças ocorridas no contexto amazônico, inserem o Rio Madeira em uma realidade distinta, e a força do capitalismo e das políticas desenvolvimentistas influenciam as comunidades camponesas, assim como trazem uma nova modalidade de camponês: os neocamponeses, Adams (2006). É importante lembrarmos, como já ressaltamos, que a própria consolidação das comunidades camponesas no Rio Madeira, se deu justamente na relação contraditória do avanço capitalista na região.

Nesse contexto ratificamos que a origem e a consolidação das comunidades camponesas na área de estudo foi resultado principalmente desse processo contraditório do capitalismo mercantil que ocorreu na Amazônia no final do século XIX e início do século XX. Como afirma Oliveira (2007) é o próprio capitalismo dominante que gera relações de produção capitalistas e não-capitalistas, combinadas ou não, em decorrência do processo contraditório intrínseco a esse desenvolvimento.

1.3 O Campesinato no Rio Madeira e as Transformações Socioespaciais

Nessa análise do Rio Madeira, com o objetivo de identificar os fatores que influenciaram na formação socioespacial das comunidades camponesas, analisamos outro momento importante e de grande relevância para o aspecto populacional e socioeconômico da região, assim como da Amazônia em geral, que ocorreu no governo militar.

Baseado no objetivo de ocupar a Amazônia, o governo militar, que esteve no poder de 1964 a 1985, aplicou um projeto político que iria mudar radicalmente o retrato da Amazônia daquela época, e que deixaria marcas profundas na região. Foi durante esse período que se implantou grandes projetos com forte orientação desenvolvimentista na região. Essa política pensada para Amazônia se baseava em planos estratégicos e geopolíticos que visavam à integração econômica, política e ideológica da região, orientados por dois objetivos básicos: segurança e desenvolvimento (BECKER, 1990). Lefebvre *apud* Becker (2007) conceitua essas estratégias territoriais de ocupação regional, como a “produção do espaço pelo Estado”.

Segundo Becker, o Estado brasileiro implantou a malha técnico política na Amazônia, visando completar a apropriação física e controlar o território por meio de uma poderosa estratégia que englobava os seguintes aspectos:

a) redes de circulação rodoviária, de telecomunicações, urbana e de energia; b) subsídios ao fluxo do capital, com incentivos fiscais e créditos a baixos juros; c) indução de fluxo migratórios para o povoamento e formação de um mercado de trabalho regional, inclusive com projetos de colonização; e d) superposição de territórios federais sobre os estaduais compuseram a malha técnica-política, com grande empréstimo de bancos internacionais. (BECKER 2008, p. 24)

Para que essas estratégias fossem realizadas era preciso criar órgãos competentes que assumissem os projetos do Estado. Em 1966, no governo de Castelo Branco, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em substituição a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), a finalidade era dinamizar a economia amazônica, coordenar e supervisionar programas e planos de outros órgãos federais. Além da SUDAM foram criados nessa época: Banco de Crédito da Amazônia S.A. (antigo Banco de Crédito da Borracha) que foi transformado em Banco da Amazônia S.A. (BASA) criado em 1966; a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) em 1967. Em 1970, o Governo Federal adotou o Plano de Integração Nacional (PIN), e criou Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Também foram criados o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) e o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) em 1974.

Todos esses órgãos tinham de certa forma o objetivo de ocupar e explorar economicamente a Amazônia, exatamente para se fazer “a construção do espaço pelo Estado” como afirma Lefebvre *apud* Becker (2007). Dentro das estratégias do Estado estava a circulação rodoviária e a construção de estradas foi o fator primordial para a ocupação, o que resultou na transformação econômica e territorial da região Amazônica. Algumas dessas rodovias tiveram influência direta no vale do Rio Madeira, a BR – 230 (Transamazônica) no sentido Leste-Oeste e a BR – 319, no sentido Norte-Sul que pretendiam realizar a interligação das áreas econômicas, para efeito de ocupação e povoamento da região, o que influenciou diretamente a região do Rio Madeira, com a construção de assentamentos, e a contribuição para a destruição de uma significativa área florestal (OLIVEIRA, M. J. B. 2010).

Adams (2006) afirma que justamente esses assentados da nova política de ocupação para Amazônia formam o novo camponês (neocamponeses), que passam também a ocupar a região de influência do Rio Madeira, trazendo características distintas do camponês histórico que já ocupavam as comunidades rurais às margens dos rios e igarapés. A autora afirma,

As sociedades "não urbanas" contemporâneas da Amazônia podem ser divididas, *grosso modo*, em sociedades indígenas, camponeses "tradicionais" ou históricos (caboclos), oriundos da incorporação colonial da região amazônica, e os neocamponeses que, desde a década de 1970, têm migrado como parte das políticas governamentais de ocupação da Amazônia (p. 15).

Em Manicoré, o exemplo mais claro dos neocamponeses são os assentados do distrito de Santo Antônio de Matupi, Km 180 da Transamazônica. Mas, ressaltamos que o entendimento dessas diferenças requer um estudo mais profundo, pois são vários os aspectos a serem considerados. E esse não é o objetivo principal desta pesquisa, nosso estudo é voltado para os camponeses históricos da comunidade de Cachoeirinha. Porém, é importante identificarmos que na dinâmica do campesinato no Rio Madeira, encontramos os camponeses históricos, que tiveram origem a partir da incorporação colonial na região e os neocamponeses, advindos principalmente com as políticas governamentais como afirmou Adams (2006). A vinda desses neocamponeses às áreas de influências das rodovias causou posteriormente novas situações territoriais. Concomitantes aos neocamponeses vieram também os pecuaristas, madeireiros que passaram a explorar territorialmente os recursos naturais, levando a um aumento significativo do desmatamento no sul do Amazonas.

É importante ressaltarmos que as políticas aplicadas na Amazônia estavam dissociadas dos interesses das populações locais e representavam um avanço da forma de apropriação privada dos bens naturais e humanos. É exatamente nesse aspecto, que passamos a analisar como o campesinato histórico já consolidado na região reagiu diante das mudanças socioculturais.

Marx *apud* Harvey (1992, p. 97) afirma que o advento de uma economia de dinheiro “dissolve os vínculos e relações que compõe as comunidades tradicionais, de modo que o dinheiro se torna a verdadeira comunidade”. Mas, diante dos estudos realizados nas comunidades camponesas em Manicoré, principalmente as formadas por camponeses históricos, como é o caso de Cachoeirinha, observamos que o camponês parece ir na contramão dessa situação, pois persiste em manter um modo de vida mantendo relações não-capitalistas, mesmo que esse campesinato seja criado e recriado pelo próprio sistema capitalista e dependa da relação com o mercado para manter sua sobrevivência. É o que Klaas Woortmann (1990, p. 14) denomina de uma ordem moral do campesinato;

Na Amazônia, convivem concepções sobre a terra que chamo de morais (terra enquanto valor-de-uso) com concepções utilitaristas mercantis. Não encontramos, então, camponeses puros, mas, uma campesinidade em graus distintos de articulação ambígua com a modernidade.

Observamos nas palavras do autor que o campesinato é regido por uma ordem moral, se opondo às sociedades modernas regidas por uma ordem econômica, onde o interesse individualista e mercantil move as relações sociais. Essa situação do individualismo é observada com frequência na cidade, como afirma Paulino (2006), ao falar da negação da impessoalidade presente nas relações camponesas e na amplitude difundida do individualismo nos espaços onde a mercadoria tem primazia sobre a pessoa:

É nas cidades grandes que estão suas marcas indeléveis. Por ser o espaço privilegiado da produção, circulação e concentração, é também o espaço da segmentação, própria do abismo interposto entre os que ofertam e os que pagam pela mercadoria trabalho (PAULINO, 2006, p.14).

A autora destaca a tendência dos camponeses em quebrar as barreiras que negam a humanidade do indivíduo, segundo Paulino, os camponeses têm uma leitura de mundo que deriva diretamente de uma experiência fundada no processo criativo do trabalho. Nesse sentido, a ordem moral camponesa exposta por Woortmann (1990) é expressa exatamente na relação dos principais elementos de sua classe: terra, trabalho e família. Esses elementos têm um significado e função diferente na relação camponesa, em comparação com as relações capitalistas do mercado.

Ao citarmos esses elementos, lembramos da importância de analisá-los no contexto da formação do território camponês, suas territorialidades, suas relações tão particulares em suas articulações familiares e de trabalho. Nesse aspecto nos remetemos a Milton Santos (2002) quando afirma que o território tem que ser entendido como o território usado e o território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

E é esse sentimento de pertencimento ao espaço rural, a terra, que dá o aparato necessário a sua sobrevivência como camponeses, que tem na família a principal base produtiva e no trabalho a principal fonte de construção do seu espaço, de seu território. Mas, como afirmou Oliveira (1996), devemos compreender o campesinato tanto nas suas relações internas, como em suas relações externas, especificamente com o mercado. É nesse contexto que buscamos entender a relação com as mudanças ocorridas no final do século XX e início do século XXI.

Com a abertura das estradas, o avanço da pecuária e da produção de grãos, principalmente nos estados de Mato Grosso e Rondônia, chegando também até o sul do Amazonas, a pressão pela ocupação e utilização do espaço na região desse rio se

intensificou. É nesse aspecto que observamos a relação das comunidades camponesas com o avanço capitalista alcançando seus territórios. Identificamos que as políticas governamentais aliada às estratégias empresariais vêm usufruindo os recursos naturais e humanos em nome do desenvolvimento econômico do país, significando na maioria das vezes o crescimento econômico das próprias empresas.

Como exemplo, temos a construção da hidrovia do Madeira em 1997, que beneficiou especificamente o grupo André Maggi responsável pela maioria da produção de grãos do centro oeste e do sul da Amazônia, o grupo buscou parceria com o governo do Estado do Amazonas para implementação da hidrovia, o que para o grupo seria um grande negócio, pois o modal de transporte hidroviário traria menor custo. E os moradores das comunidades camponesas ficam apenas a observar com olhos perplexos a dinâmica das balsas carregadas de grãos, navegando com segurança pelas águas do Rio Madeira enquanto seus deslocamentos quando necessário é feito com muita dificuldade e em precário sistema de transporte (OLIVEIRA, M. J. B., 2011).

Adams (2006) baseada em Nugent (1997) afirma que apesar das diferenças existentes entre as sociedades não urbanas na Amazônia, estas possuem em comum uma invisibilidade social e política, os camponeses históricos por representarem o fracasso dos esforços de integração nacional do passado e os neocamponeses por serem excluídos dos projetos desenvolvimentistas das indústrias capitalistas.

Porém, observamos nos últimos anos, uma mudança quanto a essa invisibilidade política nas comunidades camponesas do Rio Madeira influenciada, principalmente, pelas novas políticas ambientais, voltadas para conservação do meio ambiente. O que vem a ser uma resposta como forma de conter o avanço da fronteira agrícola e da ocupação ilegal de terras, Oliveira M. J. B. e Soares, Ana Paulina A. (2011).

Observamos que a região do Rio Madeira encontra-se em fase de estruturação, onde as dinâmicas dessas ações planejadas no passado trazem consequências atenuantes, principalmente relacionado a conflitos sociais e impactos ambientais. Para diminuir tais conflitos e fazer um melhor aproveitamento dos recursos através de um ordenamento territorial no Estado do Amazonas, é feito em 1980 a primeira tentativa do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amazonas (ZEE/AM), voltado ao ordenamento de atividades agropecuárias em municípios da Região do Baixo Amazonas. E só em 1996, uma análise da conjuntura de desenvolvimento econômico do Estado apontou como prioritária a região sudeste-sul do Amazonas, onde se localiza o

município de Manicoré, justamente por ser a região de maior incidência de pressão e ocupação do espaço no Estado.

Com base nos estudos feitos no ZEE/AM, novos projetos foram aplicados nessa região, a dinâmica de uso e ocupação do solo e dos recursos naturais passa ser baseado em políticas que visem à utilização racional desses recursos. Essas políticas vêm se diferenciar das aplicadas nas décadas passadas (principalmente governo militar), onde o objetivo era ocupar, sem se preocupar com o meio ambiente. Porém, ainda é muito difícil manter a conciliação entre as atuais políticas de proteção do meio ambiente e o avanço do capitalismo sobre os recursos naturais. É importante também analisarmos como essas novas políticas territoriais estão sendo percebidas nas comunidades agrícolas camponesas.

Atualmente a região do Rio Madeira localizada no Estado do Amazonas, possui várias Unidades de Conservação (UC) e Terras Indígenas. Essas demarcações são resultados de novas políticas implantadas nos últimos anos, que vêm dando prioridade à conservação do meio ambiente.

É nesse contexto que muitas comunidades camponesas no Rio Madeira passam a fazer parte de uma nova nomenclatura territorial que são as UC, como é o caso da área de estudo, a comunidade de Cachoeirinha, em Manicoré, que fica localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Madeira, implantada em 2006. Essas novas redefinições territoriais, baseadas principalmente nas políticas ambientais, vêm de certa forma, reforçar o que o camponês já praticava sua relação com natureza, sua forma de produção voltada para o consumo da família, e é nesse aspecto que as comunidades camponesas até então, desamparadas politicamente das atuações governamentais passam a fazer parte dessas ações e a ter novas perspectivas.

Considerando-se a descrição feita dos fatores que influenciaram a ocupação territorial e posteriormente a formação e consolidação do campesinato no Rio Madeira, organizou-se no Quadro 02 um resumo dos principais fatores condicionantes que levaram à apropriação espacial e a influência do campesinato nessa região. O quadro organizado segundo a metodologia usada por Droulers (2001) é apenas uma tentativa de identificar os principais fatores de influência na formação socioespacial do Rio Madeira e relacionar com a formação da população camponesa, a tentativa de periodizar é apenas para uma melhor compreensão dos fatos, pois sabemos que se trata de ações que não se alteram abruptamente em datas fixas, tudo é resultado de um processo.

QUADRO 02: FATORES DE INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO/CONSOLIDAÇÃO DO CAMPESINATO NO RIO MADEIRA

PERÍODO	FATORES CONDICIONANTES	INFLUÊNCIA DE OCUPAÇÃO FORMAÇÃO/CONSOLIDAÇÃO DO CAMPESINATO
Séc. XVII a 1850	Missões, entradas ibéricas e bandeirantes, primeiras explorações econômicas (ouro, drogas do sertão) e científicas.	Construção de Fortes e primeiros vilarejos, procedência dos 1º camponeses, resultado do contado entre europeus e indígenas
1851 a 1891	Início da exploração da borracha e planos de construção da Ferrovia Madeira Mamoré	Criação das primeiras cidades e Municípios, os camponeses começam aos poucos a fixar território.
1892 a 1912	Apogeu da borracha e construção da Ferrovia	Formação de muitos povoados nas margens do Rio, influência forte de nordestinos que aumenta a população rural/camponesa.
1913 a 1963	Declínio da borracha e a busca de novas opções de exploração econômica	Desmembramento de municípios e formação de várias comunidades camponesas, constituída principalmente pelos trabalhadores da borracha.
1964 a 1982	Período do governo militar: grandes obras e projetos de ocupação e exploração econômica	Implantação de Rodovias e de Projetos de Assentamentos (PA). Começa a se formar um novo campesinato (neocamponeses), baseado em uma nova forma de ocupação do território.
1983 a 2013	Vários projetos políticos de “desenvolvimento”, continuação de projetos de ocupação, e nova retomada de conexão com o resto do país, através de rodovias e hidrovias, aumentando a força capitalista sobre a região, relevância da questão ambiental.	Continuação de implantação PA, formação de comunidades, aumento na relação dos camponeses com o mercado capitalista. Criação de município e luta pela criação de outro, resultado da dinâmica espacial dos PA. Comunidades camponesas passam a fazer parte de UC.

Fonte: Informações baseada no levantamento socioespacial do Rio Madeira.

Organização: Oliveira, M. J. B./2013.

Lembramos que dentro do contexto da identificação dos fatores que influenciaram a formação do campesinato no Rio Madeira observamos a importância do estudo geográfico na dimensão temporal do espaço. Este estudo nos levou à possível compreensão dessas ações e suas influências na consolidação do campesinato. A partir dessa contextualização passaremos no próximo capítulo a abordar a formação, a organização e o modo de vida da comunidade de Cachoeirinha que é formada por camponeses históricos e teve início no final do século XIX, tendo passado exatamente por todo esse contexto descrito anteriormente sobre a formação do campesinato no Rio Madeira. Atualmente a forma de produção da comunidade é a agricultura, seus moradores se autodenominam agricultores, mas, como nossa pesquisa tem como base teórica o conceito de camponês, optamos por denominá-los de “agricultores camponeses”, lembrando que não estamos aqui afirmando que todo agricultor é camponês, pois como afirma Woortmann (1990) nem todos os pequenos produtores são camponeses, da mesma forma afirmamos que nem todos os agricultores são camponeses, é preciso antes de defini-los, analisá-los, como ocorreu em nossa pesquisa.

CAPITULO 2

FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE AGRÍCOLA DE CACHOEIRINHA

Neste capítulo abordamos o processo de formação e organização da comunidade agrícola de Cachoeirinha, iniciando com uma abordagem sobre o contexto histórico de formação da comunidade, identificando os sujeitos e ações que impulsionaram as territorialidades e a formação territorial da comunidade. Nesse sentido iremos identificar as transformações socioespaciais ocorridas e suas influências no modo de vida da comunidade. Finalizando o capítulo iremos mostrar os aspectos organizacionais da comunidade.

2.1 O Contexto Histórico da Formação da Comunidade

A comunidade de Cachoeirinha localizada à margem esquerda do Rio Madeira, é formada por camponeses históricos e teve sua origem no final do século XIX e início de século XX, exatamente o período de grande mobilidade mercantil no Rio Madeira, especificamente pela exploração da borracha. Sua localização, como mostra a figura 02, é no Município de Manicoré no sul do estado do Amazonas, a 333 km em linha reta de Manaus (via aérea), e 421 km via fluvial.

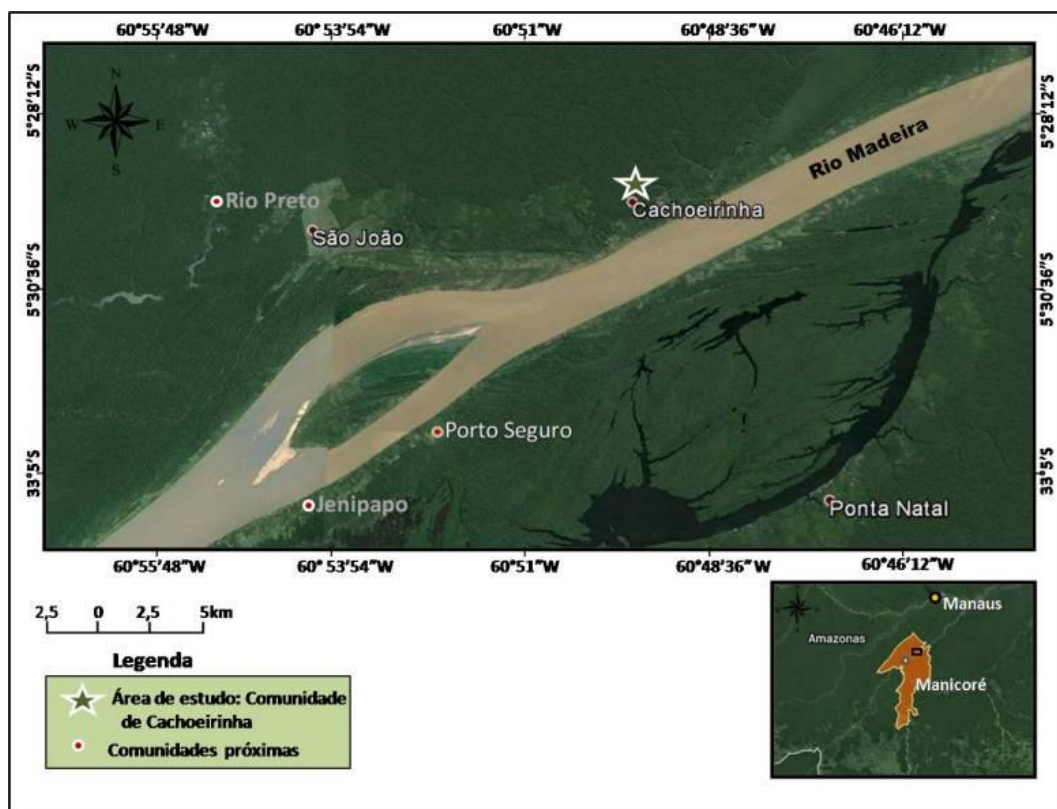


Fig. 02: Área de localização da comunidade de Cachoeirinha.

Fonte: IBGE, base de dados Google Open Layers. Org. Oliveira, M. J. B/2014.

O Município de Manicoré faz parte da Microrregião Madeira e possui uma população de 47.017 habitantes, dos quais 26.668 moram na zona rural (IBGE, 2010). Cachoeirinha fica localizada a jusante da sede do Município, a 63 Km em linha reta e a 75 em via fluvial. A duração da viagem de barco da comunidade à sede do Município é de 4 horas em barco (navio) de maior velocidade com 829 HP, de 5 a 6 horas em barco de 520 HP e 7 a 8 horas nos barcos de médio e pequeno porte com potência que varia de 114 a 160 HP. Os barcos de médio e pequeno porte realizam o transporte intramunicipal e os de maior velocidade fazem o transporte de Manaus a Manicoré.

O nome Cachoeirinha foi uma homenagem à sua formação natural, que possuía uma pequena cachoeira que ficava localizada no Igarapé Jatuarana que corta a comunidade. Segundo os moradores mais antigos, essa cachoeira foi destruída pelos primeiros proprietários do lugar que julgavam que a mesma atrapalhava a passagem de peixes e de canoas. Segundo os moradores antigos, o senhor Joaquim Oliveira Filho foi o principal responsável pela destruição da pequena cachoeira, tendo o mesmo passado muitos dias trabalhando na demolição da barragem natural e quando a mesma veio a baixo, o autor da ação teria ficado preso embaixo dos escombros de terras, tendo sido salvo por companheiros que estavam próximos. Assim, a pequena cachoeira que deu nome ao lugar teve seu fim. Parte do hino em homenagem à comunidade também relata a origem do nome.

Os nossos primitivos deram nome ao nosso chão,
Chama-se Cachoeirinha, terra amada do meu coração,
Foi uma homenagem a forma da natureza,
Que formava ao seu lado uma pequena cachoeira.²

Partimos da ideia de que os acontecimentos que levaram à formação da comunidade agrícola fazem parte do contexto histórico mais amplo, ligado a ocupação territorial do Rio Madeira e a Amazônia em geral. Por isso a formação, organização e o modo de vida da comunidade devem ser compreendidos tanto internamente como na sua relação com o externo, pois como afirmou Shanin (1980) as características do estabelecimento rural camponês deve ser observada dessa maneira, por isso, é preciso analisar suas especificidades, suas reações e interações com o contexto social mais amplo, para que possamos compreender os fatores que influenciaram em suas territorialidades.

² Letra e música de autoria da 1º turma do Ensino Fundamental de Cachoeirinha/2002.

Foi no final do século XIX que aquele espaço natural, às margens do rio Madeira passou a ser ocupado, a ter um nome e a ser construído conforme as relações socioespaciais daquele período. Segundo os dados documentais e de campo, foi em 1896, que o lugar passa a ser propriedade do Senhor Joaquim José de Oliveira³ como foi possível comprovar no Inventário dos bens por ele deixado, de onde foi extraído um Formal de Pastilha o qual tivemos acesso nas pesquisas de campo como mostra a figura 03 a seguir.

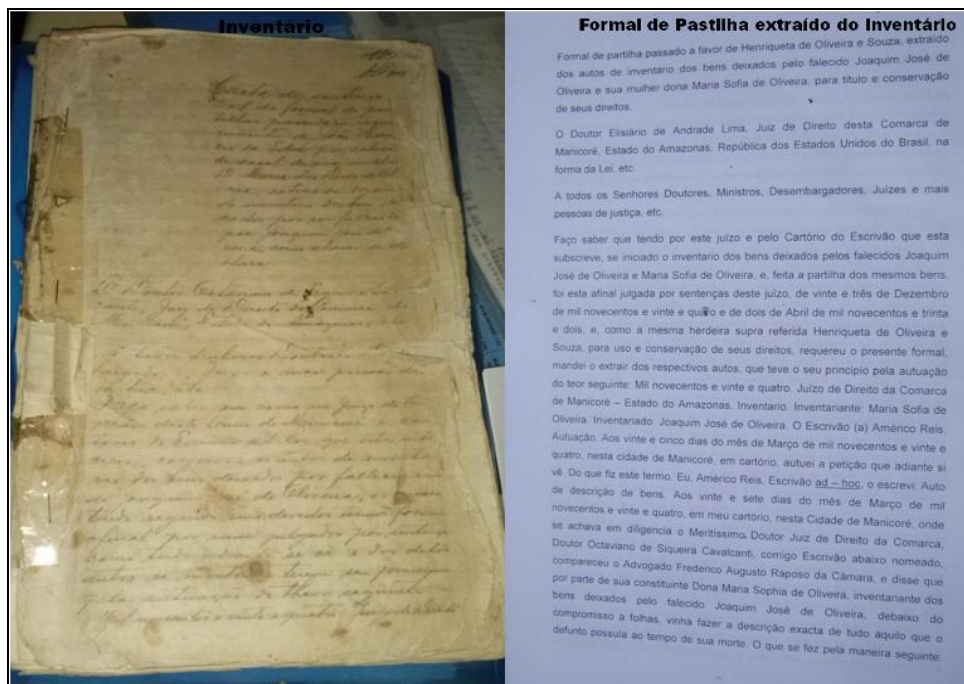


Fig. 03: Documentos com os dados do início de formação de Cachoeirinha.

Fonte: Moradora da comunidade Cachoeirinha, descendente do Sr. Joaquim José de Oliveira.

Neste documento foi possível confirmar a relação da troca comercial entre o Senhor Joaquim José de Oliveira e a firma Barros & Levy referente à aquisição do lugar Cachoeirinha. Essa firma tinha sede em Manaus;

Era uma das mais importantes firmas de Manaus, com os seus armazéns e escritórios num belo e grande edifício de quatro andares, construído no ponto mais central do comércio da cidade, à Rua Marechal Deodoro, 27. (...) Os dois primeiros sócios, Srs. Isaac J. Barros e Jacob J. Levy iniciaram o comércio da firma no ano de 1886, estabelecendo-se no Rio Madeira, sob a razão de Barros & Levy⁴.

³ Gaúcho vindo do Rio Grande do Sul em meados do século XIX, segundo seus descendentes, ele era remador e foi assim que chegou ao Rio Madeira, depois casou-se com uma amazonense, índia mura. Morava em lugar chamado Muraçutuba a jusante da sede do município de Manicoré, do qual era proprietário antes de passar morar em Cachoeirinha.

⁴ Impressões do Brasil no Século Vinte. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g47d.htm>, pesquisado em 08/01/2014.

Essa firma negociava no Rio Madeira produtos como a borracha, castanha, cacau etc. Segundo um dos bisnetos do Senhor Joaquim José de Oliveira, morador de Cachoeirinha, hoje com 77 anos, a relação de troca ocorreu da seguinte maneira: havia um primeiro dono que morava no lugar, o qual negociava com essa firma, e pra quem estava devendo. Da mesma forma o Senhor Joaquim José de Oliveira negociava também com a firma Barros & Levy e com ela tinha saldo. Com o objetivo de receber sua dívida a firma ficou com o lugar Cachoeirinha e passou como forma de pagamento ao senhor Joaquim José de Oliveira, o qual ainda teve que passar uma quantia a mais para o pagamento da propriedade. Leal (2007) em um estudo sobre os seringais no Rio Madeira relata bem a atuação da firma Barros & Levy neste rio, segundo ele, essa firma possuía inúmeros seringais, extensas propriedades e a maioria conquistadas à base da força, utilizando métodos rudes e violentos. Benchimol (1994) afirma que o patrimônio dessa firma no período auge da borracha era incalculável, possuindo mais de 300 seringais, além de castanhais, imóveis e outros bens.

Foi nos documentos da figura 03 (Inventário e Formal de Pastilha) que conseguimos identificar e confirmar como ocorreu a aquisição da propriedade que deu início à comunidade de Cachoeirinha. Segundo a escritura de troca lavrada em 1896, na Comarca de Manicoré, pelo Tabelião Moyses Cohen, Cachoeirinha é descrita da seguinte forma:

Terreno demarcado anexo ao Supiá, (...) contendo uma casa assobradada coberta de telhas, em mau estado, um paiol para castanha coberto de zinco e uma capela, duzentas seringueiras de planta, um castanhal, uma estada de itaúba, mais um pequeno castanhal denominado Jatuarana no igarapé da Cachoeirinha e diversas seringueiras do lado de baixo⁵.

Essa relação de troca e a descrição dos bens do lugar naquele período, expressa o que afirmou Leal (2009), segundo ele, a exploração da borracha levou a um processo marcante de territorialização no Rio Madeira, o que aumentou o interesse na demarcação das terras e por mais que Cachoeirinha não fosse considerado um grande seringal, possuía seringueiras e castanheiras e isso era o que valorizava o lugar. É importante contextualizarmos que é exatamente nesse período que o Rio Madeira passa pelo início da atuação forte de exploração da borracha como afirmaram Oliveira, M. J. B. (2010); Oliveira, M. J. B e Soares (2011). Nesse sentido, lembramos o que afirma Haesbaert (2009) sobre a concepção de território, segundo ele, dentro da dimensão material do território, é necessário considerar a dimensão natural, que em alguns casos

⁵Dados do Formal Partilha extraído do inventário deixado por Joaquim José de Oliveira.

se revela com um de seus componentes fundamentais. Exatamente o que ocorreu nos territórios das comunidades rurais no Rio Madeira formada a partir da influência dos seringais, o natural passa a ter uma perspectiva material, econômica.

Outro fator importante para observamos nessa construção do território, no início da formação da comunidade de Cachoeirinha, no final do século XIX é a relação de poder. Raffestin (1993) afirma que a construção do território revela relações marcadas pelo poder, e é importante observamos o papel fundamental da influência de pessoas, grupos, na formação do território. Fato observado com pertinência na área de estudo, pois como vimos, naquele momento da história do Rio Madeira, as firmas comerciais dos produtos da floresta exerciam grande influência na formação dos territórios, eram donos (ou se tornavam) de muitas áreas de terras e exerciam o poder sobre os demais. Benchimol (2009), na obra *Amazônia Formação Sócio Cultural*, aborda sobre várias empresas que exerciam atividades comerciais no Amazonas e cita entre elas a firma Barros & Levy que segundo ele foi a mais rica firma judaica aviadora e exportadora de Manaus no início do século XX. Da mesma forma a pesquisa de Leal (2007) confirmou a atuação de poder dessa firma no Rio Madeira.

Nesse contexto identificamos os primeiros aspectos que influenciaram a construção do território na comunidade de Cachoeirinha, pois como afirma Saquet (2001, p. 3), “o território é compreendido como fruto de processos de apropriação e domínio de um espaço, inscrevendo-se num campo de forças, de relações de poder econômico, político e cultural.” E esse território é composto por suas territorialidades, que nesse momento da história da comunidade tem na extração da borracha e de outros produtos da floresta sua principal influência. Mas, é importante lembrarmos o que afirmou Raffestin (1993) sobre as territorialidades, o autor afirma que elas expressam mais que a simples relação homem-território, pois além dessas relações existe uma relação social entre os homens, ou seja, é um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional: sociedade-espaço-tempo.

Saquet (2001) afirma que o processo de territorialização é um movimento historicamente determinado pela expansão do capitalismo, se tornando um dos produtos socioespaciais das contradições sociais sob a tríade economia, política e cultura, o que determinam as diferentes territorialidades. A formação do território na área de estudo, é resultado dessa expansão do capitalismo mercantil no Rio Madeira, como vimos no primeiro capítulo do trabalho.

Embora Cachoeirinha não fosse um local com grande número de seringueiras, essas exerceram influência na formação do lugar e, além disso, era considerado um ponto estratégico e apropriado para moradia e negociações comerciais com os navios e regatões que navegavam pelo Rio Madeira. Ali funcionava um porto de lenha e era referência e parada certa para as embarcações a vapor que navegavam pelo Rio Madeira. Cortar lenha para abastecer os navios foi por muito tempo uma das atividades dos moradores de Cachoeirinha, assim como de outras localidades próximas.

Nós trabalhamos muito em lenha aqui, a gente trazia de lá do Rio Preto pra vender aqui, e naquele tempo era muita dificuldade, hoje em dia, eu digo que nós estamos em uma riqueza! Nós cortava aqueles pedaços de lenha e trazia, remando, a gente vendia pros navios. Esses navios, eles vinham comprar seringa, buscar castanha dos proprietários, e eles funcionava a lenha. Tudo era difícil naquele tempo e a lenha era barata, uma coisa de nada.⁶

Muitos dos portos de lenhas que abasteciam as embarcações nos rios do Amazonas se transformaram em vilas e até cidades, e foi o que ocorreu com Cachoeirinha, a atividade ajudou a firmá-la como espaço habitado, um território construído a partir dessas relações.

Até a década de 1950 a atividade econômica de Cachoeirinha era baseada no corte de lenha, na coleta da castanha, do látex e de outros produtos da floresta. Foi só a partir desse período que a juta começa a aparecer como o primeiro cultivo agrícola, esse contexto não está dissociado da realidade do Município de Manicoré, como exposto por Oliveira, M. J. B. (2010). Nesse sentido, afirmamos que foi a partir do contato entre diferentes povos, que tinham como principal atividade econômica a extração dos produtos da floresta, que os camponeses do Rio Madeira tiveram origem, como os primeiros moradores de Cachoeirinha.

As famílias dos moradores mais antigos da comunidade tinham procedência diversificada. Mas, a maioria tinha origem nordestina, encontramos também descendente de portugueses, gaúchos, índios, paraenses etc. Nas entrevistas de campo conseguimos identificar essas variedades de diferentes povos,

Olha o meu avô, com minha vó, que eram os pais da minha mãe, eles vieram da Paraíba, eu sou neta de paraibano... E meu avô Oliveira, pai do meu pai, era do Rio Grande do Sul, é, ele era gaúcho e casou com uma amazonense (mura), aí **era uma mistura de sangue medonha**, por isso que eu digo assim, essa minha família é uma mistura de paraibano, Rio Grande e mura. A segunda esposa do meu avô era cearense⁷.

⁶ Entrevista de campo com morador de 74 anos, realizada em novembro de 2013.

⁷ Entrevista com moradora de 90 anos, realizada em setembro de 2013.

Essa diversidade de origem da população desse pequeno espaço no Rio Madeira, mostra o quão diversificado foi a formação da população amazônica como afirmou Benchimol (2009),

O conhecer, o saber, o viver e o fazer na Amazônia Equatorial e Tropical inicialmente foi um processo predominantemente indígena. A esses valores e culturas foram sendo incorporados, por via de adaptação, assimilação, competição e difusão, novas instituições, instrumentos, técnicas, incentivos e motivações transplantados pelos seus colonizadores e povoadores. Entre eles: portugueses, espanhóis, em particular, europeus, com algumas contribuições africanas, semíticas e asiáticas, além de novos valores aqui aportados por migrantes nordestinos e de outras regiões brasileiras. (BENCHIMOL, 2009, p. 17)

E como afirma Benchimol o encontro desses povos na formação da população amazônica foi um encontro de valores, de cultura e foi a partir desse encontro e como as adaptações de convivência com a natureza, com o rural, como o trabalho pesado nos seringais, nos castanhais, nos fardos de lenha, que a população de Cachoeirinha foi construindo seu território, seu lugar, e os “filhos da terra”, assim chamados os que lá nasceram frutos dessa mistura deram continuidade na formação desse espaço-social que por muitas transformações passou, acompanhando as mudanças externas que ocorriam na Amazônia e que refletiam também nesse pequeno território.

2. 2 As Transformações Socioespaciais e o Modo de Vida na Comunidade

Como afirmamos, a extração dos produtos da floresta, principalmente castanha e borracha e a atividade do porto de lenha foram as principais atividades econômicas que impulsionaram a constituição e desenvolvimento de Cachoeirinha. Segundo os relatos obtidos em entrevista de campo, a vida naquele período, primeira metade do século XX, era muito difícil. O isolamento, a dificuldade de adquirir os utensílios básicos, como querosene para as lamparinas⁸, o rancho⁹, tudo era muito difícil, pois dependiam totalmente das empresas comerciais que compravam os produtos naturais através dos barcos ou navios movidos a lenha e demoravam para retornar à comunidade. Essas embarcações geralmente negociavam com o dono do barracão que adquiria alguns produtos para fornecer para os “fregueses”, assim era chamada a maioria dos moradores

⁸ A lamparina é um pequeno recipiente com um pavio curto que vai de dentro do mesmo onde é colocado um líquido combustível à sua extremidade. Esse pavio é aceso gerando uma luz fraca que servia para iluminar as noites das famílias na comunidade.

⁹ O rancho é uma espécie de “cesta básica” das famílias, nesse período da história da comunidade, sua composição era basicamente o sal, o açúcar (quanto não havia, usavam a cana-de-açúcar para adoçar os alimentos), o querosene, o sabão, o jabá etc., mas, a maioria dos alimentos eram feitos artesanalmente como o café, a farinha.

que coletavam os produtos da floresta em troca de alguns itens básicos para sobrevivência.

Os mantimentos a gente comprava com a borracha, tinha algumas coisas no barracão, quando não, tinha de esperar quando passava o navio, era muito atrasado, olha, hoje eu fico olhando como estão as coisas, hoje em dia, todo mundo tem boa roupa, calçado, tudo come de bom. Olha aqui na cachoeirinha, quem tinha um açúcar pra vender? O Sirico que ainda tinha um açucarzinho, um pirarucu, que vendia, comprava assim, pra vender mesmo pra esses tiradores de lenha, pra essas coisas. Comprava às vezes nos barcos, navios, mas, pra passar, era difícil, espera (...), espera (...). Agora eu vejo tudo mudado.¹⁰

Observamos nas palavras da entrevistada o quão difícil era a vida dos moradores naquele período. O trabalho pesado nos seringais, nos castanhais e no corte de lenha era acrescido com as dificuldades imposta pelo isolamento, pelos perigos da natureza e pela exploração dos comerciantes.

O trabalho na borracha era um trabalho muito pesado, era de madrugada, arriscado uma cobra, uma onça né, tudo era difícil, só na castanha que trabalhava de dia. A vida era muito difícil (...). E tinha que ser muita produção, pra pagar coisa pouca.¹¹

Essa relação sofrida no trabalho e na exploração comercial nos lembra o conceito de Território defendido por Raffestin (1993), segundo ele o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder.

O trabalho, as pequenas relações comerciais, e uma relação intensa com a natureza eram a base do modo de vida da população, que tinha como um dos aspectos ressaltado com saudade pelos moradores mais antigos a fartura de peixe, de caça e a relação harmoniosa com os vizinhos, que dividiam juntos as dificuldades do dia-a-dia. Na história de formação de comunidades rurais localizadas no rio Solimões em Manacapuru, Fraxe (2007) faz referência às farturas que existiam naquele rio no início da formação das comunidades, relatados por seus antigos moradores. A mesma referência faz Cruz (2007) em sua pesquisa sobre os camponeses ribeirinhos da área rural de Manacapuru.

Muitos moradores se deslocavam, mudavam ou faziam uma migração temporária para dentro dos rios próximos à Cachoeirinha para trabalhar na extração da borracha, pois era onde existia seringal em maior quantidade. O maior seringal e mais cultivado pelos moradores era o Supiá, localizado no rio Preto, um pequeno rio localizado a montante da comunidade, como afirmou um dos entrevistados em campo,

¹⁰ Entrevista com uma moradora de 90 anos, realizada em novembro/2013.

¹¹ Entrevista com morador de 77anos, realizado em novembro/2013

“Eu mesmo ia de Cachoeirinha cortar seringa lá no Supiá, e às vezes eu morava lá na casa do tio Hermínio e também na casa do Antônio Coitinho, eles moravam lá dentro”¹². Muitos moradores que hoje residem em Cachoeirinha vieram desses seringais, ou pelo menos nasceram lá e depois com a diminuição na extração da borracha eles se deslocaram para margem do Rio Madeira com o objetivo principal de trabalhar na agricultura. Em campo foi possível ir até esses antigos seringais nesse pequeno rio, acompanhando ex-seringueiros que hoje são agricultores em Cachoeirinha.



Fig. 04: Chegada ao antigo seringal Supiá – Rio Preto, afluente do Rio Madeira.
Foto: Oliveira, M. J. B. Trabalho de Campo/2013.

Durante o trabalho de campo, os antigos seringueiros relatavam como era a vida e o trabalho nos seringais e como foi a mudança para a agricultura.

Com 11 anos começamos a cortar seringa, eu e meu irmão, ele tinha 11 e eu tinha 10. Ai fomos cortar, só nós dois em uma estrada, com 11 anos, mas nós já se sentia adulto. Aí o papai cortava uma estrada e a gente cortava outra (...). Não era um trabalho tão difícil, mas nós ia de madrugada, umas três horas, quando chovia que era ruim. (...) Antigamente era difícil as coisa, a gente pra tomar café, cansamos de moer cana pra adoçar o café¹³..

No seringal conseguimos localizar o antigo moedor de cana o qual se encontrava próximo ao local da casa, como relatou o entrevistado (figura 05). Nessa entrevista conseguimos identificar uma das características do camponês, que é a socialização da

¹² Entrevista com morador de 77 anos, novembro/2013.

¹³ Entrevista com morador de 52 anos, dezembro/2013.

criança como membro da sociedade camponesa e como parte da divisão social do trabalho, como afirma Tavares dos Santos (1985). Observa-se que apesar da pequena idade, eles já se sentiam responsável de fazer o trabalho nos seringais.



Fig. 05: Antigo moedor de cana-de-açúcar no seringal Supiá.
Foto: Oliveira, Julles. Trabalho de Campo/2013.



Fig. 06: Seringal Supiá: explicação da coleta do látex.
Foto: Oliveira, M. J. B. Trabalho de Campo/2013.

Um fato importante observado é que apesar de toda dificuldade e das semelhanças com os trabalhos pesados nos demais seringais na história do Rio Madeira, os seringueiros de Cachoeirinha trabalhavam na extração da borracha como uma das atividades econômicas que havia naquele período, eles não tinham sido deslocado pra lá vindo de outros estados com esse objetivo ou como empregados “escravos”, como ocorreu em muitos seringais no Rio Madeira, como o Três Casas e o Paraíso em Humaitá, como relatam Carlos Teixeira (2009) e Ferreira de Castro (1989).

Mas havia uma dependência dos patrões, dos donos dos barracões, que eram as únicas opções de venda do produto e com quem comercializavam. Muitos dos seringueiros eram fregueses, ou seja, trabalhavam geralmente arrendando as estradas, onde dividiam o que se obtinha com o trabalho, ou seja, parte do látex era do dono do seringal, o trabalhador “freguês” ficava apenas com uma quantia do produto adquirido com seu trabalho. Oliveira (2007) afirma que é nessa relação que se extrai a renda da terra em produto, que é quando o camponês cede parte de sua produção ao proprietário da terra.

Em outros seringais o trabalho no primeiro momento era feito pela própria família, depois passaram arrendar também parte do seringal, como relataram os que viveram esse momento da história da comunidade em que a coleta do látex era uma das principais atividades econômicas.

Nós vendíamos a borracha pro seu Hélio, o dono do São João, mas a estrada era nossa mesmo, depois nós arrendemos a estrada. E era do seu Hélio que nós comprávamos mercadoria, comprava o rancho, já pra passar o fábrica né, aí depois que nós arrendemos a estrada aí arrumamos mais dois freguês.¹⁴

Outro fator interessante na influência da borracha na formação da comunidade foi o longo período de cultivo, ao contrário do que geralmente ouvimos sobre o “ciclo da borracha”, como se a partir da decadência da borracha na Amazônia, o látex deixasse de ser extraído totalmente nos seringais amazônicos. Na realidade, nesses pequenos espaços ocupados na margem do Rio Madeira e seus afluentes, essa mudança foi ocorrendo de maneira gradual. Na área de estudo, por exemplo, a seringa passou muitas décadas sendo a principal atividade dos moradores. Até a década de 80, a população de Cachoeirinha ainda tinha na pequena venda do látex e na coleta da castanha uma das principais fontes de renda, como podemos confirmar na imagem de uma das notas que um dos entrevistados nos apresentou.

¹⁴ Entrevista com morador de 52 anos realizada em dezembro/2013.

174

São Thomé, 17 de Setembro de 1981

O Snr. Raimundo Peg

Saldo

Comit. n.º 102, CRS			14.427,00
3	kg açúcar feno	2,25	00
3	kg querosene	"	180,00
1	kg Polacha	"	140,00
1	kg óleo Cox	"	140,00
10	kg farinha	"	250,00
150	gns. ETHREL	"	300,00
1	kg B. Sabão	175	00
ONT 18	2 B. Borracha 18 kg	"	3.880,00
✓	2 kg gás metano	185	00
✓	1 B. Sabão	"	140,00
✓	10 kg Açúcar	"	800,00
✓	1 kg óleo	"	150,00
✓	2 Esquias	"	60,00
✓	2 Mt's Cakui Dinheir	2600	00
✓	1 m ² 67 Selimetro malha	"	50,00
✓	20 kg farinha	"	520,00
✓	2 mt's Kópe / B. Sabão	"	740,00
✓	1 m ² 30 fósforos / m ² kakt	"	330,00
✓	1/2 kg. Querosene	"	40,00
✓	3 B. Borracha 27 kg	"	-4.320,00
			21.627,00

NÃO VALE COMO RECIBO
Zegui Tr.º 126

Fig. 07: Nota de relações comerciais realizada em 1981.
Fonte: Morador de Cachoeirinha, trabalho de campo/2013.

Segundo o morador, nesse período, era no barracão de São Thomé que conseguiam comprar os mantimentos e vender a borracha e a castanha, que mal dava para pagar a conta. O São Thomé era uma pequena localidade localizada no Paraná do São João, próximo de Cachoeirinha, a uma distância de 3 km.

A borracha foi um produto que teve sua marca histórica na territorialidade de Cachoeirinha. Sendo um dos elementos de contribuição da sua formação, tendo sido uma das atividades econômicas praticada pelos moradores por quase um século, passando de geração a geração, como acompanhamos nas entrevistas em campo. Nos relatos de quem viveu essa experiência, podemos constatar que ao mesmo tempo em que eles relatam as dificuldades vividas nos seringais, expressam também, um certo orgulho pelo trabalho realizado, exposto nas suas simplicidades de ser e de relatar os fatos:

Lembro que eu vendia a borracha na Cachoeirinha para o Bebe Figueira (comerciante de Manaus), pro Genuíno (comprador local) eu vendi muita borracha, quando eu cortava no Supiá. E eu....., eu sabia fazer borracha, fazia aquela borracha cumprida, poxa vida, chega a dá saudade! Eu lembro que a

gente chegava, fazia o fogo né, colocava o buião, que era uma lata de singalão, aqui na Cachoeirinha defumava com caroço de babaçu e lá no Supiá era com cavaco de Maparajuba.¹⁵

Além das explicações de como faziam o trabalho da borracha, eles relatavam também as histórias de superação no meio da selva, onde enfrentavam os perigos dos animais peçonhentos, ferozes, como a onça e também os mistérios da floresta, como vozes, fogos que acompanhavam nas remadas pelas madrugadas nos pequenos igarapés que levavam aos seringais. Essa é uma das características dos aspectos morais do campesinato que transita de uma ordem econômica para uma ordem moral, de representação, de magia e tradição, como nos afirma Woortmann (1990). Esse foi um dos aspectos observado em campo, identificamos que mesmo com as mudanças ocorridas na comunidade, com o ingresso na “modernidade”, o produtor, o morador rural, o camponês, continua como um homem que acredita na magia, na tradição, nos segredos da natureza, na cura pelas rezas.

A borracha foi um dos produtos mais marcantes na histórica econômica da comunidade. Com quase um século de atuação, ela começou a perder espaço aos poucos, quando a agricultura começa a ter mercado no Rio Madeira, tendo início com o cultivo da juta, que em Manicoré começa a ser introduzida a partir da década de 1950, incentivado pela instalação da primeira unidade fabril de juta no Amazonas em 1954, apesar de no Amazonas, o plantio da juta ter sido iniciado em 1931, por colonos japoneses nas várzeas do rio Amazonas com afirma Cruz (2007).

Observamos que ao longo desse processo histórico das atividades econômicas que eram desenvolvidas pelos moradores da área de estudo, a juta foi a primeira atividade agrícola com objetivo comercial e ela passou a ser cultivada concomitante a extração da borracha. Seu plantio passa a ser uma alternativa de produção na várzea com o objetivo comercial, pois a utilização desse solo, até esse período, era feito apenas para pequenas lavouras de consumo, como o feijão, a roça de mandioca para fazer a farinha, feita também na terra firme, algumas famílias as vezes comercializavam a farinha de mandioca, mas em pequena escala.

É importante observamos que as ações que ocorrem e influenciam as territorialidades na comunidade tem relação externa a sua realidade, ou seja, os fatores que atuaram na formação e a consolidação do território das comunidades camponesas no Rio Madeira estavam e estão relacionados com as ações mais amplas, principalmente

¹⁵ Entrevista com morador de 77 anos, realizada em novembro/2013.

do avanço capitalista sobre a região. Por isso concordamos com Oliveira (2007) quando afirma que o camponês deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, pois é o próprio capitalismo dominante que gera relações de produção capitalistas e não-capitalistas, combinadas ou não, em decorrência do processo contraditório intrínseco a esse desenvolvimento. Sack (1986) também afirma que o território é composto por várias territorialidades, e essa última é composta por essa totalidade de relações, econômicas, políticas e culturais.

O cultivo da juta tratava-se também de um trabalho realizado em condições de grande insalubridade, como afirma um dos entrevistados de 72 anos: “a juta então que era um serviço aperreado, pois tanto tava chovendo como não, você tinha que ir, ficava de molho lá trabalhando, era muito difícil”. No início da produção seu comércio mantinha uma semelhança com o da borracha, os compradores geralmente eram os mesmos, os antigos patrões, e a relação se dava sob o esquema de aviamento¹⁶, o que deixava os produtores dependentes dos comerciantes. Mas aos poucos essa dependência foi diminuindo, a partir da década de 1970 aumenta o número de circulação de comerciantes, compradores dos produtos como a juta no Rio Madeira, e o plantio passa a ser desenvolvido com maior intensidade utilizando também a várzea do outro lado do rio, em frente à comunidade e também a jusante.

E mesmo sendo uma atividade considerada sofrida, a juta foi um produto que aos poucos foi trazendo uma renda a mais aos moradores de Cachoeirinha, e eles em seus simples modos de vida, começam a ver a mudança, a sonhar com a aquisição de alguns bens.

Houve mudança sim, antes o produto era só a seringa (borracha), a castanha, aí depois veio surgindo a juta, eu sempre falo que até hoje eu to vendo o dinheiro da juta, que foi as máquinas, os motores que nós compramos, pequeno, mas tudo foi dinheiro da juta, um pouco sofrido, mas conseguimos¹⁷.

Observa-se nas palavras do morador as mudanças sentidas com o comércio da juta, eles passam a se dar a oportunidade de sonhar com uma compra que antes pra eles era impossível apenas com o extrativismo da borracha e da castanha. A prática da agricultura como oportunidade de renda trouxe para o camponês no Rio Madeira, sua

¹⁶ O aviamento é um sistema de fornecimento de mercadorias, onde o comerciante, patrão ou aviador adianta bens como alimento ou instrumentos de trabalho, com a condição de que o pagamento seja realizado através de produtos no caso a juta, mas era feito principalmente na extração da borracha. Consultar SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia**. São Paulo, T.A. Queiroz, 1980. Segundo esse autor, aviamento era uma espécie de crédito sem dinheiro e tornou-se parte da dinamização da economia gomífera na região, principalmente após o final do século XIX.

¹⁷ Entrevista com agricultor camponês de 77 anos, realizada em novembro/2013

fortificação e sustentação no campo, trouxe aos poucos sua independência dos antigos patrões.

Nesse aspecto observamos que a territorialidade da juta, traz consigo algumas características diversificadas da territorialidade do extrativismo da borracha e da castanha. Surgem novas formas de relações comerciais, assim como novas formas de trabalho. Para a preparação do roçado, por exemplo, passam a fazer puxirum¹⁸, que é o trabalho realizado por um grupo de pessoas que se unem para desenvolver uma atividade, na produção de juta essa atividade era feita tanto na preparação de roçado, como no corte e na lavagem e o puxirum era feito através do dia trocado, como explica um dos agricultores camponeses entrevistado:

Pra fazer o roçado fazíamos puxirum, trocava os dias de trabalho. E pra corta juta fazíamos puxirum também, pois era muito trabalho, e depois tínhamos que fazer de novo pra lavar, pois se deixasse passar do ponto num prestava, tinha que ser tudo na hora certa, era muito trabalho. Naquela época, era só dia trocado, não pagavam diária como hoje, no dinheiro. E isso foi uma mudança também, hoje praticamente tudo é pago no dinheiro, as diárias¹⁹.

Observamos que a agricultura praticada pelos camponeses insere a ação participativa, a união dos moradores nas atividades desenvolvidas. Essa prática não era comum nas atividades extrativistas, o trabalho era feito mais individual. Mas já havia a realização dos puxiruns para realizar o plantio da roça para a produção de farinha para o consumo. Essa forma de relação na prática camponesa é chamada de *ajuda mutua* e é um dos elementos que caracterizam a agricultura camponesa, Tavares dos Santos (1985).

Com a implantação da agricultura na várzea com o objetivo comercial os moradores de Cachoeirinha passam a ter uma nova fonte de renda, mais o extrativismo da borracha e da castanha continuam sendo praticado. Com a queda no preço da juta, as dificuldades insalubres de trabalho, que exigiam grandes desgastes físicos, os agricultores camponeses passam a inserir um novo tipo de produção: a melancia. Foi no final da década de 1970 que a melancia aparece como uma segunda alternativa de cultivo:

A gente fazia o roçado e plantava a juta, aí tirava a juta, o roçado ia pro fundo e quando saía a gente plantava a melancia. O primeiro que começou foi o Cezar, depois nos próximos anos muita gente já plantava. Aí então a seringa,

¹⁸ Essa atividade também é conhecida como ajuri e mutirão, mas, na área de estudo eles costumam chamar sempre de puxirum.

¹⁹ Entrevista com agricultor camponês de 72 anos, realizada em dezembro/2013.

a castanha, foi perdendo a vez pra agricultura né, primeiro veio a juta depois a juta foi perdendo a vez pra melancia.²⁰

As palavras do entrevistado mostram a capacidade que os camponeses têm de se reinventar como produtor e de aproveitar os recursos da natureza. Observamos também que é nesse período que a *variedade de cultivo* começa a fazer parte da produção agrícola da comunidade, outra característica do camponês. Mas essa possibilidade de cultivo só se tornou possível nas comunidades ribeirinhas no Rio Madeira, como Cachoeirinha, por que houve também um aumento da demanda e uma maior circulação financeira e comercial, incentivada principalmente pela criação do Parque Industrial em Manaus no final da década 60, o que aumentou a população e o consumo na capital do estado.

Esse crescimento industrial em Manaus também colaborou com a vinda de muitos dos moradores para a capital (como veremos posteriormente), mas, ao mesmo tempo esse aumento da circulação capitalista levava a possibilidade de novos cultivos nas comunidades rurais espalhadas pelos rios amazônicos. Essas novas culturas agrícolas eram voltadas principalmente para consumo alimentício impulsionado pelo aumento da demanda na capital Manaus, levando a produção de produtos agrícolas como a melancia. Isso fez com que os camponeses continuassem nas comunidades rurais tendo a agricultura como a principal fonte de renda e de influência territorial. Esse fato nos remete aos estudos de Lênin (1985) e Kautsky (1980) que propagavam o fim do camponês diante do avanço capitalista e tecnológico no campo. Na realidade, na Amazônia, o avanço capitalista, a relação com o mercado acabou de alguma forma contribuindo para permanência dessas populações no campo, pois é através da renda adquirida no contato com o mercado capitalista que eles mantêm seu sustento nas comunidades rurais. Nesse sentido, concordamos com Martins (1990) quando afirma que a existência do campesinato provém das relações mediadas pelo capitalismo, desenvolvendo-se em seu interior como relação não-capitalista, ou seja, o camponês é necessariamente um produtor de mercadorias e participa do mercado, sem, contudo, ser transformado em capitalista.

A partir da década de 1980, a melancia passa a ser o principal produto cultivado pelos moradores de Cachoeirinha. E a possibilidade de adquirir uma renda a mais e ter uma melhor condição de vida levou ao deslocamento de moradores que ainda permaneciam nos seringais, nos pequenos afluentes do Rio Madeira e ao cultivo da

²⁰ Entrevista com agricultor camponês de 77 anos realizada em novembro/2013.

agricultura nas várzeas desse rio. Isso provocou um pequeno aumento da população de Cachoeirinha que passou a ser o local de morada dessas famílias.

Nesse período a gente ainda trabalhava com a seringa, a juta e a castanha lá no Supiá. Aí veio a notícia da melancia que estavam plantando na Cachoeirinha, nessa época eu tinha uma faixa de 18 anos, e aí como pessoal tavam plantando e vendendo, ganhando dinheiro né, aí o tio Cezar foi lá e disse pro papai: mais rapaz por que tu não manda os meninos ir lá trabalhar na melancia? (...) E aí nós viemos pra cá, deixemos lá o Supiá, isso foi em 1982, mas ninguém abandonou ainda né, ai ficou o papai lá com ou outros. (...) Nós viemos e já fizemos o roçado de melancia. (...) Ai como deu certo a produção de melancia, e a borracha já não dava mais, a família toda veio do Rio Preto (Supiá) pra cá, e também na época já era um sonho sair de lá, pra procurar estudar né, e a Cachoeirinha já era uma opção de estudo. (...) E aí viemos contribuir com a formação da população da Cachoeirinha.²¹

As palavras do entrevistado já passam uma série de informações das transformações socioespaciais que ocorriam naquele período em Cachoeirinha, e a principal dela foi a influência que o cultivo da melancia trouxe para comunidade. Observamos que a prática agrícola da melancia impulsionou o aumento da população. Cachoeirinha, como bem explicou o entrevistado, já era também uma alternativa de melhores condições de vida, de estudo, de melhores oportunidades, e isso incentivava os antigos seringueiros a deixarem o seringal e irem à busca de novas opções de renda e a melancia foi o produto que trouxe essa possibilidade a essas pessoas.

A década de 1990 foi considerada pelos moradores de Cachoeirinha, como a “década da melancia”. O produto passou a ser cultivado com maior intensidade pelas famílias da comunidade, e o número da produção aumentava anualmente. Nesse período a coleta da borracha e o cultivo da juta deixam de ser praticado na comunidade. Apenas o extrativismo da castanha continuava sendo realizado por algumas famílias como ajuda na renda.

A procura pelo produto por compradores de Manaus que se deslocavam em seus barcos para comprar melancia na comunidade incentiva ainda mais o aumento da produção. A relação com esses atravessadores era marcada também pela dependência dos insumos necessários para o cultivo da plantação. Mas, é nesse período que alguns agricultores camponeses se deslocam até Manaus com o objetivo de vender a melancia diretamente no mercado da capital, uma forma de se libertar de vez das dependências dos antigos patrões e agora dos atravessadores que ditavam ali o preço do produto. Mas essa experiência lhes rendia também dificuldades como conta um dos entrevistados.

Sim, levava melancia pra vender em Manaus, mais depois fui me desgostando de levar pra lá, porque, era muito complicado, o barco ia muito

²¹ Entrevista com agricultor camponês de 50 anos, realizada em novembro de 2013.

cheio, era vários que levava, e quando chegava lá misturava melancia, e era assim, as vezes tínhamos prejuízo, ainda chegamos a vender fiado lá, tudo isso.²²

De alguma forma o agricultor camponês acabava encontrando dificuldade e sendo explorado em sua relação com o mercado, mas, essa era a maneira de alcançar a renda para manter sua família e seu trabalho na agricultura. A capacidade de se superar e enfrentar as dificuldades são uma de suas características, por isso, o camponês se reproduz, persiste e resiste.

Um dos fatos importantes a ser relatado nessa capacidade de reprodução camponesa é a forma de trabalho. É importante ressaltar a aptidão que os camponeses têm de adaptação, e de um autoconhecimento que eles são capazes de desenvolver na prática dessas culturas agrícolas. Lembramos como afirmou Cruz (2007), que o cultivo da juta foi introduzido na várzea do rio Amazonas pelos japoneses que tinham conhecimento do plantio. No Rio Madeira, na área de estudo em específico, esse conhecimento é desenvolvido a partir da notícia que chega às comunidades de que aquele determinado produto tem mercado e cresce e se desenvolve nas terras férteis da várzea, e nessa relação intrínseca com a terra, os agricultores camponeses vão aprendendo na prática como desenvolver os cultivos agrícolas, tendo como principal orientação os aspectos da própria natureza: a enchente, a vazante dos rios, o período de chuva que eles chamam de inverno e os dias longos de sol que eles denominam de verão²³.

A natureza tem um poder central nas territorialidades, nas formas e no tempo de trabalho dos camponeses nos rios amazônicos. O momento de preparar o roçado, de plantar e de colher é conduzido pelas mudanças que a natureza exerce sobre as águas e sobre a terra. Esse aspecto da influência das mudanças sazonais será melhor aprofundado no próximo capítulo sobre a organização produtiva da comunidade.

O trabalho de preparação do roçado para o plantio da melancia também era feito através do puxirum, do dia trocado, da *ajuda mútua*. Nos anos do auge da produção da melancia em Cachoeirinha, a comunidade se reunia para fazer o calendário dos puxiruns de preparação dos roçados, cada família representada pelo pai ou filho homem marcava o dia no calendário que seria seu puxirum. Os que tinham a área de plantio mais próximo do rio eram os primeiros, e assim era organizado o calendário que depois era

²² Entrevista com agricultor camponês de 72 anos, realizada em dezembro de 2013.

²³ Segundo os dados do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) o verão no Hemisfério Sul tem início em dezembro e vai até março, o outono de março até junho, o inverno de junho a agosto e a primavera de setembro a dezembro.

afixado em local de referência na comunidade. Dessa forma, nem precisava haver o “convite” pessoalmente para cada trabalhador, bastava olhar o calendário e ver o dia do puxirum de cada família, e no dia e hora marcada se deslocar para o local onde todos aguardavam o barco para irem ao local do roçado. No início do cultivo da melancia, década de 70, os puxiruns costumavam ter a duração de 8 horas por dia e era a família, dona do roçado, a responsável pela alimentação dos trabalhadores, oferecia café, merenda e almoço, ou seja, era o dia todo de trabalho, mas às vezes não se cumpria todo esse horário porque o roçado ficava pronto antes, isso dependia do tamanho do roçado que muitas vezes era determinado pelo tamanho da família, ou melhor, pelo número de consumidores como afirmou Chayanov (1974), mas, observamos em campo que isso depende também da capacidade da *força de trabalho familiar*, não só do número de consumidores.

A força de trabalho familiar é indivisível e realizado de forma coletiva com o objetivo do bem comum com afirmou Tavares dos Santos (1985). Chayanov (1974) afirma que o trabalho da família é a única condição possível para a obtenção de recursos para um camponês, porque não existe o fenômeno social dos salários e, por este motivo, também está ausente o cálculo capitalista do lucro, pois o trabalho do camponês, tem como fim, a satisfação de suas necessidades.

Com o passar dos anos, ocorreram mudanças no tempo de trabalho e na forma de organização dos puxiruns,(.) O trabalho passou a ser realizado em um tempo mais curto e alimentação passou a ser responsabilidade de cada um dos trabalhadores. Mas a forma do trabalho familiar não mudou, ela permanece, assim como o camponês, resistindo todas as transformações que ocorreram e ocorrem na área de estudo.

A forte atuação na produção de melancia em Cachoeirinha influenciou em novas territorialidades, houve um aumento na renda dos moradores e eles passaram aos poucos a ter mais independência no desenvolvimento de seu trabalho e nessa relação identificamos outro elemento da agricultura camponesa: a *propriedade dos meios de produção*, que como afirma Oliveira (1996), esses meios são adquiridos, portanto são mercadorias e no acesso a essas mercadorias que o camponês trava relação com o capital. No caso específico da área de estudo, essa relação era muito mais de dependência dos comerciantes, dos compradores das mercadorias no período do extrativismo e até mesmo com a comercialização da juta, pois basicamente havia uma dependência total na aquisição dos meios de produção. Foi a partir do cultivo da juta e posteriormente com a produção de melancia que gradativamente essa dependência foi

diminuindo, não significando que ela foi extinta. Isso ocorreu principalmente, porque os agricultores camponeses da área de estudo não costumavam ter acesso aos créditos bancários, esses créditos eram disponibilizados pelos comerciantes, pelos compradores de seus produtos, sendo essa uma forma que esses capitalistas utilizavam para ter domínio sobre o camponês, pois isso marcava uma relação de dependência para com o comprador, característica herdada desde o início do extrativismo na relação com os donos dos barracões.

A gente vendia pra os comerciantes (...), e comprava fiado o rancho, os materiais necessários para o fabrico e depois pagava com a juta (...). No começo da produção da melancia também, eles forneciam veneno, material, dependíamos deles pra trabalhar, as vezes até o rancho. Principalmente pra quem não tinha estrada (seringa), não tinha como se manter, era o auxílio que eles davam pra gente. E hoje isso já mudou, muita gente já pode comprar seu próprio veneno pra trabalhar, seu próprio material, já trabalham independente.²⁴

É importante observamos que ao mesmo tempo em que há uma relação de dependência do camponês com o comprador, essa relação é vista também pelo camponês como uma ajuda, um auxílio para que ele tenha capacidade de desenvolver seu trabalho. Esse fato contraditório não deixa de ser também um motivo de análise, pois se tratando do isolamento dessas comunidades e da dificuldade que os agricultores camponeses tinham de ter acesso ao mercado, esses compradores de uma maneira contraditória davam condições para esses camponeses desenvolverem seu trabalho e foi a partir dessa relação que eles foram aumentando sua renda e passando a ter mais independência na realização do seu trabalho e no seu próprio meio de vida.

Outra observação feita e já ratificada anteriormente é que o trabalho no extrativismo da borracha acompanha todo esse processo de introdução dos novos cultivos agrícolas e até mesmo se torna uma base de apoio no desenvolvimento dessas culturas agrícolas, como ressaltou o camponês na citação anterior, que a estrada de seringa era uma garantia no sustento da família.

A produção de melancia em Cachoeirinha foi responsável por várias mudanças na vida dos agricultores camponeses e na própria comunidade. É nesse período que têm início os pequenos comércios, pois até então, para comprar o que precisavam para suas necessidades era preciso se deslocar à sede do Município ou comprar nos barcos dos comerciantes. É também por influência da renda gerada na comercialização da melancia que alguns agricultores camponeses têm o primeiro impulso de se tornarem também

²⁴ Entrevista com camponês de 72 anos, realizada em dezembro/2013.

compradores dos produtos na comunidade, e isso foi uma atividade que prevalece até hoje, pois como veremos no próximo capítulo, 90% dos compradores dos produtos agrícolas que atuam em Cachoeirinha hoje são da própria comunidade, são agricultores camponeses e ao mesmo tempo nós os definimos como “agricultores intermediários” como veremos no próximo capítulo.

Assim, as novas territorialidades, influenciadas pela produção de melancia, trouxeram mudanças significativas aos agricultores camponeses em Cachoeirinha. A maior circulação comercial e financeira fez com que eles passassem a produzir mais e ter mais acesso a mercadorias. Essa relação nos lembra o que afirmou Marx em o *Capital*, que a produção camponesa faz parte do movimento M-D-M, enquanto a produção capitalista segue a seguinte fórmula D-M-D.

Oliveira (1996) baseado em Marx (1984) afirma que a produção camponesa está assentada na fórmula simples de circulação de mercadorias (M-D-M), onde se tem a conversão de mercadorias em dinheiro e a conversão do dinheiro em mercadorias, ou seja, vender para comprar. Essa relação só se tornou mais atuante na área de estudo com a introdução dos cultivos agrícolas, foi a partir da comercialização da juta e posteriormente da melancia que os camponeses passaram a produzir mais, ou seja ter mais mercadorias (produtos agrícolas), vender essa mercadoria e ter mais acesso ao dinheiro e comprar novas mercadorias (as não produzidas por eles), exatamente fazendo essa circulação M-D-M, onde o objetivo final dessa relação é satisfação da necessidade da família, ou seja, o valor de uso.

A melancia foi produto de grande importância pra comunidade, o aumento na renda das famílias impulsionado pela comercialização do produto fez com que a comunidade se organizasse para fazer a primeira festa da melancia no início da década de 1990, hoje essa festa é realizada na sede do Município de Manicoré, é a maior festa cultural realizada no Município, acontece junto com a feira agropécuaria, no final do mês de setembro, anualmente.

Mas, a produção de melancia passou a ter vários problemas, tanto no cultivo, pois se trata de uma planta bastante melindrosa, como na sua comercialização, pois o aumento significativo na produção, não só na comunidade, mas, no Município, no Estado e também de outros Estados como Roraima levou à queda no preço, principalmente no auge da safra, que vai de agosto a setembro.

Com os problemas na produção e comercialização da melancia, os agricultores camponeses passam a buscar novas alternativas de cultivo agrícola e foi na década de

2000 que a banana passa a ser cultivada com mais intensidade e com objetivo mais direcionado para o comércio, pois seu cultivo já era realizado na comunidade, porém, seu comércio ainda era tímido, como relata o agricultor,

Lembro que antigamente só plantava banana para alimentação... E aí aos poucos começaram a vender a banana, eu lembro que era seu Agnelo lá na Santa Luzia, aí ele disse pro papai: “compadre faça um bananal pro senhor, que toda semana a gente pega um dinheirinho com a banana”, e aí nesse tempo, já começa a ter os compradores de banana. (...) Mas aqui na Cachoeirinha foi primeiro a melancia, depois que veio a banana.²⁵

Foi com timidez que a banana passou a ser cultivada, com objetivo comercial, em Cachoeirinha, mas ganhou força com o aumento na procura e pouco trabalho em seu cultivo se comparado com a melancia. Atualmente é o principal produto cultivado na comunidade, mas além da banana e da melancia, os camponeses também cultivam jerimum, abobrinha, pimenta, maxixe, mamão, macaxeira etc., uma *variedade de cultivo*, que é também um dos elementos que caracterizam a agricultura camponesa, pois como afirma Paulino (2006), quanto maior a variedade de cultivo, maior a possibilidade de geração de renda pra suprir a necessidade da família.

Com sua origem baseada no extrativismo da seringa e da castanha, iniciada no final do século XIX, Cachoeirinha hoje é uma comunidade agrícola, sendo essa a principal atividade de seus moradores, os quais definimos como camponeses históricos, justamente por que eles passaram por todas essas transformações, mas, sempre permanecendo com a força de trabalho familiar enquanto unidade básica de produção, e com uma relação intensa com a natureza. Shanin (1980) afirma que o cerne das características determinantes do camponês parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social. Neste trabalho, denominamos o camponês como “agricultor camponês”, para melhor identificarmos baseado em suas atividades e seu modo de vida.

Todas as transformações ocorridas na forma de trabalho, no tipo de cultivo, no aumento da renda dos moradores na comunidade de Cachoeirinha foram acompanhadas também de uma série de transformações socioespaciais que influenciaram o modo de vida dos moradores. Essas mudanças, ocorridas naquele pequeno espaço à margem do Rio Madeira, eram reflexo também do que ocorriam a nível municipal, estadual, regional, federal e até mesmo global. Milton Santos (1982) afirma que ao mesmo

²⁵ Entrevista com agricultor camponês de 50 anos realizada em novembro/2013.

tempo em que há singularidades únicas, os lugares estão em interação, movidos pela força do capitalismo.

Na Amazônia, a força atuante do capitalismo impulsionou grandes transformações. Mas, é importante entendermos que essas transformações são sentidas de formas diversas, dependendo do local e nem sempre chegam diretamente, suas implicações podem se apresentar em alguns aspectos indiretamente às comunidades camponesas, como na área de estudo por exemplo. Um exemplo clássico para entender essa relação, foi a construção das rodovias na Amazônia, que em um primeiro momento, afetou diretamente apenas as áreas de influência das rodovias, onde hoje há os neocamponeses como mostramos no primeiro capítulo do trabalho. Mas, as ações que ocorreram posteriormente influenciadas pelas rodovias, como a implantação dos assentamentos, o aumento na criação de gado, no desmatamento, levou a criação e implantação de novas políticas territoriais, e a relevância da questão ambiental que ganhou força nas últimas décadas, passou a ser a principal responsável pelas transformações socioespaciais na comunidade de Cachoeirinha.

Como vimos anteriormente, foi o extrativismo e posteriormente a agricultura, as principais atividades a impulsionar o modo de vida dos moradores de Cachoeirinha. Com suas dificuldades e superações, a comunidade foi com o passar do tempo alcançando melhorias na educação, na saúde, mas essas ações ocorreram de forma gradativa, pois as políticas públicas praticamente não alcançavam as áreas rurais no interior da Amazônia, e essas comunidades tiveram que aprender a viver sem assistência dos serviços básicos, esquecida do poder público.

Com o avanço acelerado da destruição dos recursos naturais na Amazônia, a aplicabilidade das políticas ambientais passa a ser a principal forma de controle desse aumento, passando a redefinir as novas formas de territorialidade, transformando em Unidades de Conservação (UC) as áreas ainda não ocupadas por empreendimentos econômicos que se expandem sobre a floresta. Foi através dessas ações, que em 2006 foi criada a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Madeira, que inclui áreas dos Municípios de Borba, Novo Aripuanã e Manicoré, abrangendo a área onde se localiza a comunidade camponesa de Cachoeirinha (Figura 08).

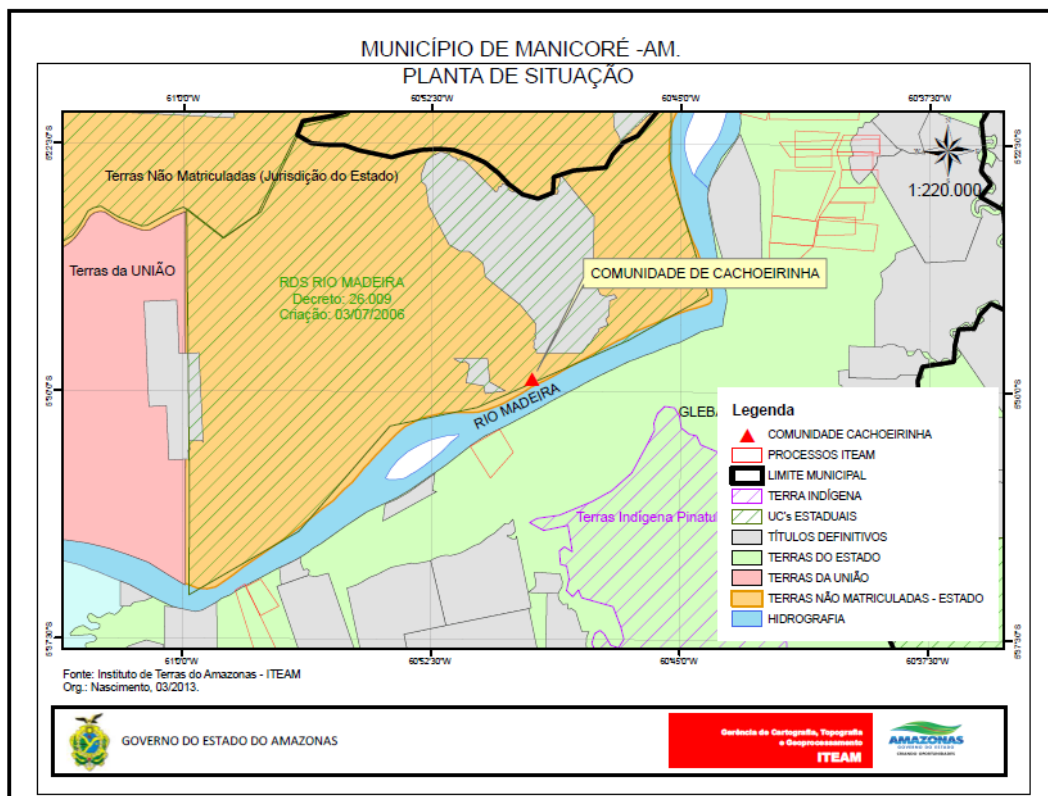


Fig.08: Localização da comunidade em área de reserva.
Fonte: ITEAM. Organização: BENFICA, M./2013

Com a inserção da comunidade em uma área de reserva, ocorrem mudanças e os camponeses históricos passam a fazer parte de novas ações, são novas territorialidades e novas redefinições territoriais que ocorrem dentro da própria comunidade. Cachoeirinha fica localizada em terra firme, mas sua área de abrangência habitada alcança parte ocupada na várzea, onde moram dez famílias, essa área é chamada de Curupati.



Fig. 09: Modelização da Área Cachoeirinha/Curupati.
Fonte: Google Earth. Organização: M. J. B. Oliveira/2014.

A ocupação desse espaço se deu a partir da década de 1960, quando filhos de um morador da terra firme (Cachoeirinha) casaram e passaram a morar nesse espaço que ficava próximo de estradas de seringa e também a trabalhar nas terras de várzea. E já com o nome Curupati essa área passou a ser ocupada pelos próximos descendente das famílias e hoje moram lá num total de 57 pessoas, todos da mesma família e seus agregados. Na figura 09 é possível observar a localização de Cachoeirinha na terra firme em relação à área de várzea denominada Curupati.

As famílias que moram no Curupati sempre mantiveram uma relação direta com Cachoeirinha, fazendo parte da comunidade, participando de todos os aspectos organizacionais, igreja, escola, comércio, etc., essa área funcionava como uma espécie de “bairro” de Cachoeirinha, pois, como veremos a seguir a comunidade é dividida dessa forma. No entanto, eles sempre se sentiam prejudicados, pois, afirmavam que nada chegava diretamente para eles na várzea. Com a criação da RDS e contato mais direto com os órgãos responsável pela gestão da área de reserva eles passaram a cobrar essa assistência e lutar pela independência, para ter direito a alguns benefícios. E em 2010, essa área passou a ter organização própria, com criação da Associação dos Moradores de Curupati, passando a responder como uma comunidade independente dentro da área da RDS do Madeira, tendo direitos de receber benefícios diretamente, como explicou o presidente da Associação dos Moradores de Curupati:

Com a criação da reserva houve mudança para nós, através da Associação o Curupati passou a ser mais independente de Cachoeirinha (...). Isso foi bom porque agora temos mais acesso aos recursos, já temos um tanque com água para todos e um projeto de encanação, temos motor bomba, máquina de cortar de capim, voadeira²⁶ (ambulancha), tudo isso através da Associação.

É possível observar que a criação da Reserva influenciou diretamente a forma de organização desses camponeses, impulsionando a criação de associações, redefinindo novas comunidades. Mas, apesar da independência adquirida por meio da criação da Associação, os moradores do Curupati continuam mantendo uma relação intrínseca com Cachoeirinha, pois estudam, participam da igreja e demais eventos culturais na comunidade, assim como realizam suas compras no comércio da comunidade.

Nesse contexto, observamos que as redefinições territoriais criadas a partir das políticas ambientais, impactaram diretamente as comunidades rurais camponesas. Mas, segundo os dados obtidos em campo por meio de entrevistas com os moradores da área

²⁶ Voadeira é uma embarcação com estrutura e casco de metal (alumínio), que funciona com um motor de popa e possui velocidade maior que os demais barcos de madeiras.

de estudo, as mudanças foram positivas. Pois, foi a partir da criação da reserva que eles passaram a ter mais acesso a benefícios e melhorias na comunidade. Dos vinte entrevistados em Cachoeirinha, dezoito afirmaram que as mudanças trazidas pela criação da reserva foram positivas, isso significa 90% de aprovação. Mas, por que eles aprovaram a criação da reserva? Quais foram as transformações e os benefícios adquiridos?

A principal resposta para a primeira pergunta está exatamente na atenção que esses camponeses passaram a receber após a criação da reserva. Como relatado anteriormente, essas comunidades rurais no interior da Amazônia sempre foram desamparadas do poder público e a possibilidade de ser ouvido, de receber atenção e alcançar alguns benefícios trouxeram para eles uma expectativa de melhorias. As principais transformações estão relacionadas ao acesso a informação, a própria valorização da natureza, aquisição de materiais que ajudam no desenvolvimento da agricultura, reforma do centro social e construção de uma casa de costura, apoio na organização de eventos culturais, construção de hortas, a comunidade também recebeu ambulância (voadeira coberta), além de curso profissionalizante.

As principais ações realizadas na comunidade fazem parte do Programa Bolsa Floresta, criado em 2007, pelo governo do Estado do Amazonas, tendo como objetivo o reconhecimento, a valorização e a compensação das populações tradicionais e indígenas no Estado do Amazonas, pelo seu papel na conservação das florestas, rios, lagos e igarapés. Fazem parte do Programa Bolsa Floresta: Bolsa Floresta Familiar, Bolsa Floresta Associação, Bolsa Floresta Renda, Bolsa Floresta Social.

O Bolsa Floresta Familiar tem como objetivo promover o envolvimento das famílias moradoras e usuárias das unidades de conservação estaduais com vistas à redução do desmatamento e valorização da floresta em pé. A recompensa paga mensalmente é de cinquenta reais (R\$ 50,00) por família, através do cartão bolsa floresta. Esse valor é irrisório se comparado com a necessidade da família, a compensação maior que a comunidade recebe vem das demais bolsas que fazem parte do programa.

O Bolsa Floresta Associação é um recurso destinado às associações dos moradores das UC e depende da quantia de Cartão Bolsa Floresta. Corresponde a 10% do valor anual recebido por todas as famílias dos moradores que participam das associações das RDS, e é repassado uma vez ao ano diretamente para essas associações devendo a sua aplicação ser decidida a partir de discussão do coletivo e aprovada em

assembleia local, nas comunidades. O fortalecimento das associações tem sido uma saída na forma de organização nas comunidades camponesas, nesse sentido nos remetemos a Kautsky (1980), apesar desse autor expressar em sua teoria que o campesinato teria fim diante da superioridade das grandes empresas capitalista, ele também deixa claro a possibilidade de sobrevivência da pequena empresa familiar, sobretudo se esta for capaz de se associar e cooperar. Já Chayanov (1974) defende em sua teoria que a unidade econômica camponesa familiar permanecerá firme diante do avanço capitalista e cita como possibilidade de seu fortalecimento a criação e participação dos camponeses em associação e cooperação formando um modo de produção independente do capitalista. Nesta pesquisa observamos que ocorreu um aumento no fortalecimento dessas associações nas comunidades camponesas através do incentivo das políticas ambientais.

O Bolsa Floresta Renda é um recurso destinado as UC para serem investidos em algo que gere renda coletivamente incentivando a inserção das populações locais nas cadeias produtivas de produtos florestais sustentáveis como óleos, castanhas, madeira, frutas, mel etc. Segundo informações disponíveis no site da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), cada UC recebe um investimento de R\$ 140 mil ao ano, sendo elegíveis as atividades que não produzam desmatamento e que estejam legalizadas e que valorizam a floresta em pé. Na área de estudo, a comunidade já recebeu alguns incentivos no fortalecimento na geração de renda, como curso profissionalizante, construção de casa de costura comunitária, apoio na plantação de hortas, etc.

Outro desmembramento do programa é o Bolsa Floresta Social, destinado a melhoria da qualidade de vida das comunidades com investimentos locais em educação, saúde, comunicação e transporte. A comunidade recebeu uma ambulância, que é uma voadeira coberta, que pode ser utilizada para transporte dos comunitários em caso de urgência de deslocamento.

As ações trazidas após a transformação da comunidade em área de reserva colaboram para algumas mudanças e expectativas de melhorias por parte dos moradores. São novas territorialidades, novas formas de organização, mas, sem, contudo, afetar totalmente o modo de vida desses camponeses. Algumas imagens acompanhadas em campo refletem as ações ocorridas na comunidade posterior a implantação da reserva como mostram as figuras 10 e 11 a seguir.



Fig. 10: Encerramento do curso de corte e costura ministrado pelo CETAM.
Foto: Oliveira, M. J. B. Trabalho de Campo/2013.

A oportunidade de fazer um curso de corte e costura foi recebida com alegria pelas mulheres da comunidade, elas se sentiram orgulhosas de poder aprender ou melhorar um conhecimento que pode ajudar na renda e na elaboração de roupas para a própria família. A revitalização do centro social também recebeu apoio do Programa Bolsa Floresta e da Associação da Reserva (figura 11).



Fig. 11: Centro social da comunidade de Cachoeirinha.
Foto: Oliveira, M. J. B. Trabalho de Campo/2013.

Observamos que houve um fortalecimento, um reconhecimento da forma como esses moradores, camponeses históricos vivem nessas comunidades ribeirinhas. Porém, isso não significa que não haja por parte dos moradores a insatisfação com algumas decisões e obrigações que eles devam cumprir em relação à reserva, a principal delas está relacionada aos roçados na terra firme, que não podem mais serem feitos em mata primária, apenas em área de capoeira²⁷. Essa decisão afetou principalmente alguns pequenos produtores de gado, que não puderam mais fazer campo para pastagem e isso levou inclusive a morte de parte do rebanho.

Outra dificuldade relatada é a falta de respeito com algumas propriedades particulares e com próprios recursos naturais de uso comum, como lagos, poços; em relação a esses últimos, o desentendimento é causado principalmente por que alguns moradores pescam intensamente nesses locais com objetivo comercial, pequena comercialização de peixe que é feita na própria comunidade, enquanto os demais se sentem prejudicado quando necessitam pescar para consumo próprio.

Mas, as mudanças causadas pela introdução da reserva, foram consideradas positivas por 90% dos entrevistados e as observações em campo comprovaram a positividade dessa transformação. Como já mencionado, as políticas ambientais têm por objetivo a valorização dessas comunidades ditas como “tradicionais”, que são exatamente comunidades camponesas espalhadas pelos rios amazônicos, formadas por pessoas simples, que carregam uma história de experiências sofridas e sentem-se gratificados quando têm a oportunidade de melhorias.

Nos últimos anos, além das ações impulsionadas pela implantação da reserva, houve também mais atuação do poder público na comunidade. Isso fez com que aos poucos, a comunidade alcance melhorias na educação, tendo iniciado o Ensino Fundamental em 1999 e só em 2006 o Ensino Médio, ministrado através do Projeto de Ensino Médio Presencial com Interação Tecnológica, criado pela Secretaria de Estado de Educação – SEDUC. Isso significa que até esse período, havia apenas o Ensino Primário, iniciado na década de 1940, como informou a primeira professora (com 90 anos) da comunidade entrevistada em campo.

Eu comecei a lecionar (...), ai enchia de alunos lá no pavilhão, aí o pavilhão foi caindo, esse pavilhão era do tio Sirico. Ai eu passei a ensinar na minha

²⁷ A capoeira é uma vegetação secundária formada a partir de áreas de roçado ou pastagens abandonadas, compostas principalmente por espécies pioneiras, de rápido crescimento, que podem recuperar as propriedades do solo das áreas degradadas, após um período variável de descanso, Ribeiro (2006).

casa apertadinha, o Genuino fez uma casa pra mim era coberta de palha, cercada, isso era em 1954, eu comecei a ensinar mais o menos em 1944²⁸.

Segundo a entrevistada havia muitas dificuldades no desenvolvimento do ensino, a primeira escola da comunidade só foi construída no início da década de 1970, mesmo assim, Cachoeirinha era uma das poucas comunidades onde havia ensino escolar e atualmente é uma das poucas que possui o Ensino Médio naquela área do Madeira, por isso, muitos alunos das localidades próximas estudam lá.

Os moradores relatam com satisfação algumas mudanças ocorridas na educação;

Hoje existe aqui coisas que antes não existia, como por exemplo, o estudo. Antes tínhamos que mandar nossos filhos para Manaus ou Manicoré, hoje já pode estudar aqui mesmo até o Ensino Médio, e quem sabe no futuro poderemos ter uma faculdade? Já tivemos curso técnico do CETAM, de espanhol básico através do tecnológico. Houve muitas mudanças, e essas mudanças vieram também através da reserva²⁹.

Outra mudança ocorreu na área de saúde, algumas ações tendem para melhoria, como a construção de posto de saúde, inaugurado em 2012 como pode ser observado na figura 12. Porém, ainda faltam profissionais capacitados para atuarem na área, uma das dificuldades encontrada pelos moradores das áreas rurais na Amazônia é a falta de acesso a tratamento de saúde, além da falta de uma política adequada de valorização desses profissionais, as dificuldades imposta pela distância, moradia e falta de entrosamento com a área rural os afasta dessas comunidades.



Fig. 12: Posto de Saúde da Comunidade de Cachoeirinha.
Foto: Oliveira, M. J. B./ Trabalho de Campo/2013

²⁸ Entrevista com a primeira professora de Cachoeirinha, de 90 anos, realizada em novembro/2013

²⁹ Entrevista com moradora de 39 anos, realizada em novembro/2013.

Diante de toda uma história de dificuldades enfrentadas pelos moradores dessas comunidades rurais às margens dos rios Amazônicos, tem-se na falta de assistência do poder público um dos maiores clamores. Nos últimos anos algumas mudanças direcionam para uma maior visibilidade dessa situação, e apesar dos vários aspectos negativos da política de assistência social, ela tem possibilitado algumas mudanças positivas nessas comunidades rurais. Além de colaborar na renda da família, programas como bolsa família, ajudam na manutenção das crianças na escola, no acompanhamento mensal das famílias, como nos informou a agente comunitária de saúde,

Hoje parece que as políticas estão chegando à zona rural, principalmente através das políticas assistencialistas, através das bolsas, a bolsa família tem um papel muito importante, tem família aqui que depende muito da renda das bolsas, outra importância é o acompanhamento da saúde das crianças, nós fizemos esse acompanhamento mensalmente, uma coisa que mudou foi a questão das vacinas, hoje não temos crianças com vacina atrasada, e pré-natal também, hoje todas fazem, antes era complicado, pois elas não se interessavam em fazer, mas, como é uma exigência do bolsa família (...), assim como o acompanhamento do peso das crianças também.³⁰

O Programa Bolsa Família foi criado em 2000, no governo Lula, para apoiar as famílias mais pobres e garantir o direito a uma renda mínima³¹. O programa possui três eixos principais: a transferência de renda para o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

Mesmo não concordando totalmente com a forma assistencialista do programa Bolsa Família não podemos deixar de avaliar positivamente o componente que escapa de uma mera doação assistencialista, quando atrela a obtenção da bolsa à obrigatoriedade escolar e exigências que melhoram a saúde e qualidade de vida das crianças. Na área de estudo, não encontramos nenhuma criança fora da escola e não foi registrado nos últimos anos nenhum óbito de crianças ou grávidas, como chegou a ocorrer em anos anteriores.

³⁰ Entrevista com Agente Comunitária de Saúde de Cachoeirinha realizada em novembro/2013.

³¹ O Programa Bolsa Família foi criado pela Lei nº 10.836/2004 e tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastro Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001.

As principais mudanças citadas pelos entrevistados foram as observadas na saúde e educação, e foram também as mais mencionadas com necessidade de melhorias. Outras transformações se deram principalmente, no aumento do número de residências, no acesso as informações, na ampliação da conexão com a cidade (via barco), na chegada da luz 24 horas (ocorrida em 2013), na diversidade de produção agrícola e a possibilidade de venda no mercado, essas últimas foram as principais responsáveis pelo aumento na renda dos moradores.

Diante das transformações socioespaciais ocorridas na comunidade, observamos que atualmente as famílias mantêm um modo de vida simples, comum a realidade interiorana da amazônica, mas com algumas superações dos desafios do passado. A relação e a dependência com a natureza continuam a mesma, inclusive com maior valorização. Isso ocorreu, principalmente, pela informação adquirida por meio de palestras, cursos, com a mudança em área de reserva. Outro fator de mudança ocorreu com a chegada de energia elétrica durante 24 horas, possibilitando oportunidade de ampliação comercial para algumas famílias, com vendas de sorvetes, picolés, frios em geral. Assim como o aparecimento de empresas de TV por assinatura vendendo pacotes de canais de televisão, etc., figura 13.



Fig. 13: Casa do agricultor camponês com TV por assinatura.
Foto: Oliveira, M. J. B./ Trabalho de Campo/2013.

Outra mudança observada posterior à implantação da energia elétrica foi na relação social entre os comunitários, principalmente nos fins de tarde. Anterior a vinda

da energia, era comum ver reunião de vizinhos, colegas, conversando (batendo papo) nos fins de tarde e início da noite, agora, partes dessas conversas foram trocadas pela programação da TV. O dia-dia dos camponeses é baseado no trabalho na agricultura na várzea pela manhã feito principalmente pelos homens, enquanto as mulheres na sua maioria cuidam do almoço e dos afazeres domésticos. A tarde é comum haver um descanso, assistir televisão, os jovens (homens) costumam jogar futebol no final da tarde, ainda pela tarde são feitas também pequenas tarefas o que incluem limpeza do quintal e preparação para o próximo dia de trabalho. Isso não é uma regra geral de todos, mas, a maioria tem essa rotina, lembrando que é comum os homens, pais de família, irem em busca do pescado para alimentação da família, bem cedo, pela manhã, antes de partirem para a atividade na agricultura.

O modo de vida dos camponeses parece ser satisfatório, pois dos 20 moradores entrevistados, todos afirmaram gostar de morar na comunidade, especificamente no espaço rural, que segundo eles possuem características que a cidade não oferece. No gráfico a seguir é possível observar as principais características citadas pelos entrevistados como responsável pela satisfação em morar na zona rural.

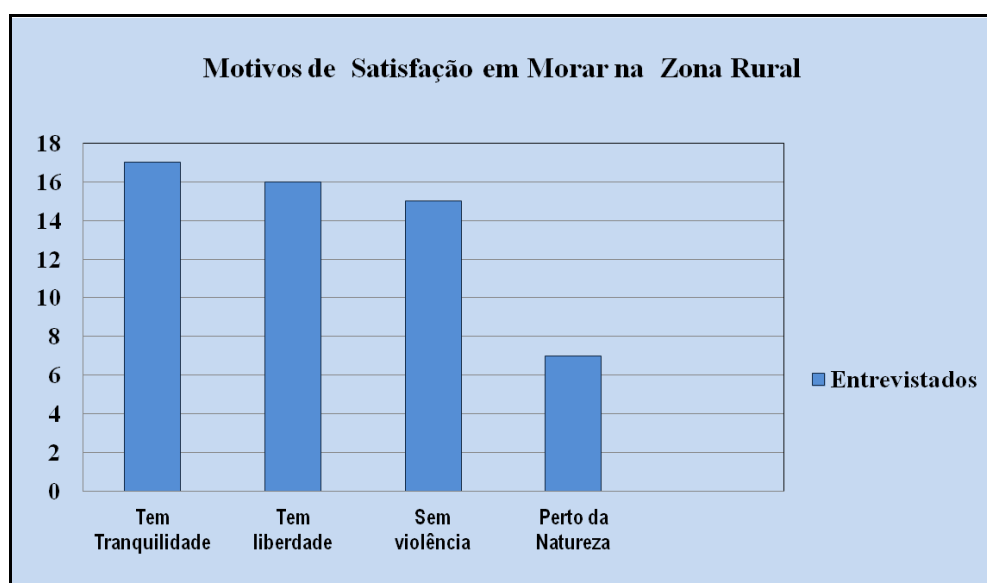


Fig. 14: Gráfico sobre os motivos de satisfação em morar na zona rural.
Fonte e Org.: Oliveira, M. J. B. Trabalho de Campo/2013

Esses foram os principais motivos citados pelos entrevistados, sendo a tranquilidade a mais mencionada. Isso se explica principalmente pela distância da comunidade em relação a centros urbanos e não ligação via estradas. Porém, isso não significa que não haja pequenos delitos, sempre ocorre, contudo são mais relacionados a

furtos de produtos agrícolas (especialmente a banana) e às vezes de motor (rabeta), nesse último caso, há sempre a participação de pessoas externa à comunidade.

A relação dos camponeses com a natureza mencionada por Shanin (1980) como uma de suas características determinante é uma atributo que marca muito essa tranquilidade vivida pelos camponeses na comunidade. Nas entrevistas, observamos a intensa ligação que eles têm com aquele lugar, com o rural, com a natureza em si, suas territorialidades são construídas com essa relação, chegando em alguns momentos a demonstrar medo e repúdio da vida na cidade, especialmente as cidades maiores (como Manaus) relatando as dificuldades que eles enfrentaram quando precisaram estar nesses lugares, isso ocorre especialmente com os mais velhos. Esse aspecto está relacionado à dificuldade que o camponês tem em entender a burocracia que há nas relações urbanas, pois seu mundo está baseado no entendimento dos processos como um todo, como ocorre, por exemplo, no desenvolvimento da agricultura, onde o camponês tem conhecimento desde a preparação do roçado até a colheita e a venda, Woortmann (1990) afirma que isso faz parte da ordem moral do camponês.

Embora os camponeses às vezes demonstrem aversão à cidade, eles querem usufruir dos mesmos serviços básicos que se encontram na cidade, e a conquista desses serviços é motivo de maior satisfação no modo de vida camponês.

Gosto de morar aqui, temos muita tranquilidade, e temos muita coisa que antes só tinha na cidade. Temos estudo, temos luz (energia elétrica), temos SKY, só não temos água encanada, mas, temos bomba e poço, tenho certeza que hoje temos um conforto aqui que muitas famílias não têm na cidade e ainda não pagamos transporte.³²

A moradora relata uma certa satisfação com a forma de vida que leva, isso representa uma transformação ocorrida nas últimas décadas, quando esses moradores passaram a ter uma prosperidade resultante, principalmente, das melhorias na diversidade e na comercialização dos produtos agrícolas, assim como, a participação mais atuante das políticas nas áreas rurais. Porém, é importante ressaltar que há negligência por parte do poder público no desenvolvimento da agricultura, essa é feita exclusivamente pelos camponeses, sem apoio técnico como veremos no próximo capítulo.

Na finalização desse tópico, ressaltamos a importância da comunidade no modo de vida camponês, Mendras (1976) e Woortmann (1990) afirmam que a comunidade é cápsula protetora do campesinato. Nessa tentativa de compreensão do modo de vida

³² Entrevista com moradora 38 anos realizada em novembro/2013.

camponês e das transformações socioespaciais ocorridas na comunidade de Cachoeirinha, lembramos a análise de Mendras (1976) quando afirma que as comunidades camponesas vão se organizando no quadro e nas condições oferecidas pela natureza, no sentido de uma simbiose (ecúmeno), resultado da relação dessas populações com o meio. Concordando com o autor e indo mais além, afirmamos que essa interação ocorre por meio das territorialidades resultantes dessa relação do homem com a natureza e dos homens entre si (aqui se referindo as origens dos diferentes povos que formaram a população de Cachoeirinha) e com uma sociedade externa. Foi a partir dessas relações instituída ao longo do tempo que a comunidade camponesa de Cachoeirinha se constituiu.

Sack (1986) afirma que a territorialidade é uma expressão geográfica do exercício do poder em uma determinada área e esta área é o território, construído por meio das relações econômicas, políticas e culturais, por isso, se apresenta de diferentes formas, imprimindo heterogeneidade espacial. Acrescentando a ideia do autor diríamos que essa heterogeneidade espacial se dá através do tempo e as transformações que ocorre no tempo influenciam as motivações humanas que dá vida as territorialidades.

2.3 Aspectos Organizacionais da Comunidade

A comunidade é formada por um total de 76 famílias, com uma população de 292 pessoas segundo os dados atualizados dos Agentes de Saúde da comunidade. O gráfico a seguir, expressa os dados específicos da população agrícola camponesa de Cachoeirinha, para que possamos a partir dele tecer nossas considerações.

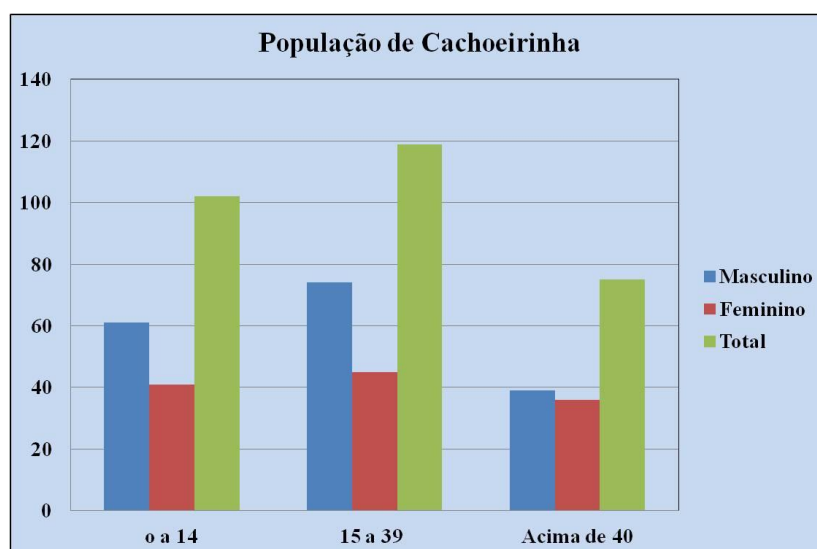


Fig. 15: Gráfico da População de Cachoeirinha.

Fonte: Agentes Comunitários de Saúde de Cachoeirinha/2013. Org.: Oliveira, M. J. B./2014

A população da comunidade de Cachoeirinha, com um total de quase 300 pessoas, tem sua maioria composta por homens, especialmente na faixa que varia de 15 a 39 anos. A maior concentração de pessoas nessa faixa etária é explicada por alguns fatores, como por exemplo, a chegada do Ensino Fundamental e Médio, fazendo com que os jovens permaneçam na comunidade por mais tempo, pois um dos fatores que levam os jovens a deixar a comunidade é o estudo, porém, atualmente eles costumam mais a fazer essa migração, e muitos nem fazem, pois o acesso ao nível superior é mais difícil. Outro fator foi o aumento na renda já relatado anteriormente.

Na faixa etária acima dos 40 anos, observamos que há um nivelamento entre a quantidade de homens e de mulheres, isso se explica principalmente pela constituição das famílias camponesas, ou seja, o casamento. Essa população já tem uma estrutura familiar construída e enraizada na comunidade, dificilmente se deslocam ou pretendem migrar para outros lugares. São pais, avós, bisavós que na sua maioria nasceram, cresceram, casaram e permaneceram em seu território construído.

Além do número maior de nascimento do sexo masculino, como observamos na faixa etária que vai de 0 a 14 anos, a predominância de homens se explica principalmente pela maior migração das mulheres para cidade, especialmente em idade inicial da juventude, onde os sonhos com a vida na cidade atraem jovens e adolescentes, muitas dessas meninas vem para a cidade para trabalhar em casas de famílias, as vezes de parentes ou conhecidos. Isso ocorre principalmente por que o trabalho na agricultura é mais praticado pelos homens, por se tratar de um trabalho que exige esforço físico, as mulheres geralmente cuidam da casa, da criação como afirma Chayanov (1974).

Nesse contexto, analisamos também, os destinos da migração dos jovens das famílias de agricultores camponeses. Nas entrevistas com as 20 famílias da comunidade, identificamos que Manaus, a capital do Estado, é o principal deles. Porém, antes de analisarmos os dados do gráfico a seguir é importante ressaltar que essas migrações aconteceram na sua maioria, anterior à década de 2000, embora atualmente continuem a existir, houve diminuição, como afirmamos anteriormente.

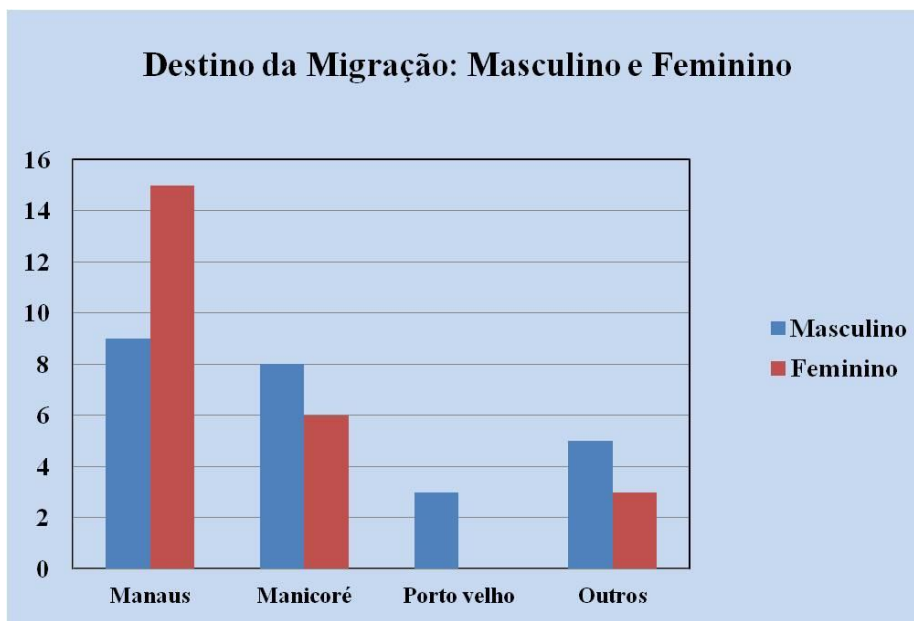


Fig. 16: Gráfico: Destino da Migração dos Camponeses: Masculino e Feminino.
Fonte e Org.: Oliveira, M. J. B/Dados coletados a partir do trabalho de campo/2013.

A partir dos dados de campo, observamos que Manaus é o principal destino de quem migra em busca de novas alternativas. Fazendo uma relação com o gráfico anterior, notamos que este é o inverso da proporção do número de mulheres em relação aos homens, ratificando que elas migram mais e seu principal destino é Manaus. Outro fator investigado foi o motivo que leva a essa migração. Das vinte famílias entrevistadas, houve uma migração de 49 pessoas, desse total, 65,3% (32 pessoas) migraram em busca de novas alternativas de trabalho e estudo e o principal destino foi Manaus.

Já os 18,3% que migraram só pelo estudo tiveram com principal destino a cidade Manicoré, sede do Município. Uma observação importante em relação aos camponeses do sexo masculino que migraram para cidade de Manicoré é que eles continuam mantendo uma relação de trabalho com a agricultura na comunidade, costumam usar as férias para fazer seu roçado, seu bananal junto com os familiares, é com essa renda que eles mantêm seu estudo na cidade. Os demais 16,3% migraram para diferentes destinos, como comunidades vizinhas, principalmente as mulheres que mudam pelo casamento, já os homens costumam viajar nos barcos e balsas que trafegam de Manaus a Porto Velho, como uma alternativa de trabalho também.

A migração de camponeses para cidade no Amazonas não é uma característica particular da área de estudo, pesquisas realizadas em outras comunidades do Estado apontam para essa mesma realidade, como mostrou Cruz (2007) sobre as comunidades

ribeirinhas em Manacapuru, segundo esse autor, os constantes problemas e dificuldades gerados pela crise dos cultivos agrícolas como a juta e a malva levaram os camponeses à procura de novas alternativas e a consolidação da Zona Franca de Manaus após a década de 70 do século XX foi um dos principais atrativos dos camponeses à capital do Estado.

Em estudo sobre comunidades ribeirinhas, no rio Solimões, Fraxe (2007) afirma que a migração acaba se tornando uma possível solução para os diferentes tipos de problemas encontrados nas comunidades rurais.

É importante ressaltar que o afastamento desses camponeses não significa seu desligamento com a comunidade, pois como afirma Vergés (2011, p. 84),

Nem tudo é diáspora na vida rural. As comunidades são, inclusive, o querido manto acolhedor, é o alicerce da existência camponesa. Os pequenos povoados são ponto de partida, e ao mesmo tempo, de regresso, fonte de forças centrífugas e também centrípetas.

O autor afirma que a comunidade de origem, mesmo a mais limitada, transforma-se em nostálgica terra natal, a pequena pátria para a qual os camponeses regressam vez ou outra. Segundo Vergés (2011) a comunidade materna é fonte de uma socialização e de códigos de identidade; de uma íntima sensação de pertença que deve ser preservado a todo custo, seja como nostalgia, como esperança ou como mito.

Concordando com o autor e afirmamos que essa relação de pertencimento dos camponeses que deixaram a comunidade é algo muito visível, principalmente por que na área de estudo em questão, se trata apenas de migrações de membros das famílias, significando que o vínculo dessas pessoas permanece. O momento mais visível dessa relação na comunidade é quando chega o final de ano, ou melhor, as férias, onde ocorre a volta periódica dessas pessoas para visitar a família e a comunidade. Muitas vezes essa relação não é só afetiva, mas também econômica. Isso acontece quando essas pessoas que emigraram conseguem certa estabilidade e passam a colaborar financeiramente com a família camponesa. Nesse sentido, ocorre uma colaboração na sustentação do campesinato. Por isso nos remetemos mais uma vez a Vergés (2011) quando afirma que o camponês, é resultado de um emaranhado de relações sociais cujos nós são a comunidade, a vila rural, o povoado, o governo local, a associação agrícola, etc., e mais recentemente também a comunidade transterritorial formada pelos migrantes e suas famílias que partiram, mas não foram esquecido.

O momento de chegada e partida dos parentes que migraram para cidade ocorre na sua maioria em dezembro e janeiro respectivamente. A chegada é sempre motivo de

ansiedade por parte da família camponesa que aguarda seu membro que está distante, da mesma forma é para aqueles que regressam a sua comunidade de origem. Na imagem das figuras 17, 18 observamos as pessoas aguardando pela chegada do barco nas faixas marginais dos rios (barrancos), da mesma forma a saída é observada também pelos que partem, figura 19.



Fig. 17: Barco chegando à comunidade de Cachoeirinha vindo de Manaus/Am.
Foto: Oliveira, M. J. B. Trabalho de Campo/2013.



Fig. 18: Pessoas aguardando a chegada dos parentes.
Foto: Oliveira, M. J. B. Trabalho de Campo/2013.



Fig. 19: Saída do barco da comunidade com destino a Manaus/Am.
Foto: Oliveira, M. J. B. Trabalho de Campo/2013.

As cenas observadas em campo e ilustradas nas figuras remetem ao romance a Selva de Ferreira de Castro (1989), quando ele narra a chegada e saída dos navios, no porto do seringal Paraíso, no Rio Madeira. Até hoje o rio é o único caminho que leva e traz as pessoas queridas que horas chegam e horas partem. A chegada é sempre carregada de alegrias e presentes, as partidas trazem o gosto da melancolia, mas, as bagagens sempre vêm cheias de sabores da comunidade, carregadas de produtos naturais, frutas, peixes etc., assim se mantêm essa relação dos que partem em busca de novas alternativas, mas, não se desligam de sua terra natal. Essa relação elucida também a campesinidade presente naqueles que mesmo deixando a vida camponesa em comunidade continua com os aspectos intrínsecos da vivência no campo, Woortmaan (1990) afirma que assim se explica a permanência de traços camponeses em populações que há muito tempo vivem na cidade, a campesinidade é portanto a ordem moral camponesa, que persiste enquanto representação social, mesmo estando longe da terra.

No que se refere aos aspectos culturais da comunidade, é importante lembrar Shanin (1980) quando afirma que tanto a cultura quanto a sociedade camponesa, possuem traços genéricos em si, com semelhanças em todo mundo, apresentando-nos o campesinato como um modo de vida, caracterizado principalmente pela economia de caráter autônomo baseado no sistema de trabalho familiar. Woortmann (1990) cita três categorias que ele chama de “centrais” na cultura camponesa: terra, trabalho e família.

As territorialidades resultantes das relações dessas três categorias são os principais fatores que identificam a cultura camponesa, que tem como base de reprodução social a vida em comunidade.

Pesavento (2006) afirma que a cultura é vista como uma produção social e histórica a se expressar através do tempo, em valores, modos de ser, objetos e práticas. A cultura é ainda uma forma de leitura e tradução da realidade que se mostra de forma simbólica, é uma tradução do mundo em significados. Nesse sentido, identificamos que além das características específicas do modo de vida camponês, tendo a terra, o trabalho e a família como fatores nucleares, observamos que as principais expressões culturais das comunidades camponesas na Amazônia estão ligadas à religião, à atividade agrícola e extrativista e às atividades esportivas.

Paul Claval, em uma expedição com demais pesquisadores pelos rios Madeira e Amazonas em 2007, observou que o catolicismo popular, com suas romarias e suas festas, desempenha um importante papel no desenvolvimento cultural da população dos lugares ribeirinhos ao longo dos rios. Toda viagem está relatada através de artigos que formam a obra: *Expedição Amazônica: Desvendando espaço e representações dos festejos em comunidades amazônicas*³³. Nesta obra, Silva e Gil Filho (2009, p. 89) afirmam,

A cultura amazônica sintetiza influências absorvidas e amalgamadas pelo caboclo por meio da aproximação com a espacialidade das representações nordestinas. Logo, esse universo representacional possui um valor de subjetividade, (...) refletida diretamente nas experiências religiosas.

A observação feita pelo autor é uma realidade ressaltada também por outros autores que estudaram comunidades Amazônicas, como Teixeira et. al.,(2008), confirmando a influência da igreja católica nas comunidades ribeirinhas do Solimões, afirmando sua fortificação com a presença da cultura do índio, do africano e do nordestino, não significando porém que outras religiosidades não tenham surgido, mas significa que a igreja católica permaneceu com forte influência nas comunidades.

Cachoeirinha faz parte desse contexto, das famílias entrevistadas, 90% declararam ser católicos. A comunidade tem duas festas religiosas anuais, sendo Santo Antônio, o padroeiro da igreja, festejado desde o início da organização da comunidade e

³³ KOZEL, Salete (orgs.). **Expedição Amazônica: desvendando espaço e representações dos festejos em comunidades amazônicas**. “A festa do Boi-Bumbá: um ato de fé”. Curitiba: SK Ed., 2009.

a festa do Sagrado Coração de Jesus, criada mais recentemente, como afirma a moradora da comunidade de 90 anos:

Essa festa de Santo Antônio era do velho Oliveira, ele era devoto de Santo Antônio. (...) mas não era festa como era agora, quando chegava aquela época da festa, faziam os convidados, vinha muita gente, matavam boi davam janta, davam almoço, dançavam de duas noite. Já a festa do Sagrado é nova, foi o Antônio Oliveira, quando ele era presidente que arrumou, é coisa nova.

Nas palavras da moradora identificamos que houve mudanças nas expressões culturais das festas religiosas, isso reflete o que afirmou Pesavento (2006) que a cultura é a produção social e histórica a se expressar através do tempo. Várias foram as mudanças ocorridas na comunidade e refletidas na forma de organização religiosa, pois essa é um fator de grande importância na comunidade, que influencia diretamente as demais formas de organização social e territorial.

Foi através da divisão organizacional dos festejos e celebrações religiosas que a comunidade passou a ter uma divisão organizacional (feita simbolicamente) por bairros. Isso ocorreu após o aumento na povoação do lugar, como uma forma de melhor incluir a participação de todos. Atualmente a comunidade é dividida em 4 bairros, como mostra a figura 20, são eles: Santo Antônio (centro), bairro da Paz, Nova Aliança, Belmonte e ainda o Curupati, que fica distante 1,5 km e apesar de sua “emancipação” (citada anteriormente) continua mantendo relações sociais com Cachoeirinha.



Fig. 20: Área da comunidade dividida por bairros.³⁴

Fonte: Google Earth. Organização: M. J. B. Oliveira/2014.

³⁴ O lago do Jatuarana que aparece na figura é exatamente o local onde havia, posterior ao lago em direção ao rio, a pequena cachoeira que deu nome ao lugar como mostramos na página 41.

A natureza foi o principal fator utilizado na delimitação dos bairros, visto se tratar de uma área onde a geomorfologia expõe suas curvas delimitando espacialmente as formas de ocupação, e essas se tornam mais expressivas naturalmente quando o rio está em seu nível mais elevado das enchentes/cheias, como mostram as figuras 21 e 22 na maior enchente do Rio Madeira em 2014.



Fig. 21: Bairro Santo Antônio à esquerda e Nova Aliança à direita, cheia/2014.
Foto: Oliveira, M. J. B. Trabalho de Campo/2014.



Fig. 22: Igarapé que divide os Bairros Nova Aliança e Belmonte, cheia/2014.
Foto: Oliveira, M. J. B. Trabalho de Campo/2014.

Como pode ser observado nas figuras 21 e 22, no período da enchente/cheia (principalmente março/abril) os bairros ficam isolados uns dos outros e a locomoção entre eles só ocorre por meio de canoas ou barcos. Mas, essa situação só é mais expressiva quando o rio alcança um nível muito elevado como ocorreu em 2014, quando isso não ocorre, é possível se deslocar entre os bairros por meio de pontes de madeira mesmo durante os meses de enchente/cheia do rio.

Durante os festejos cada bairro fica responsável por uma noite de festa, onde organiza a celebração (culto), o leilão e a romaria que sai do referido bairro em direção a igreja, assim como fica responsável pela limpeza e ornamentação, lembrando que as comunidades vizinhas também participam dos festejos, ocorrendo uma participação recíproca entre elas. A celebração dos cultos dominicais acontece da mesma forma, a cada domingo um bairro é responsável. Essa organização da igreja por meio dos bairros influenciou os moradores a organizarem outras atividades baseadas nessa divisão, isso mostra a territorialidade da igreja, tendo um papel fundamental na construção e organização da comunidade.

Além da igreja católica, há uma igreja evangélica na comunidade, onde ocorrem também festejos e celebrações religiosas, porém, como o número de evangélicos é relativamente pequeno, não há a mesma forma de organização por bairros. No início de sua implantação houve resistência por parte do padre do município e alguns moradores católicos, porém atualmente as duas igrejas atuam na comunidade de maneira harmoniosa.

As festas realizadas nas comunidades rurais expressam muito mais que um momento de fé e diversão. Elas expressam o modo de vida dos camponeses, possuem um caráter socializador, pois é na realização desses eventos que a comunidade se encontra, se organiza e celebra junto, é um momento de confraternização entre as famílias. Outra expressão festiva reveladora da cultura camponesa na comunidade é as festas em homenagens aos cultivos agrícolas. Elas próprias revelam as mudanças ocorridas com a atividade.

A cultura também é reflexo do econômico, do que se produz, o que dá o sustento a população. Por isso, são comuns as festas em homenagens aos produtos agrícolas nas comunidades camponesas da Amazônia. Teixeira (1988) em um estudo sobre as festas dos produtos agrícolas no Brasil afirma que essas festividades remetem ao mesmo tempo ao passado ligado a tradição e ao futuro relacionado com a modernidade e dizem

respeito diretamente aos municípios que realizam as festas, que inclui sua promoção e disposição para assumirem as próprias origens. Mas no caso das festas nas comunidades rurais camponesas, a comemoração está muito ligada à valorização daquele determinado produto para comunidade, sendo que esse traz recursos econômicos, a renda necessária para sobrevivência da família, então a população se reúne com sentido de comemorar essa conquista.

Em Cachoeirinha a primeira festa em homenagem a produtos agrícolas foi realizada no início da década de 90, exatamente quando a melancia se tornou um cultivo de grande relevância para a comunidade, trazendo aumento na renda das famílias. Isso fez com que a comunidade tomasse a iniciativa de fazer a festa posterior ao encerramento da colheita que acontece no mês de setembro como veremos no próximo capítulo. Porém, a elevada produção de melancia do Município posterior à década de 1990, fez com a festa passasse a ser municipal realizada na sede do Município, como ocorre até hoje, e os moradores da comunidade participam de forma assídua, principalmente os jovens.

Após quase duas décadas da realização da última festa da melancia realizada na comunidade, os moradores com apoio da Associação dos Produtores Agroextrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Madeira – APRAMAD realizaram em dezembro de 2013 a primeira Festa dos Agricultores. Foi importante acompanhar o empenho, a dedicação que os agricultores camponeses tiveram na organização e realização da festa. Foi possível observar o quanto estão expressas nessas festividades os aspectos centrais da cultura camponesa com afirmou Woortmaan (1990): terra, trabalho e família. Pois eles festejam aquilo que dá sustentação a família camponesa, a produção que vem da terra e só é alcançada por meio do trabalho da família.

Vê-se, então, que o significado da terra é o significado do trabalho e o trabalho é o significado da família, como é, igualmente, a terra enquanto patrimônio. Mais que objeto de trabalho a terra é o espaço da família. (...) A liberdade, do sitiante, do agricultor, (...), tem como uma de suas dimensões a autonomia do processo de trabalho (...). A autonomia tem ainda outra dimensão: o controle do tempo (WOORTMANN, 1990, p. 43).

Todos esses aspectos fazem parte da ordem moral do campesinato, vivenciado pelos camponeses e expressos em suas festividades. As imagens das figuras 23 e 24 a seguir mostram como é a organização da festa pelos camponeses.



Fig. 23: Preparação das barracas feitas pelos homens.
Foto: Soares, Wilson C ./Trabalho de Campo, dezembro/2013.



Fig. 24: Ornamentação do centro social feita pelas mulheres.
Foto: Soares, Wilson C ./Trabalho de Campo, dezembro/2013.

A socialização dos camponeses na organização da festa mostra a participação de todos, homens e mulheres, porém, através de uma análise chayanoviana observamos que a organização das festas também expressa a divisão do trabalho, onde os homens se encarregam das tarefas mais pesadas e as mulheres cuidam especificamente dos serviços mais leves como ornamentação e alimentação.

Outro fator relevante a ser analisado em relação às expressões culturais em homenagens aos produtos agrícolas na comunidade foi a mudança ocorrida em relação aos cultivos. Na década de 1990, a melancia era o principal e praticamente o único produto agrícola cultivado com objetivo de gerar renda para as famílias da comunidade, por isso os agricultores camponeses faziam a festa da melancia. Com as transformações ocorridas, a variedade de cultivo atualmente é tão diversificada que a festa realizada no ano de 2013 teve a denominação de Festas dos Agricultores e não mais de um cultivo específico.



Fig. 25: Palco da 1º Festa dos Agricultores em Cachoeirinha.
Foto: Oliveira, M. J. B./Trabalho de Campo, dezembro/2013.

Isso reflete que a construção de uma cultura está repleta de elementos e significados que vão identificar inclusive as transformações ocorridas em um determinado espaço social, como uma comunidade por exemplo. Nesse aspecto Claval ressalta,

A cultura não é vivenciada passivamente por aqueles que a recebem como herança: eles reagem àquilo que lhes é proposto ou que lhes pretende impor. Interiorizam certos traços e rejeitam outros. Inventam, ao longo de sua existência, novas maneiras de fazer, atribuem cores novas aos seus sonhos e aos seus pesadelos, e criticam os valores usuais quando estes não correspondem às suas aspirações profundas (CLAVAL, p. 13, 2007).

O autor também destaca que a cultura na qual o indivíduo evolui é resultado das esferas de intercomunicação das quais ele participa. Essas esferas são fundamentais

para a compreensão da cultura, pois ao se enraizar em um espaço particular, o indivíduo procura uma identidade, que segundo ele, aparece como uma construção cultural.

Haesbaert (2009) ao discorrer sobre a formação do território cita a dimensão cultural com uma de suas vertentes, o autor ressalta que são as dimensões simbólicas que fundamentam a apropriação do território, e elas são feitas de uma maneira muito mais subjetiva, através do imaginário ou identidade social sobre o espaço. E ao analisarmos as expressões culturais na comunidade identificamos que elas mostram exatamente os aspectos do território construído, as relações de trabalho, de convivência em família e em comunidade, são expressões do seu próprio modo de vida.

As figuras 26 e 27 mostram a realização da festa, a forma como os camponeses realizam suas diversões e aproveitam o momento de lazer preparado por eles.



Fig. 26: Torneio de futebol na Festa do Agricultor.
Foto: Oliveira, M. J. B./Trabalho de Campo, dezembro/2013.

As práticas esportivas, especialmente o futebol, são praticadas diariamente pelos camponeses na comunidade, principalmente pelos jovens. E no momento das festividades o torneio de futebol é uma das principais atrações, realizado sempre à tarde com premiações que variam entre dinheiro, boi e cerveja. À noite há palestras dos representantes da comunidade e organizadores da festa, assim como desfile para escolha da rainha dos agricultores, figura 27 e festa dançante figura 28.



Fig. 27: Desfile para escolha da rainha dos agricultores.
Foto: Oliveira, M. J. B./Trabalho de Campo, dezembro/2013.



Fig. 28: Festa dançante.
Foto: Oliveira, M. J. B./Trabalho de Campo, dezembro/2013.

A festa dançante é foco principal da diversão, aguardada com ansiedade por jovens, adultos e até crianças. O consumo de bebidas, especificamente a cerveja, é sempre utilizada com intensidade o que leva às vezes ao estado de embriaguez dos participantes, dos homens em específico, ocasionando em algumas vezes desentendimentos e até brigas, que se torna o assunto principal do dia seguinte na

comunidade. Além da festa dançante e do torneio de futebol, o evento também conta com atividades voltadas para comércio de produtos agrícolas e alimentícios, que se torna uma forma de geração de renda para os agricultores camponeses.

Outra festividade representativa da cultura da comunidade é o festival folclórico que ocorre geralmente no mês de julho e é organizado pela escola. Gestores, professores e alunos organizam as apresentações de danças baseadas principalmente nas principais atividades agrícolas da comunidade e nas representações simbólicas do município. A figura 29 mostra o início da apresentação da quadrilha da comunidade, a qual tem o nome de “Cachoeirinha da Roça”, uma referência ao cultivo de mandioca e ao trabalho na lavoura. Na figura 30, a homenagem é a melancia, um dos frutos mais produzidos pelos agricultores camponeses na comunidade. A referência feita ao bacurau (figura 31) é uma homenagem à ave migratória frequentemente presente no Município de Manicoré nos meses de junho a outubro, período em que as mesmas utilizam as praias do Rio Madeira para o acasalamento. Essa ave foi por muito tempo utilizado como alimento pelos moradores do Município e existia em grande quantidade, com o abatimento excessivo dos animais, essa ave tornou-se quase extinta no município. Foi exatamente pelo excesso no consumo da ave que os manicoreenses passaram a ser conhecidos também como bacurau, segundo Reis (s.d.) no início o gentílico passou a ser uma ofensa para os moradores de Manicoré, pois os viajantes assim o chamavam, por que diziam que em Manicoré só se comia bacurau.



Fig. 29: Festival Folclórico de Cachoeirinha.
Foto: Oliveira, M. J. B./Trabalho de campo, agosto/2013.



Fig. 30: Homenagem a produção de melancia.
Foto: Oliveira, M. J. B./Trabalho de campo, agosto/2013.



Fig. 31: Homenagem ao bacurau, ave representativa do Município de Manicoré.
Foto: Oliveira, M. J. B./Trabalho de campo, agosto/2013.

No festival folclórico observamos que as representações estão ligadas à realidade da comunidade e do município de Manicoré, como as homenagens aos cultivos agrícolas e também ao bacurau. As quadrilhas envolvem adultos e crianças da comunidade, há também a participação de outras comunidades que fazem igualmente seu festival e recebem a visita das comunidades vizinhas, ocorre um espécie de troca

entre elas no que se refere a eventos folclóricos, religiosos e também esportivos. Essa relação nos remete a Woortmaan (1990) quando afirma que a comunidade Amazônica, assim como o Sítio, a Colônia, (exemplos citados em sua obra) é um território de reciprocidade, na medida em que são espaço de troca.

Portanto, observamos que as expressões culturais da comunidade refletem os principais elementos da cultura camponesa: terra (cultivos agrícolas), trabalho e família e essas como afirma Woortmaan (1990) possibilitam a passagem a outras categorias como reciprocidade, honra e hierarquia que articuladas entre si compõe a base da ordem moral do campesinato. Essas categorias são fundamentais no entendimento da cultura camponesa e através da cultura se entende como os sujeitos sociais delimitam, transformam, vivenciam e territorializam os espaços geográficos, que acabam recebendo uma identidade resultante da cultura e do modo de vida desses sujeitos sociais.

No que se refere aos aspectos estruturais da comunidade, Cachoeirinha possui uma estrutura básica, tendo uma escola: Raimunda Nonata de Oliveira, que atende ao ensino básico e leva o nome da primeira professora da comunidade (com 90 anos de idade), a qual tivemos a honra em entrevistá-la e se mostrou muito feliz pela homenagem que recebeu em ter seu nome na escola e pela oportunidade de ter vivenciado toda a história da educação na comunidade. A escola recebe alunos de outras comunidades vizinhas onde ainda não possui o ensino básico completo. Possui um Posto de Saúde (construção recente), embora esteja praticamente sem atendimento, o serviço à saúde é feito por três agentes de saúde comunitários, porém é mais no sentido de um acompanhamento preventivo. Mas, segundo o representante distrital, há previsão de uma equipe de médico, enfermeiro e dentista trabalharem no posto.

O Centro Social comunitário é utilizado como local de reuniões e confraternizações dos comunitários. Há duas igrejas, uma católica e uma evangélica (Assembleia de Deus). Quatro pequenos comércios que atendem a população que em tempos atuais não precisam se deslocar à cidade para realizar suas compras necessárias ao consumo da família, embora alguns ainda prefiram fazê-las na cidade conforme nos mostrou os dados de campo, onde 70% fazem suas compras na comunidade e 30% preferem realizá-la na cidade, esses últimos são basicamente aposentados ou funcionários que mantêm uma relação maior com a sede do município. Muitos moradores das comunidades vizinhas também fazem compras na comunidade.

No que se refere aos serviços públicos básicos como água e luz, a comunidade foi atendida apenas em 2013 com a chegada do programa Luz Para Todos³⁵, até então era utilizado o motor a diesel, o chamado “motor de luz” que funcionava 4 horas por noite³⁶. A implantação do programa trouxe algumas melhorias que foram aguardadas por muito tempo, principalmente no que se refere a utilização de freezer para guardar os alimentos, entretanto não significa que o serviço de energia seja realizado de forma eficiente, ocorre muita falta de energia, mas, é devido principalmente a problemas de causas naturais, referente à proximidade com a natureza, é comum a queda de árvores sobre a rede elétrica. O serviço de distribuição da água encanada não existe e foi um dos mais citados dentro do contexto da insatisfação dos serviços que ainda faltam na comunidade. A água utilizada vem das cacimbas e fontes naturais.

As casas da comunidade são na sua maioria de madeira, tendo algumas de alvenaria, pois a comunidade fica localizada em terra firme podendo haver construções desse tipo, já nas comunidades localizadas na várzea não é comum encontrar casas de alvenaria. Das vinte famílias entrevistadas, 85% tiveram a casa construída pelo próprio morador com ajuda de carpinteiro da comunidade. É importante destacar a capacidade dos camponeses em aprender e realizar todas as atividades necessárias a sua sobrevivência, eles são ao mesmo tempo agricultor, extrativistas, pescador, caçador, carpinteiro, pedreiro, cabeleireiros, donos de comércio, compradores de produtos agrícolas, mecânicos, etc., nos referimos também ao papel da mulher camponesa, que é dona de casa, cuida dos filhos, da preparação do alimento da família, às vezes ajuda o marido no roçado, cuida da criação dos animais, enfim, realiza funções variadas.

Chayanov (1974) afirma que essa diversidade, essa heterogeneidade é parte de uma lógica interna à sua reprodução. Podemos concluir também que essa capacidade produtiva do camponês, aliada às possibilidades de acesso aos recursos naturais são fatores que colaboram para a manutenção das comunidades camponesas na Amazônia.

³⁵. O Programa Luz Para Todos foi instituído por meio da Lei 10.762/2003 e do Decreto 4.873/2003, onde constam em seu art. 1º: Fica instituído o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS", destinado a propiciar, até o ano de 2010, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não possui acesso a esse serviço público. Em 2011 um novo decreto (7.520/2011) deu continuidade ao Programa, o objetivo era que até 2014 o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural que não possui acesso a esse serviço público fosse atendido.

³⁶ Ainda é utilizado sempre que falta energia, por isso a comunidade faz uma espécie de cobrança por bairro, cada bairro tem um responsável para receber o dinheiro de cada família e entregar ao encarregado do motor de luz que compra diesel para o funcionamento do mesmo quando necessário. Porém, isso tem causado discórdia entre eles, pois alguns dizem que eles estão tendo que pagar duas contas de energia.

A figura 32 a seguir mostra a construção de casa feita por carpinteiros da própria comunidade.

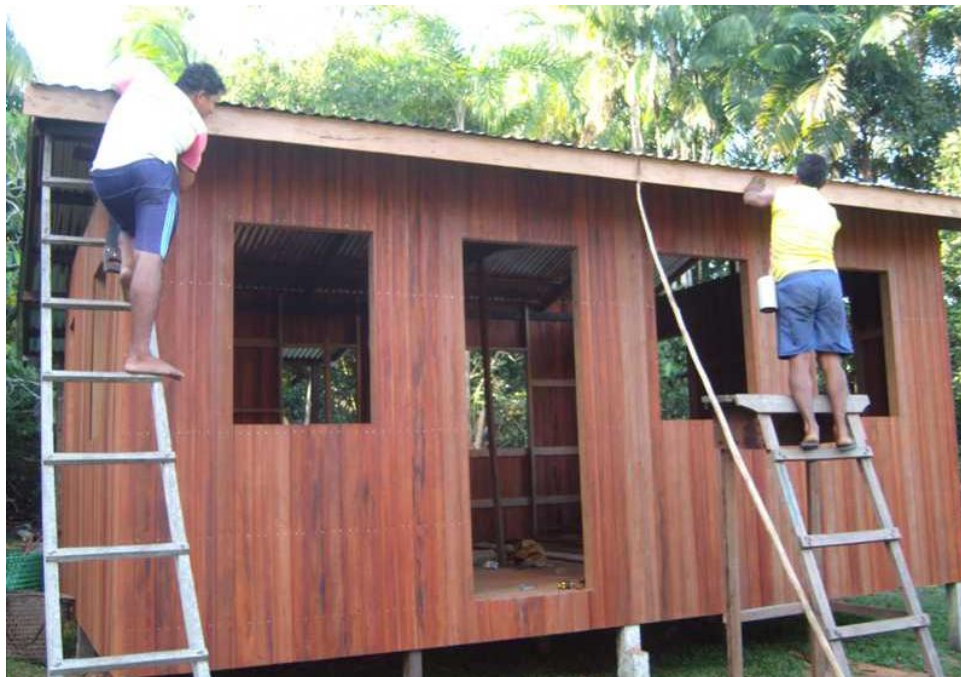


Fig.32: Construção de casa pelos carpinteiros da comunidade.
Foto: Oliveira, M. J. B./Trabalho de Campo/2013.

As casas são construídas pelos próprios agricultores camponeses, sendo que alguns se destacam na profissão de carpinteiro, aprendizado geralmente passado de pais para filhos, essa atividade se tornou também uma forma de renda, como uma alternativa estimulada pelas dificuldades na agricultura.

Quando eu parei de trabalhar na melancia eu tava com mil reais livre em casa, ai eu peguei esse dinheiro e fiz um roçado pra plantar melancia, gastei tudo pra fazer o roçado, (...), ai [o roçado] não foi pro fundo e eu perdi todo o dinheiro (...), fiquei no zero mesmo, ai eu parti pra carpintaria como uma opção de gerar renda. E ai na carpintaria foi subindo mesmo e graças a Deus deu certo, ai eu faço mais meus pedaços de banana e vai aumentando a renda. Hoje a principal função é a carpintaria, a agricultura vem em segundo, e isso foi uma coisa que mudou muito, pois hoje as pessoas têm condições de construir e melhorar suas casas.³⁷

O entrevistado é o principal carpinteiro da comunidade e é o único que trabalha diariamente na carpintaria, suas palavras nos ajudam a entender que o camponês tem capacidade buscar novas alternativas como opção de renda, se reinventar para manter seu modo de vida. As casas da comunidade têm na sua maioria uma estrutura simples de madeira, quintal com árvores frutíferas, hortaliças e criações de animais.

³⁷ Entrevista realizada com agricultor camponês de 40 anos realizada em novembro de 2013.



Fig. 33: Casa do agricultor camponês.
Foto: Oliveira, M. J. B./Trabalho de Campo/2013.

O aumento na renda das famílias possibilitou também a compra de eletrodomésticos como geladeira, aparelhos eletrônicos, principalmente a televisão e antena parabólica que foram encontradas nas casas de todas as famílias entrevistadas.

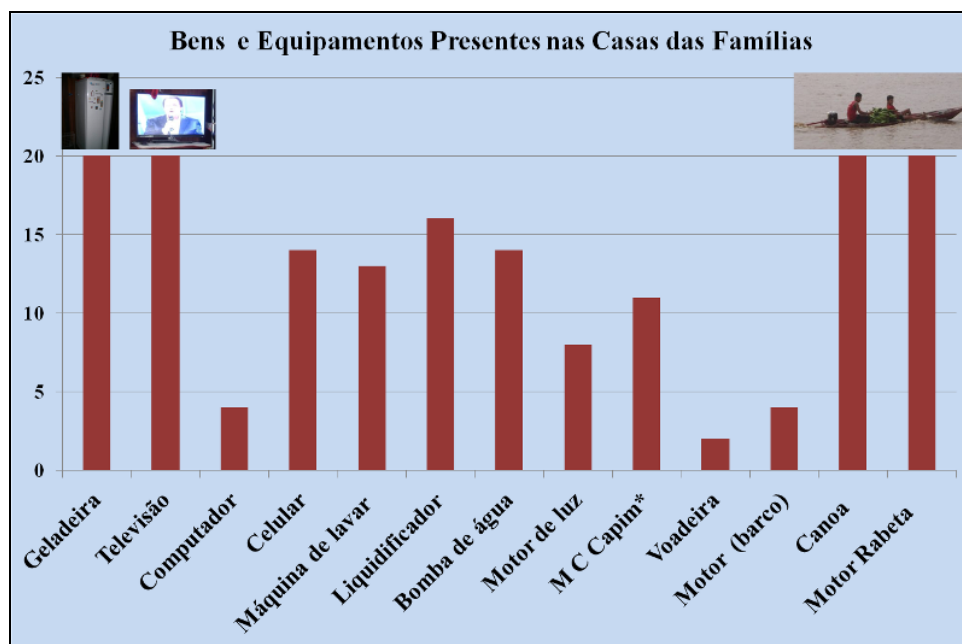


Fig. 34: Gráfico dos bens e equipamentos presentes nas casas das famílias.
Org. e Fonte: Oliveira, M. J. B./Trabalho de campo/2013.
*Máquina de Corta Capim.

A aquisição desses bens de consumo e equipamentos de trabalho e transporte pelas famílias camponesas na comunidade mostra que houve uma prosperidade em suas rendas nos últimos anos, fato que leva a buscar bens que lhe tragam conforto e

melhorem suas vidas no espaço rural. A chegada da energia elétrica foi um fator que impulsionou a aquisição de muitos desses bens. Observamos que a geladeira e a televisão são tão presente quanto a canoa e o motor rabeta, esses últimos são os principais meios usados no transporte diário dos agricultores camponeses aos roçados. Porém é importante lembrarmos que a conquista desses bens se dá através da relação do agricultor camponês com o mercado, ou seja, é a circulação M-D-M. Oliveira (1996) ressalta que o processo M-D-M no capitalismo abre, pois a possibilidade de que o camponês possa, em determinadas circunstâncias, receber uma quantia em dinheiro acima daquela necessária para aquisição das mercadorias em que necessita. Nesse caso, pode, pois ocorrer sobra desse dinheiro, ou seja, é possível ocorrer à acumulação. Na realidade, na comunidade essa possível acumulação é transformada em bens de consumo.

Aparelhos como celular aparecem em 70% das casas dos entrevistados, apesar da comunidade não ser atendida pelo serviço de telefonia móvel, sendo essa uma das principais reivindicações dos moradores, a falta de comunicação traz um isolamento que segundo o presidente da Associação dos Moradores Agroextrativistas da Comunidade Cachoeirinha – AMAC atrapalha o desenvolvimento da comunidade. Apesar desse isolamento que dificulta as relações da comunidade, observamos que os camponeses estão cada vez mais inseridos no mundo tecnológico e moderno, mas isso não significa que eles estão deixando o modo de vida camponês, pelo contrário, essas transformações reforçam sua relação com espaço rural, pois eles se sentem mais realizados e menos inferiores que a sociedade urbana. Woortmaam (1990, p. 19) ao discorrer sobre os aspectos moral do campesinato, com o exemplo de um sitiante no nordeste, afirma:

O que temos, e o que parece ambíguo, é um uso da história, sua apropriação individual em duas temporalidades internalizadas, onde os tempos modernos, são usados para reestabelecer o tempo tradicional. Transita-se pela ordem econômica para realizar como fim, a ordem moral e com ela a campesinidade.

Concordando com o autor afirmamos que essa transição que passa pelo econômico, pelo moderno não desmitifica a característica básica do camponês centrada na terra, no trabalho e na família. Vergés (2011) ressalta que o camponês como projeto e vocação para o futuro reivindica uma economia com alma e uma modernidade com rosto humano.

A organização administrativa da comunidade se dá tanto internamente, como tem como base a influência de instâncias superiores, como o Município e o Estado

através da RDS. O Município de Manicoré, segundo sua Lei Orgânica é composto por 13 Distritos na área rural, entre eles Cachoeirinha. Entre os requisitos para que seja considerado Distrito a Lei Municipal determina a existência, na povoação sede, de pelo menos trinta moradias, escola pública, posto de saúde e posto policial; esse último não há na comunidade.³⁸ Cada distrito possui um administrador distrital que tem como função:

Cumprir e fazer cumprir, de acordo com as instruções recebidas do Prefeito, as Leis, resoluções, regulamentos e demais atos do Prefeito e da Câmara; II - Fiscalizar os serviços distritais; III - Atender as reclamações das partes e encaminhá-las ao prefeito, quando se tratar de matéria estranha às suas atribuições ou quando lhes for favorável à decisão proferida; IV - Indicar ao Prefeito as providências necessárias ao Distrito.³⁹

A função de administrador distrital foi uma criação recente, em anos anteriores a principal autoridade era o presidente da comunidade. Sendo que sua escolha sempre foi motivo de desentendimento e muitos recusavam em aceitar, por ser apenas uma função social voluntária sem remuneração. Já o cargo de administrador é remunerado e é também um cargo que envolve relações políticas partidárias.

Atualmente as principais funções administrativas da comunidade são desenvolvidas pelo administrador distrital, ligado diretamente com o poder municipal; pelo presidente da Associação dos Moradores Agroextrativistas da Comunidade Cachoeirinha – AMAC e pelo presidente da Associação dos Produtores Agroextrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Madeira – APRAMAD, ligada diretamente a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Madeira, da qual a comunidade faz parte.

Com inserção de Cachoeirinha em uma área de UC, houve algumas mudanças na forma de organização, a atuação das ações da reserva juntamente com atuação do poder público municipal tem ocasionado melhorias na comunidade, sentidas principalmente na forma de atenção que esses órgãos têm disponibilizado, assim como parece estar havendo mais união tanto por parte dos setores municipais, estaduais, como dos próprios representantes comunitários.

Alguns desentendimentos políticos são motivos que às vezes dificulta a organização da comunidade, mas isso tem caminhado para uma melhor solução, com uma parceria maior entre eles. As associações têm sido uma das formas de organização

³⁸ Não iremos discorrer aqui sobre os aspectos relacionados à denominação dos distritos nas comunidades camponesas, estamos nos referindo apenas para melhor esclarecimento da forma administrativa da comunidade.

³⁹ Lei Orgânica do Município de Manicoré, Artigo 76.

que tem levado os camponeses a fortalecer seus territórios, tanto no sentido de organização comunitária, como no sentido produtivo, sendo esse um dos objetivos da AMAC, a luta por uma melhor comercialização dos produtos agrícolas da comunidade.

Encontramos também a participação de uma ONG que atua na capacitação das lideranças e organização comunitária, essa atuação faz parte do consórcio Fortis⁴⁰ que é liderado pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB, o principal objetivo do consórcio é fortalecer as capacidades das organizações locais e dentro desse contexto há o apoio ao associativismo nas comunidades ribeirinhas e unidades de conservação.⁴¹

Segundo Vergés (2011) o associativismo é uma maneira de resistir. Chayanov (1974) também afirma que essa forma de organização fortalece os camponeses diante das relações capitalistas. É uma forma de lutar pela manutenção e melhoria da organização produtiva da comunidade como afirmou o presidente da AMAC, segundo ele a organização através da associação é o melhor caminho para agregar mais valor ao produto. Essa forma de organização tem sido estimulada, nos últimos anos, no sul no Amazonas, principalmente nas comunidades que fazem parte das UC.

Diante do exposto, finalizaremos esta seção abordando de maneira didática como se dá a forma de organização da comunidade camponesa de Cachoeirinha, figura 35. Concluimos que a célula formadora é a unidade familiar e a célula protetora é a comunidade, ou seja, a família é base e para manter o bem-estar dessa unidade, seus membros tem um objetivo comum: o trabalho na terra (na lavoura, na agricultura) como objetivo de gerar renda para manutenção da família. Afirmamos que a comunidade é a célula protetora, porque ela é a cápsula que mantêm as famílias na unificação de objetivos e práticas comuns, como nas organizações religiosas, culturais, na educação escolar, no atendimento a saúde, em uma melhor qualidade e renda do trabalho na agricultura; nesse sentido surgem as associações que visam colaborar com essa organização, podendo ser iniciativa dos próprios moradores ou intervenção de órgãos externos.

A partir das relações familiares e das relações comunitárias se constrói o território da comunidade, e as intervenções externas contribuem para novas

⁴⁰ Programa de fortalecimento institucional voltado para as organizações da sociedade civil, órgãos públicos e agentes privados que trabalham em favor da conservação e do uso sustentável dos recursos naturais sul do Estado do Amazonas que inclui os municípios de Boca do Acre, Lábrea, Canutama, Humaitá, Apuí, Novo Aripuanã e Manicoré.

⁴¹ Não iremos aqui nos aprofundar nas análises dos vários aspectos que envolvem a participação das ONGs na Amazônia, sabemos que esse é um assunto que merece uma análise mais profunda, porém não nos ocuparemos de realizá-la neste trabalho, pois, pela grandeza da situação é preciso um maior aprofundamento, fato não possível neste estudo.

territorialidades produzindo transformações socioespaciais, como as ocorridas a partir da criação da reserva (RDS do Rio Madeira). A figura 35 a seguir ilustra como se dá essa forma de organização.

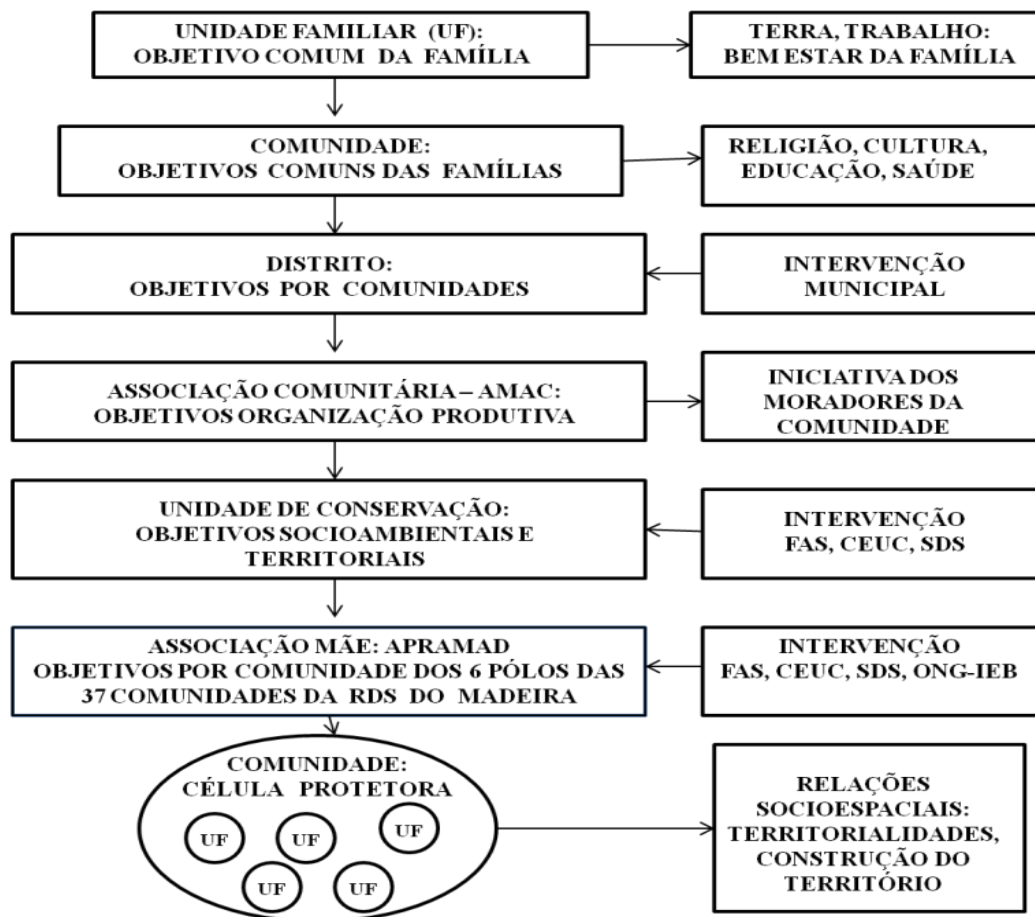


Fig. 35: Organização da Comunidade Camponesa de Cachoeirinha, Manicoré/AM.
Fonte e Org.: Oliveira, M. J. B./Análise a partir das observações de campo/2013.

Finalizando este capítulo ratificamos que a formação da comunidade se deu a partir da influência do mercantilismo comercial dos produtos da floresta, em especial a extração da borracha, no período em que o Rio Madeira passa a ter uma maior atuação de ocupação, impulsionado tanto pela busca comercial dos produtos da floresta como pela movimentação estimulada pela construção da estrada de ferro Madeira Mamoré, fato mencionado no primeiro capítulo do trabalho.

Várias foram as transformações ocorridas nas relações e organização da comunidade ao longo do tempo. Porém, confirmamos a importância da Unidade Familiar e da Comunidade na constituição do modo de vida camponês, pois apesar das mudanças ocorridas a família permanece como a principal forma de organização do trabalho, a luta diária dos agricultores camponeses é sempre pelo bem-estar da família e

da comunidade. No capítulo seguinte abordaremos como é a organização produtiva da comunidade, por isso a importância de compreendermos anteriormente sua formação e organização, para melhor entendermos como ocorre a produção agrícola atualmente, depois de várias mudanças ocorridas ao longo do tempo.

CAPITULO 3

A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DA COMUNIDADE

Neste terceiro e último capítulo iremos abordar como se dá a organização produtiva da comunidade, identificando os principais cultivos agrícolas, como ocorre o uso da terra pelos camponeses, qual a influência das mudanças sazonais em sua forma de trabalho e como se dá a relação com mercado. A partir dessas concepções poderemos compreender todo processo de produção agrícola familiar na comunidade Cachoeirinha.

3. 1 A Forma de Produção e os Principais Produtos Agrícolas da Comunidade

Almeida (2006) ressalta que a especificidade camponesa reside no fato dessa classe ser a única a ter a terra e a força de trabalho juntos num só agente social e ainda operar a partir de uma lógica não-capitalista que tem como centro o grupo familiar. Já em uma economia capitalista, a força de trabalho é baseada no trabalho assalariado visando às determinações da obtenção de lucro. Na forma de produção camponesa a família é base de sua força de trabalho e seu objetivo não é o lucro, mas o bem-estar da família camponesa, Chayanov (1974).

Na comunidade de Cachoeirinha a forma de produção agrícola é baseada no trabalho da família, tendo como objetivo principal seu bem-estar. O cultivo da agricultura é realizado em áreas de várzea, apesar da comunidade se localizar em terra firme na margem esquerda do rio Madeira, a agricultura é desenvolvida em terras de várzea do outro lado do rio (margem direita) e a jusante da comunidade. Cruz (2009) afirma que as áreas de várzeas são planícies de aluviões recentes, periodicamente recobertas pelas águas dos rios barrentos da região amazônica. Essa hidrodinâmica do rio faz com que o solo de várzea seja mais rico em nutrientes o que possibilita maior fertilidade. Esse foi um fator que contribuiu para uma maior ocupação das áreas de várzeas nos rios Amazônicos e mesmo quem mora em terra firme acaba utilizando as áreas de várzeas próximas para desenvolver a agricultura, como ocorre na área de estudo. Segundo Lima (2007) é na várzea que se encontra a maior faixa contínua de solos férteis da Amazônia e, historicamente, foi onde se concentrou as mais intensas atividades de pesca e de agricultura. Na figura 36 a seguir é possível observar a localização da comunidade em terra firme e áreas de várzea utilizadas para o cultivo da agricultura.



Fig. 36: Localização da comunidade e área de cultivo agrícola na várzea.
 Fonte: Google Earth. Org.: Oliveira, M. J. B./2013

Sternberg (1998) afirma que a planície amazônica contém duas ordens de paisagens inteiramente diferentes: as várzeas e as terras firmes. Na figura 36 é possível observar que a várzea nas margens do Rio Madeira próximo à comunidade se tornou a parte mais cultivada pelos agricultores camponeses, isso ocorre exatamente por esse solo ser mais propício ao cultivo agrícola.

Como vimos no segundo capítulo do trabalho muitas famílias deixaram os seringais, as propriedades localizadas dentro dos afluentes dos rios para cultivarem a agricultura nas várzeas do Rio Madeira a partir da década de 1970.

Lima (2007, p.36) afirma que a várzea é,

A planície de inundação fluvial de deposição holocênica, que margeia os rios de águas brancas da Amazônia (rios de águas barrentas, ricas de sedimentos em suspensão, como o Amazonas, o Madeira, o Purus), que está sujeita a inundações sazonais (...). A várzea compreende grandes faixas de terras marginais aos rios de águas brancas, compondo uma planície aluvial que pode alcançar até 100 km de largura, em um sistema complexo de canais, lagos, ilhas e diques marginais.

Todo esse sistema que envolve a paisagem da várzea é frequentemente modificado pela hidrodinâmica do rio. Segundo Lima (2007) durante as cheias, os solos podem permanecer saturados ou inundados por períodos que variam de alguns dias a alguns meses e a inundação altera o equilíbrio dos elementos e dos compostos no solo, resultando em importantes mudanças químicas, físicas, biológicas e mineralógicas. E a forma de produção da comunidade de Cachoeirinha está totalmente relacionada com esse dinamismo natural. Nesse sentido nos remetemos a Shanin (1980) quando afirma

que as características determinantes do camponês estão relacionadas à natureza e a dinâmica do estabelecimento rural familiar, como unidade básica de produção e meio de vida social.

Segundo Lima (2007) o cultivo da agricultura é praticado principalmente nos diques marginais (restingas), onde ocorre a acumulação de sedimentos nas margens dos rios. Cruz (2009) afirma que esses diques marginais (as restingas) são alagados somente pelas cheias excepcionais e são conhecidas regionalmente por “várzea alta”. Os roçados são áreas preparadas para o cultivo da agricultura (nesse caso específico), essa preparação passa pelo processo da roçagem da vegetação herbácea, por isso a denominação roçado. Garcia Jr. (1983, p. 111) ressalta:

O roçado é o produto do trabalho coletivo da família, (...). É no roçado que a família se materializa enquanto unidade de produção. É através dele que a família obtém os meios necessários para se reproduzir. O produto do roçado serve para abastecer a casa direta ou indiretamente.

Os roçados são preparados de acordo com o tipo de cultivo, tipo da floresta (secundária ou primária) e as mudanças sazonais. Sendo utilizados na sua maioria áreas cultiváveis, ou seja, área do mesmo roçado, pois a preparação do mesmo exige um menor esforço físico e o rio se encarrega de renovar anualmente o solo. Nesse sentido, ressaltamos também o uso da prática do pousio, que é quando a área cultivada fica um período de tempo deixada em repouso, geralmente dois a três anos para que o solo recupere suas condições de fertilidade.

A escolha da área dos roçados depende também do tipo de cultura agrícola. Por exemplo, quando os roçados são preparados só para o cultivo da banana é feito principalmente nos diques marginais mais elevados, pois essa lavoura tem um período maior entre a plantação e a colheita e tem uma durabilidade maior no seu ciclo de vida se não ocorrer problemas com a planta. Já a melancia tem um curto ciclo de vida, por isso ela é mais cultivada nas áreas alagáveis, que são os diques marginais frequentemente inundados pelas cheias do rio, é a parte denominada de várzea baixa como afirma Cruz (2009). Porém, nos últimos anos vêm ocorrendo aumento na plantação de banana, então é comum utilizar essas áreas baixas também na produção de banana, mesmo sabendo que só será possível realizar uma única colheita.

Atualmente os principais produtos agrícolas cultivados são: banana, melancia, jerimum, macaxeira, abobrinha, pimenta de cheiro, maxixe, mamão, pepino e o cultivo

da roça⁴² para consumo da família, esse último praticamente desapareceu nos últimos anos, voltando a ser cultivado pela maioria das famílias atualmente, posteriormente veremos o que levou a esse retorno. A partir dos dados de campo organizou-se o gráfico a seguir (figura 37) que mostra a intensidade de cultivo de cada produto pelas famílias, mostrando quais os mais cultivados na comunidade que representam a principal forma de renda.

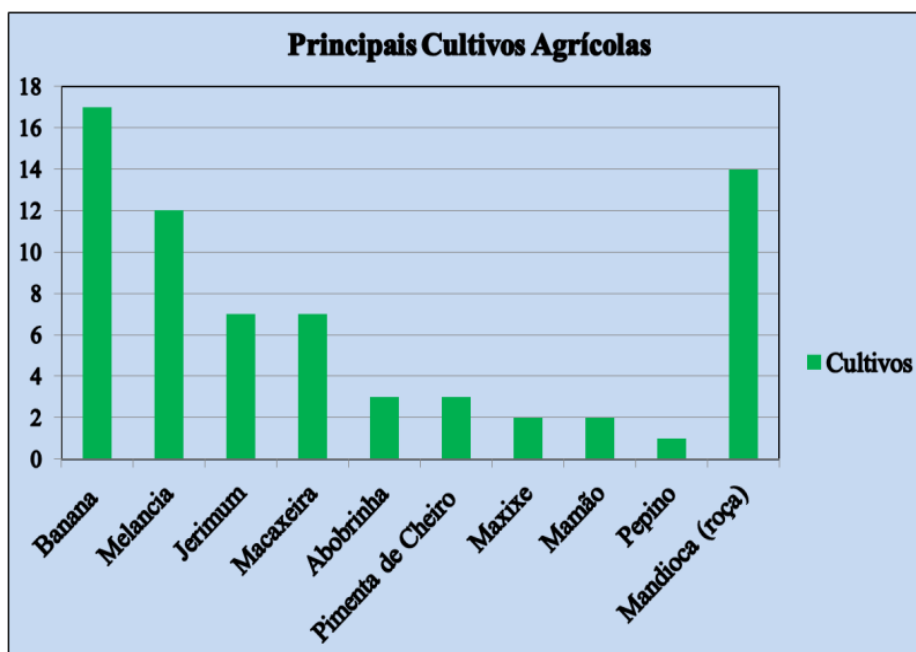


Fig. 37: Gráfico dos principais cultivos agrícolas.

Fonte: Dados coletados a partir do trabalho de campo/2013.

Observamos que a banana é o produto mais cultivado na comunidade, 85% das famílias entrevistadas plantam banana e tem nesse cultivo sua principal fonte de renda. Em segundo lugar vem a melancia, onde 60% das famílias cultivam o produto que foi, por muito tempo, o principal cultivo, porém nos últimos anos vêm perdendo espaço na produção agrícola da comunidade. Dentro dessa variedade de produção o jerimum e a macaxeira aparecem em terceiro lugar, com 35% das famílias entrevistadas realizando seu cultivo. A abobrinha, a pimenta de cheiro, o maxixe e o pepino apesar de não serem bastante cultivados já aparecem fazendo parte dessa variedade de culturas agrícolas da comunidade.

A principal banana cultivada na comunidade é a pacovan, conhecida pelos agricultores camponeses do Rio Madeira como “banana grande”, exatamente por ter um

⁴² Plantação de mandioca (planta leitosa, da família das euforbiáceas, *Manihot Utilíssima*) utilizada para fazer a farinha, alimento muito utilizado pelos agricultores camponeses na Amazônia, o peixe e a farinha são os principais alimentos dos amazonenses.

tamanho maior que as demais. A escolha por essa banana se deu tanto por sua boa aceitação no mercado amazonense como por sua rusticidade e produtividade. Em média cada família planta uma área de meio a um hectare de banana e cada hectare (100 x 100) leva em média 1000 pés de banana, porém a maior parte das famílias trabalha com uma média de 400 a 500 pés e como sempre ocorrem doenças nas bananeiras, a média de produção varia entre 30 a 60 cachos mensais na maioria das famílias. Porém, há famílias que produzem mais, são aquelas que por influência da melhor comercialização do produto tem-se dedicado, nos últimos anos, a aumentar sua área de cultivo, porém esse aumento tem levado a ocupação de áreas mais baixas como afirmamos anteriormente, já que a área de restinga é estreita, de 100 a 150 metros. Isso significa que os agricultores plantam a banana com a certeza de que poderão ter uma única colheita (figura 38 e 39), mesmo assim eles se dizem satisfeitos, pois a renda gerada em uma colheita supera as despesas de preparação do roçado e ao mesmo tempo eles conseguem tirar os “filhos” ou troncos das bananeiras para poder terem a possibilidade de plantar novamente assim que a água baixar (figura 40).



Fig. 38: Plantação de banana em áreas de terras baixas.
Foto: Oliveira, M. J. B. Trabalho de campo janeiro/2013.

No trabalho de campo realizado em janeiro de 2013, observou-se que as bananeiras estavam em processo de maturação (processo fisiológico em que as bananas alcançam seu tamanho ideal para colheita) dos frutos que deveriam ser colhidos no final de março e início de abril. O roçado da figura 38 ficava localizado em terras baixas e o

agricultor camponês, dono do bananal, sabia que o mesmo seria inundado pela enchente/cheia do rio e que o processo da coleta dos cachos de banana seria feito já com as bananeiras dentro d'água como foi possível acompanhar em abril/2013 como mostra a figura 39.



Fig. 39: Plantação de banana inundada pelas águas.
Foto: Oliveira, M. J. B. Trabalho de campo abril/2013.



Fig. 40: Troncos de bananeiras para serem plantados quando a água descer, abril/2013.
Foto: Oliveira, M. J. B. Trabalho de campo abril/2013.

Observamos que o aumento na produção de banana na comunidade levou a utilização de áreas mais baixas, onde a colheita do fruto se dá muitas vezes com trabalho realizado por dentro d'água, sendo preciso em alguns momentos a utilização de canoas. Porém, a maioria das famílias tem seu roçado de banana nas áreas mais altas, os diques marginais, onde só as enchentes/cheias com cotas mais elevadas podem alcançar, sendo essas áreas utilizadas também para por os filhos ou troncos de bananeiras que serão plantados quando as águas descerem como mostrou a figura 39.

Isso significa que há uma produção mensal de banana durante o ano todo na comunidade, mas, nos meses de março e abril ocorre um aumento na quantidade produzida exatamente pela representatividade dessa área cultivada em terras mais baixas. O plantio da banana ocorre sempre concomitante com da melancia, nos meses de maio e junho, principalmente quando o agricultor camponês utiliza o mesmo roçado, mas, por ser um produto menos melindroso e ter um desenvolvimento em qualquer época do ano, seu cultivo pode ocorrer em períodos variados, isso vai depender da disponibilidade de terra, da necessidade de um novo plantio quando o anterior já está em desgaste total e da necessidade e capacidade da família em realizar um novo plantio.

A melancia é um produto de curto ciclo e é cultivada na várzea, nos meses de maio a setembro, justamente no período da vazante/seca do Rio Madeira. O sucesso da plantação depende muito do nível da enchente/cheia do rio, se tornando prejudicial quando muito elevada (cota acima de 26,00 m), pois o acúmulo de sedimento argiloso impede o desenvolvimento da planta. Já quando esse nível é muito baixo (cota menor que 23,00 m) o solo não é renovado, pois as águas não alcançam às áreas cultivais e a perseguição de insetos e outros animais é intensa.

Por ser um fruto melindroso e depender de bastante cuidado e nem sempre ter um preço satisfatório a melancia vem perdendo espaço na produção agrícola da comunidade e a banana vem cada vez mais se tornando o produto mais cultivado. Embora o cultivo da melancia seja de ciclo curto, o trabalho de preparação do roçado começa meses antes, geralmente em dezembro e janeiro, exatamente antes da subida das águas, para que o roçado possa ir “pro fundo”, assim chamam os agricultores camponeses, que é exatamente o processo pelo qual ocorre a renovação do solo, figura 41.



Fig. 41: Roçado preparado para o processo da enchente/cheia do rio.
Fonte: Oliveira, M. J. B. Trabalho de campo/2013.

A produção de melancia exige muita dedicação e trabalho, durante o período de cultivo da planta, que varia entre 60 a 80 dias, é exigido um acompanhamento diário, principalmente no período do plantio e limpeza do roçado, até que as ramas da planta estejam unidas uma as outras, prontas para o amadurecimento dos frutos. Outro fator preocupante quanto à produção de melancia na comunidade é alto índice de utilização de agrotóxicos.



Fig. 42: Preparação para pulverização do roçado de melancia.
Foto: Oliveira, M. J. B. Trabalho de campo, julho/2013.

Por ser uma planta melindrosa, vulnerável a ataques de insetos e outras pragas, o uso de agrotóxicos é constante pelos agricultores camponeses, constituindo-se em um risco para saúde dos trabalhadores, risco percebido por alguns deles, que citaram esse fator como um dos motivos para desistirem da produção de melancia.

Deixei de plantar melancia por que o trabalho na melancia era difícil e tinha que usar o veneno. Às vezes também nem conseguia vender bem a produção. Quando eu usava veneno eu sentia muita dor de cabeça. Já a banana não, é um produto mais prático e rentável e não uso veneno.⁴³

O maior perigo no uso no agrotóxico pelos agricultores camponeses é que eles não recebem nenhuma instrução de uso, como eles trabalham sem assistência técnica, todo serviço é feito sem nenhum acompanhamento e muitos não percebem o risco que correm. O perigo do uso do agrotóxico é tanto para quem utiliza o veneno na pulverização da planta, como para quem consome o fruto, isso significa que o agricultor camponês atua nas duas ações, pois além de vender os frutos, ele também consome.

A produção de melancia vem diminuindo nos últimos anos na comunidade, além do perigo no uso agrotóxico, os principais fatores que levaram a isso são: o cultivo exige muita dedicação e esforço físico, a planta é melindrosa vulnerável a pragas e doenças e há ainda as dificuldades na comercialização do produto.

Eu não pretendo voltar a plantar melancia, pois dá muito trabalho e despesa e nem sempre temos resultado. Primeiro faz o puxirum é sufoco e se for na mata ainda tem que derrubar com motor serra, depois queima, coivara, as vezes rebate pra entrar na água de novo, ai sai do fundo, planta, vai capinar, cuidar e até a venda é muito trabalho e as vezes ainda temos prejuízo.⁴⁴

As alternativas de melhor rentabilidade com outros produtos como a banana também tem sido motivos de diminuição na produção de melancia, pois além da maior rentabilidade no cultivo da banana, ela exige um menor tempo de trabalho no cuidado e acompanhamento e não é preciso utilizar agrotóxicos.

A banana é o melhor produto pra se trabalhar, pois mesmo que se demore mais para colher e a água mate parte da plantação, ainda conseguimos ter mais retorno com ela, pois é um produto mais “confiável”. E quando a enchente não mata toda plantação podemos cultivá-la por mais tempo, não é como a melancia que seu cultivo é sempre uma incerteza.⁴⁵

Além da banana e da melancia, a macaxeira e o jerimum são cultivados por 35% das famílias entrevistadas. Isso significa que esses produtos já têm uma parcela significativa na renda das famílias. A macaxeira geralmente é cultivada junto com a melancia e a banana, como sua comercialização tem aumentado nos últimos anos,

⁴³ Entrevista com agricultor camponês de 65 anos, realizada em novembro/2013.

⁴⁴ Entrevista com agricultor camponês de 40 anos, realizada em novembro/2013.

⁴⁵ Entrevista com agricultor camponês de 45 anos, realizada em abril/2013.

muitos agricultores camponeses estão fazendo roçados específicos para o cultivo, esse geralmente se localiza bem próximo ao rio, pois o processo de colheita e venda do produto exige muito esforço físico. O jerimum também tem seu cultivo iniciado nos meses de maio e junho, concomitante ao cultivo da melancia, porém em roçados separados, pois como as duas plantas são do tipo rasteira, ou seja, têm suas ramas espalhadas pelo solo, não podem ser cultivadas em um mesmo espaço. Porém o jerimum também é cultivado por alguns agricultores camponeses junto com a banana, e a macaxeira, mas, segundo um dos entrevistados, não é adequado, “porque o jerimum ele trepa por cima da macaxeira, e ai quando vinga ele abaixa, e ai prejudica a macaxeira. A melancia não, não tem problema, ela é leve, e ela não sobe quase”⁴⁶. Observa-se que o agricultor camponês tem essa capacidade de autoconhecer os desafios que podem impedir o desenvolvimento de sua cultura e eles aprendem com suas próprias experiências na relação com a natureza.

Os outros cultivos como pepino, maxixe, pimenta, tem uma menor escala de produção a nível comercial, são cultivados principalmente para o consumo, porém algumas famílias comercializam na sede do município parte da produção o que ajuda na renda familiar. Já o mamão, especificamente o havaí, tem se tornado uma alternativa de produção para algumas famílias, assim como a abobrinha.

A variedade de cultivo é um dos elementos que caracterizam a agricultura camponesa. Paulino (2006) afirma que quanto maior for a variedade de cultivo, criações e demais atividades afeitas, menor a vulnerabilidade e maior a possibilidade dos camponeses se apropriarem da renda gerada internamente. Nesse sentido, observamos que foi exatamente isso que ocorreu na área de estudo, essa diversidade de produção permitiu um aumento na renda das famílias, fazendo com que houvesse melhorias no modo de vida das famílias. As transformações socioespaciais, analisadas no capítulo anterior, permitiram identificar que uma das principais mudanças ocorridas foi a prática de uma maior variedade de cultivos agrícolas (figura 43). O objetivo é alcançar um melhor aproveitamento do solo permitindo assim uma maior fonte de renda. Os agricultores camponeses aprendem com suas próprias práticas quais as plantas podem ser cultivadas juntas e qual o tempo correto para plantar cada uma delas (figura 44).

⁴⁶ Entrevista com agricultor camponês de 72 anos, realizada em dezembro/2013.



Fig. 43: Variedades de cultivos produzidos na comunidade de Cachoeirinha.
Fotos: Oliveira, M. J. B. Trabalho de campo/2013



Fig.44: Roçado com variedades de cultivos.
Foto: Oliveira, M. J. B. Trabalho de campo-julho/2013.

A figura 44 mostra a variedade de cultivos em um mesmo roçado, o agricultor camponês ainda plantou no mesmo espaço tomate para consumo da família. Nesse caso, a melancia era o principal produto, os demais vieram como ajuda a renda resultante de

um melhor aproveitamento da área. O milho é sempre plantado nas laterais dos roçados, os aceiros como chamam os agricultores camponeses, nesse caso ele serve de cerca viva na divisão dos roçados, seu cultivo se dá não com objetivo comercial e sim para alimentação da família e dos animais. A melancia, a macaxeira e a banana têm objetivo comercial, mas, são usados também na alimentação da família. Ao fundo é possível ver o Rio Madeira que tem suas águas baixas no mês de julho, porém nos meses anteriores (janeiro-abril) a elevação do nível do rio já havia feito a renovação do solo permitindo assim um melhor desenvolvimento da agricultura.

Diante dos dados pesquisados a partir das observações diretas e entrevistas com os agricultores camponeses, observamos que os principais produtos agrícolas cultivados na comunidade são voltados para a comercialização. Isso ocorre com a banana, a melancia, o jerimum e atualmente também a macaxeira e o mamão fazem parte dessa lista. Isso significa que a ideia do camponês produzir para o consumo e vender apenas o excedente não é uma regra geral. É preciso analisar as transformações ocorridas no tempo e no espaço e identificar as mudanças resultantes.

No caso da produção agrícola da área de estudo, lembramos das análises feitas no segundo capítulo do trabalho, quando a base da economia da comunidade era o extrativismo e a agricultura era praticada apenas para consumo próprio. Nesse período não havia um mercado que absorvesse os produtos agrícolas. Quando começa a comercialização desses produtos o camponês passa a vender o excedente do que produzia para o consumo, mas, aos poucos ele aumenta sua relação com o mercado e passa produzir com um objetivo mais comercial, não significando que ele deixa de produzir para consumo, ele produz, mas se a venda de um determinado produto agrícola tem um retorno que possibilita a compra de outras variedades de produtos necessários à família ele passa a produzir com o objetivo principal de comercializar. Da mesma forma, se um produto deixa de ser cultivado por que houve a possibilidade de compra pela família e tempos depois essa ação se torna inviável ou custosa, essa família volta a produzir esse determinado produto para seu consumo, como veremos posteriormente em relação à produção de farinha de mandioca na comunidade. Diante desses aspectos afirmamos que a agricultura de subsistência tão empregada na conceituação do trabalho familiar nas comunidades rurais amazônicas parece não ser suficiente para explicar todas as relações que há nesses locais.

Essas mudanças na produção agrícola familiar não significam a perda da identidade camponesa, pelo contrário, essa possibilidade trouxe um fortalecimento para

Unidade Camponesa, pois permitiu que os agricultores camponeses tivessem a possibilidade de produzir mais, dentro de uma lógica não-capitalista de trabalho (como veremos posteriormente), mas a partir da venda desses produtos que marca sua relação com mercado, acessar mais recursos e melhorar as condições de trabalho e da própria vida familiar e comunitária.

Almeida (2006) ressalta que numa situação de renda econômica favorável, a unidade familiar terá um nível de consumo maior, uma melhor condição de formar capital e menor intensidade no uso da força de trabalho, a autora afirma que a apropriação da renda converte-se em bem-estar.

Vergés (2011, p. 17) afirma que,

o processo produtivo camponês tem como objetivo imanente sua própria reprodução como unidade imediata de trabalho e consumo de tal maneira que, mesmo que produza exclusivamente para a venda e adquira no mercado os produtos de seu consumo, seu objetivo continuará sendo o valor de uso.

A possibilidade de aumento na renda do agricultor camponês no Rio Madeira só se tornou possível por que houve uma maior circulação dos fluxos nesse rio o que permitiu transformações nos fixos. Nesse aspecto nos remetemos a Milton Santos (2002, p. 61-62), quando afirma que,

Os fixos permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. (...) Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações que atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam.

Fixos e fluxos possuem uma relação de complementaridade, suas interações expressam a realidade geográfica, ou seja, expressam a constituição do território através de suas territorialidades carregadas de significações temporais.

Um dos aspectos interessante a ser analisado quanto a essa mudança na forma de comercialização e consumo do agricultor camponês na área de estudo está relacionado com a produção da farinha de mandioca, ou melhor, da roça, como eles costumam chamar. A produção da farinha na comunidade sempre foi voltada para o consumo, algumas famílias comercializavam, mas era pouco. Com o aumento na renda das famílias aos poucos foram deixando de produzir a farinha, passando a comprar o produto para o consumo. Porém, essa mudança não ocorreu só na área de estudo, houve uma queda na produção tanto no município de Manicoré como no estado do Amazonas, como mostram os dados do IBGE, figura 45.

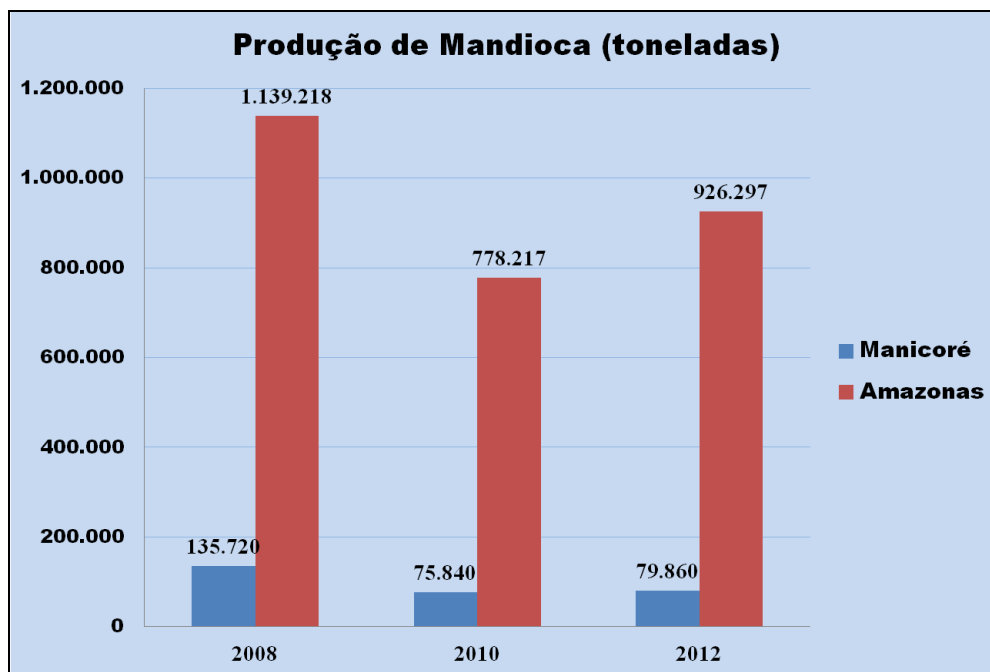


Fig. 45: Produção de Mandioca em Manicoré e no Amazonas.

Fonte: IBGE, <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Org.: Oliveira, M. J. B./2013

Observamos que houve uma queda significativa na produção de mandioca tanto no município de Manicoré como no estado do Amazonas. Porém, neste trabalho não iremos abordar os fatores que levaram a essa diminuição no município e no estado, pois isso necessita de um estudo mais específico, nosso foco é analisar a redução na área de estudo. Chegamos à conclusão que o principal fator foi o aumento na renda das famílias que permitiu com que elas tivessem a possibilidade de comprar esse alimento. Além disso, a produção da farinha de forma artesanal exige muito trabalho, esforço físico e dedicação na preparação; como houve a possibilidade de comprar o alimento, se tornando mais viável a compra do que a produção e preparação da farinha os agricultores camponeses assim fizeram, a maioria deixou de plantar a roça, quase 100% das famílias.

Porém, essa mudança ocasionou dificuldades no acesso ao alimento nos últimos anos, tanto pelo aumento significativo no preço como pela falta do produto na comunidade. Isso fez com que os donos dos comércios de Cachoeirinha mandassem comprar farinha em Manaus para revender na comunidade. Essa relação, um tanto contraditório, é reflexo das transformações ocorridas na forma de produção, que podem ocasionar resultados nem sempre satisfatórios. O preço do saco de farinha, que varia entre 50 e 60 kg, teve uma variação entre R\$ 200,00 a 250,00 no ano de 2013 na comunidade. Isso significa que a renda adquirida com a venda de outros produtos agrícolas não estava sendo suficiente para manter a despesa do consumo de farinha pela

família, pois há a necessidade da compra de outros alimentos e parte da renda adquirida com a venda dos cultivos agrícolas estava sendo consumida pela compra da farinha.

Essa mudança fez com que os agricultores camponeses voltassem a plantar roça (figura 45) e produzir sua própria farinha (figura 46).



Fig. 46: Roça em área de terra firme.

Foto: Oliveira, M. J. B. Trabalho de Campo/2013.



Fig. 47: Preparação da farinha de mandioca.

Foto: Oliveira, M. J. B. Trabalho de Campo/2013.

Das vinte famílias entrevistadas 70% voltaram a cultivar a mandioca para produção de farinha para o consumo. O cultivo ocorre tanto na terra firme, nas capoeiras localizadas atrás das unidades familiares, como na várzea localizada na parte frontal da comunidade, resultante de processos sedimentares fluviais.

Isso significa que a realidade da produção agrícola camponesa na comunidade segue sua organização baseada nas mudanças socioespaciais e econômicas que tem interferências externas, mas uma disposição própria. Por isso concordamos com Oliveira (1996) quando afirma que o camponês é resultado de um processo ampliado e contraditório da reprodução capitalista. Martins (1990) afirma que o nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto da contradição dessa expansão. É importante observar a capacidade que o camponês tem em adaptar seu modo de produção as mudanças ocorridas, isso significa que o cultivo de uma determinada cultura que deixou de ser produzida pode voltar se assim for necessário para a classe camponesa.

3.2 O Uso da Terra, as Mudanças Sazonais e a Forma de Trabalho

O uso da terra pelos agricultores camponeses ocorre tanto na terra firme como na várzea. Isso se dá porque a localização da comunidade é em terra firme e o cultivo da agricultura é feito em sua maior parte na várzea (como ressaltamos na página 99, figura 35). Na terra firme, o uso individual/familiar equivale à propriedade de cada Unidade Familiar, que corresponde geralmente à área da casa, do quintal e algumas famílias possuem sítios (área maior com várias plantas frutíferas), principalmente as famílias mais antigas. Nesse aspecto remetemos a Woortmaan (1990) quando afirma que um dos significados do sítio é “uma área de terras trabalhadas por uma família, ou seja, construída pelo trabalho da família e passado de pais para filhos”. Já o uso da terra na várzea se dá pelo processo de apropriação das terras de roçado, terras de cultivo, terras de trabalho com afirmou Garcia Jr. (1983), o uso dessas terras ocorre tanto da outra margem do rio (margem direita) como do mesmo lado a jusante da comunidade (margem esquerda) e também na parte frontal, onde há uma pequena faixa de terras resultante do processo de depósito de sedimentos fluviais por inundação.

Na área de terra firme da comunidade, o uso da terra se dá principalmente no cultivo de culturas permanentes, plantadas nos quintais e sítios, principalmente frutas que são destinadas ao consumo, abacate, laranja, cupuaçu, manga, pupunha, tucumã, coco, tangerina, biribá, jaca, etc., também o local é utilizado para plantação de roça para

produção de farinha, parte dessa área estava sem utilização e volta a ser cultivado com o retorno do cultivo da mandioca.



Fig. 48: Várzea na parte frontal comunidade.
Foto: Oliveira, M. J. B./Trabalho de campo, abril/2013.

As terras de várzea que se localiza na parte frontal da comunidade são utilizadas de diferentes formas por cada família. Algumas fazem plantação de feijão, de mandioca e até de banana, outros usam como área de lazer com campo de futebol e há também algumas famílias que construíram suas casas na várzea, nas partes mais altas, mesmo assim quase todos anos a área é tomada pela água, figura (48).



Fig. 49: Área de várzea utilizada para cultivo agrícola.
Foto: Oliveira, M. J. B. Trabalho de Campo/2013.

Os solos de várzea utilizadas no processo do cultivo agrícola estão localizadas distante cerca de 2 a 3 quilômetros da comunidade. Os agricultores camponeses se deslocam todos os dias, em suas canoas, com motor de popa, as chamadas rabetas, ou em barco de pequeno porte, com destino aos seus roçados. Atualmente isso ocorre sempre pela manhã, com ida a partir das seis horas e retorno entre dez e onze horas.

Cada família trabalha em área de 1 a 2 hectares, com a inserção da área cultivada no programa de regularização fundiária em áreas de várzeas denominado: Nossa Várzea: Cidadania e Sustentabilidade na Amazônia Brasileira, da Secretaria de Patrimônio da União – SPU, os agricultores camponeses da comunidade receberam em 2012, o Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), um documento que dá direito ao uso para o desenvolvimento de atividades agroextrativistas de forma sustentável. Esse programa visa promover a regularização fundiária de ocupações em terras públicas utilizando o termo de autorização de uso. Ao entregar o termo às famílias de comunidades ribeirinhas, a União reconhece o direito à ocupação e possibilita a exploração sustentável das áreas de várzeas. Além disso, o instrumento representa para a família beneficiada um comprovante oficial de residência e uma garantia de acesso à aposentadoria como agricultor (a) rural, assim como aos recursos dos programas do governo voltado para o fortalecimento da agricultura camponesa.

Para os agricultores camponeses da área de estudo, isso representou uma conquista, pois agora eles podem comprovar oficialmente que eles são agricultores e tem uma área de terras específica para desenvolver o trabalho que dá sustentação a família.

Foi de grande importância para nós, pois hoje a gente pode provar nos programas do governo que é agricultor e através desse documento, que é um título de posse, provar que a gente tá trabalhando, que a gente existe e existe aquela área onde a gente trabalha, então foi fundamental isso aí.⁴⁷

Cada agricultor tem autorização para cultivar seis hectares, como a média de área cultivada por cada família é entre um a dois hectares, não houve reivindicação pelo tamanho da área. Das famílias entrevistadas, apenas uma disse estar insatisfeita com a dimensão da área, pois, nem todas se localizam em locais compatíveis com todo tipo de cultivo. A realização da regularização das áreas de várzea já beneficiou 750 famílias da área rural de Manicoré segundo os dados do SPU/AM, o programa alcança vários municípios da Amazônia localizados às margens dos rios amazônicos que possuem

⁴⁷ Entrevista com agricultor camponês de 38 anos realizada em novembro/2013.

vastas áreas de terras de várzea. Porém, é preciso haver um interesse por parte da administração municipal de cada município em acessar o programa, a participação de organizações não governamentais que apoiam as comunidades rurais tem agilizado a regularização como ocorreu no Município de Manicoré.

 MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO AMAZONAS Processo: 0085.00647/2012-08	 TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL Nº 648 / 2012 Registro Imobiliário Patrimonial – RIP: 02570100641-80
<p>A Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Amazonas – SPUAM, por delegação de competência da Sessão Secretária do Patrimônio da União, através do art. 1º, II da Portaria nº 200/SPU, de 29/06/2010 e Portaria nº 089/SPU, de 15/04/2010, considerando a imensa potencialidade dos recursos naturais existentes nas áreas de várzea situadas na Região Amadônica, como fator econômico capaz de contribuir para a melhoria das condições de vida das populações ribeirinhas tradicionais, que promovem seu aproveitamento racional e sustentável, bem como a necessidade de promover a ordenação do uso das áreas da União alagáveis situadas na orla fluvial do Amazonas, dá início ao procedimento de regularização fundiária das áreas da União mediante o reconhecimento da posse para fins de moradia e uso tradicional dos recursos naturais pelas famílias ribeirinhas, como forma de compatibilizar a integridade do meio ambiente com o progresso social, cultural, ambiental e econômico da região, sem de acordo com processo administrativo formalizado junto a esta Superintendência e cadastro no Sistema de Administração Patrimonial – SIAPA, resolve CONCEDER a Joaquim Bentes de Oliveira Filho, RG nº 1312162-8 SSPAM, CPF nº 832.874.102-03, profissional agricultor, de nacionalidade brasileira, estado civil Solteiro, a AUTORIZAÇÃO DE USO PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES AGROEXTRATIVISTAS DE FORMA SUSTENTÁVEL, a ser cumprida de acordo com autorização específica concedida pelo órgão ambiental competente, que passa a fazer parte integrante deste documento, com referência à área de domínio da União que ocupa há anos, denominada Cachoeirinha localizada no M.E. Do Rio Madeira, Município de Manicoré, neste estado do Amazonas, circunscrita a um raio de até 500 metros, a partir do ponto geodésico, definido com as coordenadas geográficas Latitude (S) 0°28'51,1" e Longitude (W) 69°47'37,2", com área de 6,78 ha, referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro DATUM SAD 89, estabelecido no local da moradia do autorizado/beneficiário, alargando a delimitação de 15 metros presuníveis dos terrenos marginais da União, respeitados os limites de tração das posses existentes no local.</p> <p>A presente Autorização de Uso Sustentável:</p> <p>I - Não confere ao autorizado/beneficiário direito possessório ou domínial sobre a área em questão que continua de propriedade pública da União, concedida por liberalidade e que por este ato, em caráter excepcional e precário, reconhece o uso tradicional sustentável que efetiva a função socioambiental dos bens da União;</p> <p>II - Não poderá ser transferida ou vendida a terceiros em hipótese alguma, sendo a Autorização para uso exclusivo do beneficiário e sua família, sob pena de imediato cancelamento por simples notificação ao autorizado;</p> <p>III - Será cancelada em caso outro uso, pelo autorizado/beneficiário ou locatário, diverso da moradia, atividades agroextrativistas para fins de subsistência e geração de renda das famílias ribeirinhas, ou socio-culturais.</p>	
 	
Manicoré, 09 de novembro de 2012  Silas Garcia Aquino de Sousa SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO AMAZONAS.	
Declaro estar ciente dos termos de presente Autorização de Uso Sustentável da área nele referenciada, me comprometendo a cumprir todos os ditames estabelecidos para mesma, assim como me responsabilizando por qualquer dano físico ou ambiental promovido sobre a área, em decorrimento a autorização específica concedida pelo órgão ambiental competente que a parte integrante deste Termo. Em 09 de novembro de 2012.  Joaquim Bentes de Oliveira Filho	

Fig. 50: Documento de Autorização de Uso Sustentável – TAUS.

Fonte: Agricultor Camponês de Cachoeirinha/Trabalho de campo/2013

Este é o documento que dá direito a posse na área de várzea. No caso da comunidade de Cachoeirinha a utilização dessa área é para o desenvolvimento da cultura agrícola, onde os agricultores camponeses realizam seu trabalho e a partir dele adquirem a renda necessária para o sustento da família, por isso denominamos terra de trabalho, como ressaltou Martins (1990) e Garcia Jr. (1983). A terra de trabalho vem se opor à terra de negócio, conceito também utilizado pelos autores anteriores, pois a terra de negócio é a terra que o capital se apropria para gerar novos e crescentes lucros. Já a terra de trabalho é a terra possuída pelos trabalhadores rurais, adquirida pelo trabalho e a partir desse trabalho é gerado a renda para a sustentação da família. Assim, a regularização fundiária das terras de várzeas tem sido uma conquista importante nessa legalização da “terra de trabalho” dos agricultores camponês.

Afirmamos isso porque no início da produção agrícola em áreas de várzea na comunidade de Cachoeirinha os agricultores camponeses pagavam uma taxa para ter acesso ao uso da terra da outra margem do rio (margem direita). Essa taxa era cobrada

pela família de um antigo morador, proprietário daquela área denominada de Canta Galo, essa realidade era comum em áreas de várzea nos rios Amazônicos. Porém com um tempo essa taxa deixou de ser paga, tanto por que os agricultores camponeses entenderam que não deveriam pagar a taxa, pois se tratava de área de várzea e seria então da União, como a família deixou de fazer a cobrança. O cultivo da terra continuou e cada família cultivava seu roçado e essa área passou a ser na prática, de posse da família, pois como afirma Martins (1990) a terra de trabalho é adquirida através do trabalho. Com a regularização, os agricultores passaram a ter os direitos garantidos por lei de utilização da terra. Das famílias entrevistadas, 90% possuem o documento de posse da área de trabalho, as demais estão aguardando e desse total, 95% afirmaram ser de grande importância para eles a regularização fundiária da terra de trabalho.

O uso da terra pelos agricultores camponeses na várzea está diretamente relacionado com as mudanças sazonais. A organização e a realização do trabalho dependem principalmente da enchente/cheia e vazante/seca do Rio Madeira. A figura 51 a seguir ilustra os meses que sucede essas variações do nível do rio. Em 2013 fizemos um acompanhamento trimestral para acompanhar quais as atividades de trabalho eram realizadas em cada período do ano pelos camponeses.

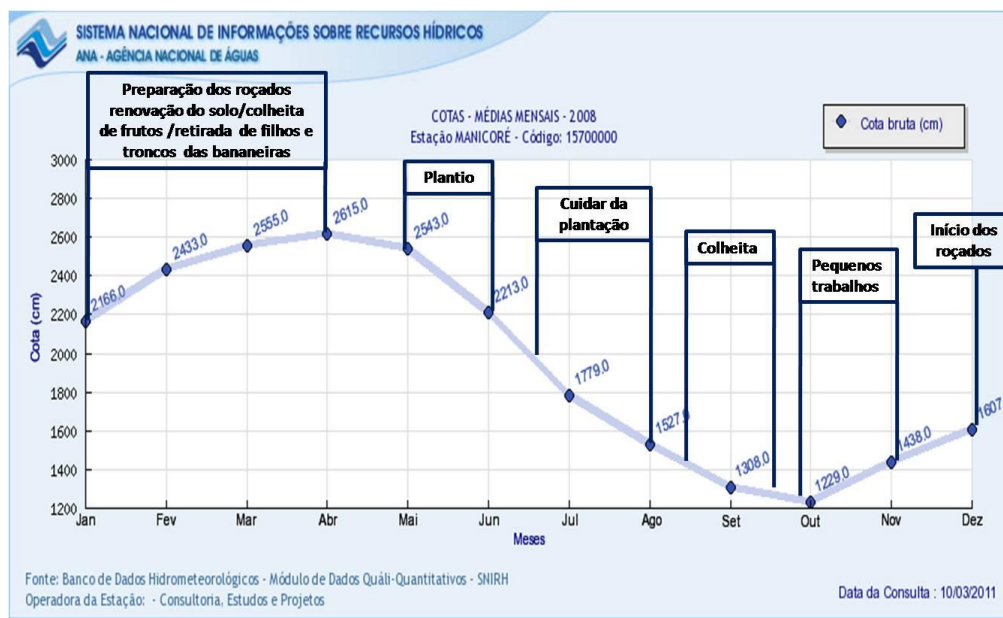


Fig. 51: Cota média mensal do Rio Madeira: enchente/cheia e vazante/seca.

Fonte: Agência Nacional de Água – ANA

Observa-se que no início do ano até abril são os meses que tem as cotas mais altas. Nesse período os agricultores camponeses estão se desdobrando em preparar os

roçados para entrarem no processo de renovação do solo ao entrar em contato com os sedimentos trazidos pela água. Ao mesmo tempo estão cuidando das plantações que estão em processo de perda por conta do avanço do rio. A preparação do roçado se dá principalmente para o cultivo da melancia. Esse é o período em que ocorre os puxiruns, iniciado no mês de dezembro nas terras mais baixas.

O puxirum é a reunião de vários agricultores camponeses para a preparação de um roçado. A relação se dá através da ajuda mútua, que é a troca de dia de trabalho entre eles, feito através do convite, pois com a diminuição no cultivo da melancia houve diminuição na realização dos puxiruns e por isso não ocorre mais o calendário dos puxiruns como havia em anos anteriores como abordamos no capítulo 2. Além da ajuda mútua a outra forma de trabalho utilizada na realização dos puxiruns é a contratação da força de trabalho assalariado, utilizado principalmente quando o agricultor está realizando outras atividades com outros cultivos e não consegue tempo para “pagar” os dias de trabalho ou não tem um filho em idade que possa fazer isso, então ele prefere contratar o trabalho dos outros agricultores camponeses pagando diária, o valor da diária (roçar) era de R\$ 20,00, em um período de quatro horas trabalhadas, das 6:30 às 10:30 da manhã. Outro fator que fez diminuir a realização dos puxiruns foi a utilização da máquina de cortar capim, muitos agricultores camponeses estão utilizando esse novo instrumento, fato favorecido também pela disponibilidade de máquinas que a associação da reserva (APRAMAD) disponibiliza e muitos possuem sua própria máquina, mais de 50% das famílias entrevistadas tinha máquina própria. Mas, essa possibilidade de contratação da mão de obra e acesso a novos instrumentos de trabalho só se tornou possível devido ao aumento da circulação de capital nas unidades camponesas.

Chayanov (1974) ao analisar os mecanismos de intensificação e redução de capitais nas unidades camponesas concluiu que a maior aplicação de capitais na unidade resultava em maiores índices de produtividade e, conseqüentemente, em menor desgaste físico dos trabalhadores. Por outro lado, quanto menor a disponibilidade de capitais, maior o esforço físico necessário para a exploração da unidade. Nesse aspecto ratificamos que o aumento na renda dos agricultores camponeses possibilitou a contratação da força de trabalho assalariado, diminuiu o tempo e esforço físico para realização da preparação dos roçados e se tornou também, uma alternativa de renda, principalmente para os agricultores camponeses jovens, que são os que mais participam do trabalho acessório, que é um complemento a sua renda. A ajuda mútua, a força de

trabalho assalariado e o trabalho acessório são características da agricultura camponesa, Tavares dos Santos (1985).

O trabalho na preparação dos roçados quando é feito em área de vegetação arbórea segue as seguintes etapas: roçagem da vegetação herbácea, derrubada da vegetação arbórea, após alguns dias de sol forte ocorre a queima do roçado e depois o encoivramento. Porém, os camponeses costumam usar mais as áreas já cultivadas em anos anteriores, como cada agricultor tem uma média de seis hectares para desenvolver seu cultivo e usa entre uma ou duas anualmente, tem sempre uma área na reserva recuperando o solo (pousio). Por isso, a maior parte dos roçados é feito em áreas com vegetação herbáceas onde o serviço exige menor esforço físico, nesse caso ocorre só a roçagem e o roçado já está pronto para passar pelo processo da enchente/cheia do rio.

Como o aumento no cultivo da banana na comunidade os meses de fevereiro e março passaram a ser os meses de maior produção da cultura, exatamente por que os agricultores camponeses passaram a utilizar também as áreas mais baixas, na expectativa de alcançar renda, pelo menos com uma única colheita do produto, mesmo sabendo da possibilidade d'água alcançar seu bananal como mostra a figura 52. As atividades realizadas pelos agricultores camponeses estão intimamente relacionadas com as mudanças sazonais.



Fig. 52: Processo da enchente do rio e seus impactos.
Foto: Oliveira, M. J. B. Trabalho de Campo/2013.



Fig. 53: Corte do cacho de banana.
Foto: Oliveira, M. J. B. Trabalho de campo/2013.



Fig. 54: Processo de condução da banana até a canoa.
Foto: Pereira, E. C. Trabalho de campo/2013.

A produção de banana é responsável atualmente pela maior parte da renda dos agricultores camponeses de Cachoeirinha. O trabalho de colheita da banana segue as seguintes etapas: a bananeira é cortada ao meio para facilitar o corte do cacho, depois é cortado o cacho (figuras 53), após isso eles são colados em montes no meio do roçado

para depois serem conduzidos manualmente (figura 54) sem ajuda de outro equipamento até a margem do rio. Quando o agricultor intermediário que realiza a compra da banana não vai pegar o produto no porto do roçado, o agricultor camponês leva em canoas até ele (figura 55), que geralmente fica no flutuante em frente à comunidade.



Fig. 55: Agricultor camponês levando a banana para comercializar.
Foto: Oliveira, M. J. B. Trabalho de campo/2013.

A força de trabalho para realizar a colheita da banana é familiar, mas é comum a contratação de mão de obra quando necessário, por isso, além da renda gerada na venda do produto por família, a contratação de mão de obra assalariada se torna uma alternativa de rendimento, principalmente para os jovens que ganham diária fazendo o transporte do produto do roçado, à margem do rio, é o que eles chamam de “carreto”, essa forma de trabalho realizado fora do grupo familiar é denominado trabalho acessório como vimos anteriormente.

Quando as águas descem é hora de preparar o roçado para receber as sementes que gerará a renda de mais um ano da família camponesa, isso ocorre sempre a partir do mês de maio. Geralmente nessa etapa do trabalho há participação de todos os membros da família, inclusive das mulheres e até crianças participam das atividades, principalmente na plantação da melancia, jerimum, macaxeira, pepino, maxixe, etc., são culturas que exigem menos esforço físico nesse período, já a plantação de banana é sempre feita pelos homens, pois necessita de maior esforço. No cultivo da melancia, na

maioria das vezes são feitas mudas antes de colocá-las diretamente no solo, pois isso evita com que os insetos carreguem as sementes. Nessa etapa há pouca contratação de mão de obra, o trabalho é realizado principalmente pelos membros familiares.



Fig. 56: Retirada do filho de banana para fazer o plantio.
Foto: Oliveira, M. J. B. Trabalho de campo/2013.



Fig. 57: Processo do plantio da melancia.
Foto: Oliveira, M. J. B. Trabalho de campo/2013.

A partir do mês de junho começa a etapa de limpeza e acompanhamento diário da plantação, principalmente da melancia. É nesse período que ocorre o maior contato

com agrotóxico, pois a incidência de insetos e demais pragas é intensa. Na realização da capina, que é a limpeza do roçado feita através da retirada das ervas daninhas, os agricultores camponeses estão utilizando veneno para matar essas ervas, deixando de usar mais instrumentos como a enxada e o terçado, nesse sentido o instrumento de trabalho mais usado no processo de trabalho é o pulverizador. Isso é feito principalmente por que leva menos tempo na limpeza e menor quantidade de mão de obra, porém se torna mais perigoso devido à exposição e contato com agrotóxico.



Fig. 58: Tanques com água e pulverizador utilizado na limpeza do roçado.
Foto: Oliveira, Mary. Trabalho de campo/2013.

Como é possível observar na figura, para realizar a pulverização tanto da planta como nas ervas daninhas para eliminá-las é preciso conduzir muita água do rio para encher o tanque que geralmente fica no meio do roçado ou no aceiro. Essa etapa exigia muito esforço físico, através da atividade feita manualmente. Com a chegada do motor bomba adquirido através da associação da reserva (APRAMAD), esse serviço diminuiu e segundo os agricultores camponeses foi uma ajuda muito importante para eles. No período que vai do início da plantação até o processo de limpeza e cuidado com a planta não há tanta contratação de mão de obra, o trabalho é mais realizado pela família, mesmo assim, se contrata, quando necessário, especialmente aqueles agricultores camponeses que cultivam áreas maiores, acima de dois hectares.

Quando ocorre de um agricultor camponês trabalhar em áreas maiores há às vezes a realização de parcerias, que é quando dois ou mais agricultores realizam o trabalho juntos, dividindo custos e ganhos, Tavares dos Santos (1985). Esse elemento da agricultura camponesa identificado em campo é ressaltado por Oliveira (1996), segundo esse autor, a parceria é uma estratégia, devido à ausência de condições financeira, que o camponês utiliza para ampliar sua área de trabalho e aumentar sua renda.

A colheita da produção de melancia, jerimum, abobrinha tem início a partir do final do mês de julho. Nesse período há aumento significativo na contratação da força de trabalho assalariada. Isso se dá principalmente na colheita de melancia, visto se tratar de um fruto de elevado peso (entre 10 e 20 kg) que exige uma maior quantidade de mão de obra, por isso o trabalho da família nem sempre é suficiente. É importante ressaltar que a contratação de mão obra para realizar o trabalho da colheita e o transporte até a margem do rio, tem sempre um valor acrescido em comparação com a mão de obra contratada para realizar a capina ou roçagem, isso se dá pelo maior esforço físico que há no processo do transporte até o rio. O quadro 03 a seguir mostra o valor das diárias em relação a cada tipo de atividade.

QUADRO 03: DADOS SOBRE AS DIÁRIAS DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS

ATIVIDADE	INSTRUMENTO DE TRABALHO	TEMPO	VALOR
Roçar ou capinar	Terçado ou enxada	4 horas	R\$ 20,00
	Máquina de cortar capim	4 horas	R\$ 30,00
Pulverizar	Pulverizador costal	4 horas	R\$ 30,00
Colher e Transportar	Paneiros e sacos de fibras	4 horas	R\$ 30,00
		Acima de 4 horas	R\$ 50,00

Fonte: Dados de campo/2013.

Org.: Oliveira, M. J. B./2014.

O trabalho assalariado nesse período da colheita da melancia, assim como de outros cultivos é principalmente realizado por jovens (homens) solteiros e também casados, tendo se tornado para eles uma forma de aumentar sua renda e de sua família, é o chamado trabalho acessório, que é um complemento a renda do camponês na qual ele vende sua força de trabalho para o outro, e esse outro agricultor camponês faz isso por que está necessitando da força de trabalho assalariada pois a mão de obra da família não é suficiente para realizar o trabalho, Tavares dos Santos (1985). França (2005) em um estudo sobre a produção de melancia em Manicoré destacou que a contratação de mão de obra através do pagamento de diárias só é realizada com maior intensidade

durante o escoamento da produção⁴⁸. As figuras 59, 60 e 61 a seguir, mostram como se dá a colheita e o transporte dos produtos (melancias) do roçado até o rio, pois a partir do rio já há uma nova relação que é com o mercado como veremos no próximo tópico.



Fig. 59: Colheita da melancia, montes com um total de 10 a 30 frutos cada.
Foto: Oliveira, M. J. B. Trabalho de campo/2013.



Fig. 60: Transporte dos frutos utilizando paneiros.
Foto: Oliveira, M. J. B. Trabalho de campo/2013.

⁴⁸ Esse trabalho do Professor João Bosco Morais de França tem como objetivo principal mostrar os problemas na produção e no escoamento da melancia na comunidade Liberdade em Manicoré. O estudo mostra como é a realidade da produção de melancia nessa comunidade.

Toda colheita e transporte da melancia, assim como demais produtos agrícolas são feitos manualmente e seguem as seguintes etapas: percurso em todo roçado pra verificar quais frutos estão maduros, nesse percurso vai-se coletando os frutos e fazendo montes de 10 a 30 frutos, esse processo às vezes é feito um dia anterior ao transporte até o rio e sempre pelas pessoas da família.



Fig. 61: Transporte dos frutos em sacos de fibras.
Foto: Oliveira, M. J. B. Trabalho de campo/2013.



Fig. 62: Frutos colocados à margem do rio para serem comercializado.
Foto: Oliveira, M. J. B. Trabalho de campo/2013.

Quando o número de frutos coletados exige maior força de trabalho ocorre a contratação da mão de obra assalariada, nesse caso a família que contrata dá o almoço se o trabalho passar das dez horas da manhã, o trabalho da colheita da melancia é um dos últimos em que ainda há oferta de comida por parte da família, isso se dá por ser um trabalho que exige muito esforço físico, pois o fruto é pesado e conduzido em sacos de fibras e paneiros (instrumento artesanal) que leva um total de três a quatro frutos por viagem até à margem do rio, por isso se torna um trabalho pesado e demorado e exige maior força de trabalho.

Os principais cultivares da melancia desenvolvido pelos agricultores camponeses em Cachoeirinha é a *crimson sweet* (1), *charleston Gray* (2) e *fairfax*, o primeiro foi introduzido há pouco tempo na cultura agrícola da comunidade, em anos anteriores os mais cultivados eram os dois últimos, ultimamente *fairfax* não está mais sendo cultivado foi substituído pelo *crimson sweet* (1) que é mais resistente e tem maior aceitação no mercado⁴⁹, na figura 62 (anterior) é possível identificar os dois cultivares.

O maior período da colheita de produtos agrícolas acontece no mês de agosto e vai até o início de setembro, exatamente os meses da colheita da melancia. Após essa temporada o trabalho dos agricultores camponeses tem uma leve diminuição, isso por que a produção agrícola jerimum, abobrinha encerra nesse mês, concomitante a colheita da melancia, só a produção de banana é que ocorre durante o ano nas áreas mais altas. Por isso, nesse período que vai de outubro até dezembro os agricultores diminuem um pouco mais o trabalho diário nos roçados. Sua dedicação a agricultura fica mais voltada a retocar a limpeza dos bananais, a cortar (colher) e vender a banana de 15 a 15 dias e agora também a cuidar da roça (mandioca), devido ao retorno da plantação de mandioca. Nesse período alguns agricultores camponeses se dedicam a pesca com objetivo comercial, mas em pequena escala, apenas quando há maior quantidade de peixes lisos, o que tem sido raro nos últimos anos, por isso a realização da pesca na comunidade é voltada mesmo para o consumo próprio, apenas há um pai de família que se dedica diariamente na pesca e comercializa na própria comunidade, e isso se tornou a sua principal forma renda.

Quando se aproxima dezembro, recomeça novamente todo processo de preparação dos roçados, e assim segue a vida do agricultor camponês na comunidade

⁴⁹ **A cultura da melancia/Embrapa Meio-Norte** – 2. Ed. rev. amp. – Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2007, 85p.

agrícola de Cachoeirinha, tendo seu trabalho e seu modo de vida baseado nas mudanças sazonais, guiado pelas transformações da natureza e da sociedade.

É importante ressaltar que a produção de banana e outras culturas nas áreas mais altas só são possíveis anualmente quando a enchente/cheia não alcança um índice muito elevado, em 2014 quando encerrávamos a pesquisa a enchente foi a maior já vivenciada pelos agricultores camponeses, não sobrevivendo praticamente nenhum tipo de plantação agrícola nos solos de várzea que margeiam o rio Madeira e foram totalmente inundados.

Esse fenômeno de grandes enchentes/cheias não costuma ocorrer constantemente, por isso, nos últimos anos os agricultores camponeses da comunidade passaram a cultivar nas áreas mais altas da várzea, os diques marginais, culturas de ciclos mais demorados, como a banana, o mamão, o açaí e outras variedades, sendo a banana o produto mais rentável e cultivado anualmente. Porém, quando a enchente/cheia alcança um nível superior a 26 (m), praticamente toda área de várzea é inundada, e quando essa cota alcança nível acima de 27(m) ocorre uma proporção gigantesca de água alcançando níveis elevados de inundação e levando a perda total de toda produção agrícola dos agricultores camponeses, como ocorreu em 1997 (27,26m) e 2014 (28,88m).

3.3 A Relação com o Mercado e suas Implicações

A produção agrícola da comunidade tem como destino principal a capital Manaus, apenas a produção de menor escala como maxixe, pepino, pimenta, se destina a sede do Município Manicoré. A relação com o mercado se dá através da circulação simples de mercadoria, ou seja, M (mercadorias, produtos agrícolas) – D (dinheiro) – M (mercadorias, produtos industriais), tendo como fim a satisfação de necessidades. Essa relação foi definida por Marx (1956), segundo ele a economia camponesa, é uma economia mercantil, pois o camponês vende para poder comprar.

A repetição ou renovação do ato de vender para comprar tem sua pauta e sua meta, como o próprio processo, num fim último exterior a ele: no consumo, na satisfação de determinadas necessidades (...). A circulação simples de mercadorias – o processo de vender para comprar – serve de meio para a consecução de um fim último situado fora da circulação: a assimilação de valores de uso (MARX, 1956, p. 124-125).

É nesse processo contraditório da relação do agricultor camponês com o capitalismo que ocorre a própria sustentação da comunidade camponesa. Isso se dá por que o agricultor camponês necessita colocar seu produto no mercado para poder adquirir

renda para manter a sustentação da unidade camponesa. Vêrges (2011) afirma que o camponês vende para poder comprar e esse é o fim que o condiciona ao mercado. Oliveira (2007) ressalta que o próprio capitalismo gera relações de produção capitalistas e não-capitalistas, combinadas ou não, em decorrência do processo contraditório intrínseco a esse desenvolvimento.

A relação do agricultor camponês na comercialização dos produtos agrícolas com o mercado se dá através de relações intermediárias entre diferentes sujeitos. Com o aumento na produção agrícola, em especial no período maior de escoamento que ocorre entre julho e setembro, a comunidade recebia em anos anteriores (década 1990 e 2000) muitos compradores vindos principalmente de Manaus. Os agricultores camponeses tinham uma dependência quase que total desses atravessadores, pois dependiam deles para vender seu produto e também para ter acesso aos bens de produção e até de consumo como o rancho⁵⁰ da família que eles disponibilizavam e recebiam em troca o produto agrícola.

Com as transformações ocorridas, relatadas no capítulo anterior, houve mudança quanto à forma de relação com o mercado. O aumento na produtividade e na renda possibilitou uma maior independência na sua forma de produção e na relação com o mercado, pois atualmente, os meios de produção são adquiridos diretamente do mercado sem intermediários ou atravessadores, isso possibilita uma liberdade maior quando a comercialização do seu produto. Segundo os dados da entrevista realizada na comunidade a insatisfação na comercialização do produto se deve mais a venda da melancia, principalmente na década de 1990 quando a melancia era praticamente o único produto cultivado e alcançava elevado número de produção o que dificultava o escoamento e tinha elevadas quedas no preço.

Já na comercialização da banana atualmente eles se disseram satisfeitos, pois não encontram dificuldade na venda e o preço tem sido aceitável. Um dos aspectos interessante nessa relação comercial se deu na própria possibilidade de geração de renda para alguns agricultores camponeses que atuam como intermediários na compra da banana e outros produtos na comunidade. Hoje a relação direta na venda do produto agrícola da comunidade é feita na sua maioria com agricultor intermediário, esse sujeito,

⁵⁰ Como ressaltado na página 44, o rancho é uma espécie de cesta básica das famílias dos agricultores camponeses, tendo como principais produtos: açúcar, café, sal, óleo, sabão, etc. tendo ocorrido mudanças em sua composição da década de 70 para décadas mais recentes (2000), como acréscimo de itens e também aumento no consumo de alimentos industrializados, como frangos e enlatados em geral.

mantêm uma relação com um comprador em Manaus ou que viaja nos barcos recreios⁵¹. O produto comprado é colocado em um barco de pequeno porte ou no flutuante particular que há na comunidade e depois é escoado até Manaus por meio de outra embarcação de maior porte. As figuras 63, 64 e 65 a seguir ilustram como ocorre essa relação, exemplificando a comercialização da melancia.



Fig. 63: Barco chegando ao porto do roçado para realizar a compra do fruto.
Foto: Oliveira, M. J. B. Trabalho de Campo/2013.

O agricultor camponês aguarda no porto do roçado a vinda do barco para pegar seu produto. No barco de médio porte está outro agricultor camponês (intermediário) que além de trabalhar na agricultura, especialmente na cultura da banana, também compra produto para encaminhá-lo a um comprador de maior escala em Manaus.

Na figura 64 a seguir, é possível observar que antes de ser colocada no barco para realização da venda a melancia é lavada no rio, é também conferida e classificada, pois seu valor dependerá do tamanho do fruto, no geral há três tipos de classificação: grande, média e pequena. No decorrer da pesquisa identificamos que o maior preço pago no fruto grande foi R\$ 5,00 e o no fruto pequeno foi R\$ 2,00. Mas, a maior parte da produção foi vendida entre R\$ 2,00 e 3,00. A média de produção por família ficou entre 2.000 a 3.000 fruto cultivado em uma área de 1 a 1/5 hectare.

⁵¹ São barcos que fazem viagem conduzindo cargas e passageiros.



Fig. 64: Embarque e limpeza dos frutos.
Foto: Oliveira, M. J. B. Trabalho de Campo/2013.



Fig. 65: Barco de maior porte que leva a produção agrícola a Manaus.
Foto: Oliveira, M. J. B. Trabalho de Campo/2013.

Depois de todo o processo da venda e embarque do fruto no barco de médio porte, o produto é posto em uma embarcação maior como mostra a figura 65 e levado a Manaus. Essa relação do agricultor intermediário com um comprador de maior escala passou a ser realizada a partir da comercialização da banana que é um produto de maior valor unitário se comparada com outros, porém, ultimamente esse tipo de relação

comercial tem sido feita também na compra de outros produtos como a melancia, macaxeira, jerimum, tucumã etc. Segundo os agricultores camponeses entrevistados a possibilidade de venda diretamente com um conhecido da própria comunidade tem facilitado a comercialização.

Na comercialização da banana que é o produto de maior circulação comercial na comunidade, a maior parte da venda é também realizada com os agricultores intermediários, identificamos três que fazem essa relação comercial, eles são agricultores camponeses, mas, tem nesse serviço uma alternativa de renda. Fora eles, há mais um comprador que vai semanalmente comprar produto agrícola na comunidade, mantêm uma relação de proximidade com os agricultores, por permanecer a anos fazendo esse trabalho. Cada um dos compradores realiza a compra dos produtos em um determinado dia de semana. Por isso, pelo menos três vezes na semana há produtos sendo escoado da comunidade pelos barcos recreios que levam cargas e passageiros do município de Manicoré e outros municípios do Rio Madeira para capital Manaus.



Fig. 66: Cachos de banana que serão levados pelo barco a Manaus/AM.
Foto: Oliveira, M. J. B. Trabalho de Campo/2013.

Cada agricultor intermediário compra uma média de 150 a 250 cachos de banana por semana no decorrer do ano, nos meses de fevereiro e março essa média aumenta chegando até a 500 cachos, e em cada cacho ele ganha R\$1,00. O preço do cacho de banana pago ao agricultor camponês na comunidade estava no valor de R\$ 15,00 tendo

chegado a R\$ 18,00 no mês de abril. A média de produção por família é entre 15 a 30 cachos quinzenais.



Fig. 67: Agricultor Camponês antes da venda da banana ao mercado.
Foto: Pereira, E. C. Trabalho de campo/2013.

A relação do agricultor camponês com o mercado se dá através de uma rede de comercialização, onde ele é o produtor que tem a força de trabalho e os meios de produção e consegue com a venda de seu produto alcançar renda, porém, a partir do momento que esse produto entra no mercado o capitalismo passa a obter o seu lucro por meio da rede de circulação e é nesse processo que é extraído a renda da terra, como afirma Oliveira (2007), segundo o autor nos moldes da fração do capital comercial a rentabilidade do capital se dá na circulação, subordinando consequentemente a produção à circulação.

Nesse caso, quando submete o camponês aos seus ditames, está sujeitando a renda da terra ao capital. Está convertendo a renda da terra embutida no produto produzido pelo camponês e sua família em capital. Está se apropriando da renda sem ser o proprietário da terra. Está produzindo o capital pela via não especificamente capitalista (OLIVEIRA, 2007, p. 32).

Para melhor compreensão de como ocorre essa relação, organizamos um fluxograma da circulação da banana produzida pelo agricultor camponês na comunidade de Cachoeirinha até chegar ao consumidor final em Manaus.

VALOR DO PREÇO DA BANANA (UNIDADE-CACHO) NA REDE DE CIRCULAÇÃO COMERCIAL

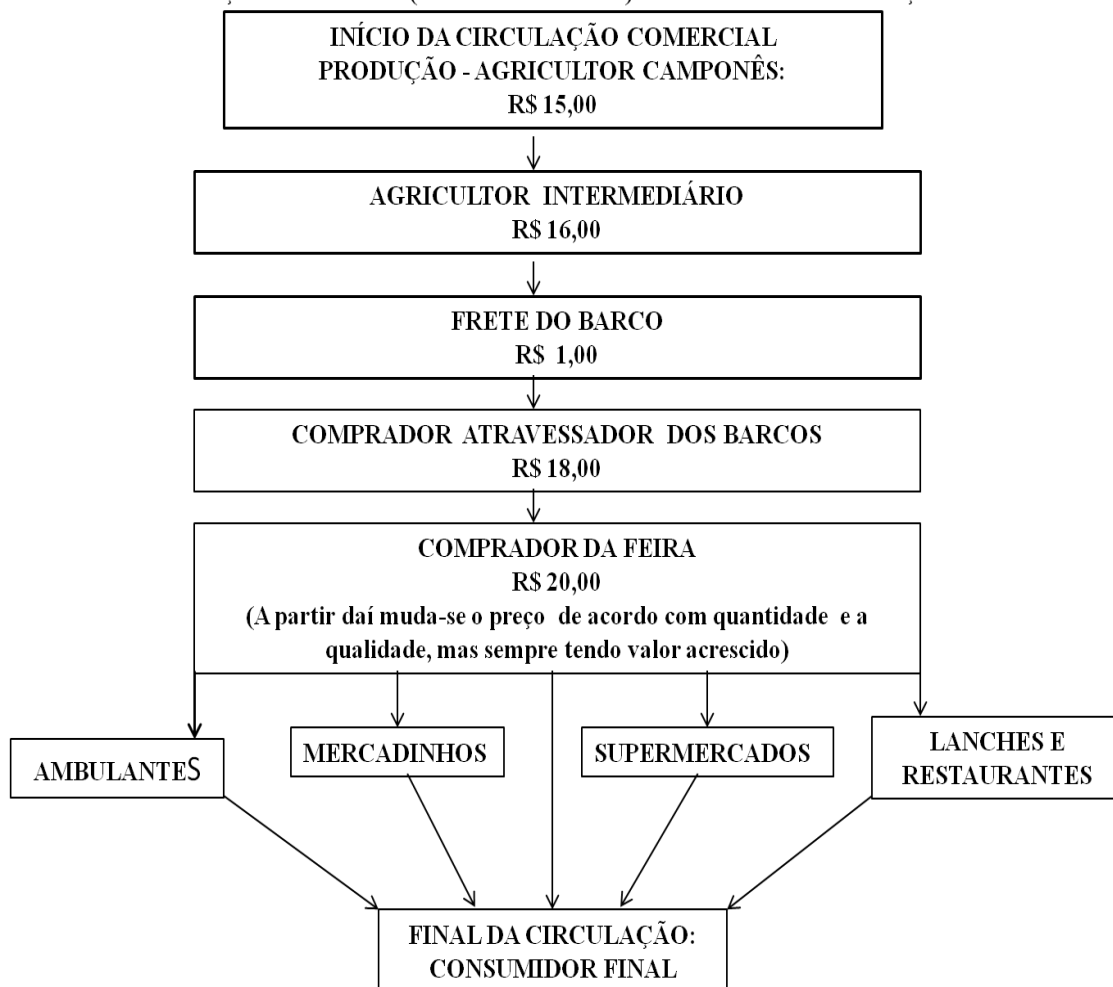


Fig. 66: Fluxograma da circulação comercial da banana.
Org.: Oliveira, M. J. B. Trabalho de campo/2013.

Observamos que em cada fase da rede de circulação o produto vai agregando valor, e vai chegar ao consumidor final praticamente com o dobro do que foi pago ao agricultor camponês. É exatamente no lucro que cada comprador alcança com a venda da banana, ou seja, do produto produzido pelo camponês e sua família que está contida a renda da terra que é transformado em capital, o comprador não participa da produção, no entanto ele tem seu lucro sobre o produto (mercadoria) e esse lucro se dá por meio da circulação. Na relação conseguimos identificar a circulação simples de mercadoria feita pelo agricultor camponês: M-D-M, ou seja, ele vende seu produto para adquirir dinheiro e comprar novamente outras mercadorias. Já o comprador ele tem o dinheiro, compra a mercadoria (produto do camponês) e revende para outro comprador com objetivo de alcançar seu lucro sobre o produto, temos então nessa relação: D-M-D.

Da mesma forma os demais produtos entram no mercado. A produção de banana, melancia, macaxeira, jerimum e abobrinha fazem essa mesma circulação tendo

como destino a capital Manaus, o preço do frete nos barcos depende de cada produto, sendo que a melancia, a banana e o jerimum têm um valor médio de R\$ 1,00 a unidade, enquanto o saco da macaxeira custa R\$ 5,00 por ter um peso e volume maior. A variação dos preços dos produtos na feira da capital Manaus influencia diretamente o aumento ou não na renda do agricultor camponês, é nesse sentido que ele mantém uma relação direta com o mercado capitalista, embora sua forma de produção seja distinta da forma de produção capitalista.

Algumas vezes os agricultores camponeses tentam se deslocar da comunidade trazendo os produtos diretamente até a capital Manaus, mas, se deparam com empecilhos que os desestimulam em encarar as artimanhas do mercado capitalista mais “intimamente”. A principal dificuldade encontrada é a falta de conhecimentos, em entrevista com uma agricultora camponesa, a qual o filho veio a Manaus vender seu produto com objetivo de alcançar uma renda maior, ela firmou que o filho encontrou muita dificuldade;

Meu filho teve muita dificuldade pra vender em Manaus. É difícil pela falta de conhecimento que temos, se tivesse uma pessoa lá que conhecesse não ia ser difícil. A falta de conhecimento é que é o problema! Antes quando eu não conhecia pra quem vender lá em Manicoré, eu tive que jogar fora sacos de pimenta, porque não tinha pra quem vender, eu chorei de tristeza, hoje não, eu conheço as pessoas pra quem vender, levo e vendo tudo. Como ainda temos essa falta de conhecimento lá em Manaus é melhor vender aqui, mesmo que seja barato, daí a importância dos compradores que têm na comunidade, eles nos ajudam a vender (escoar) o produto.⁵²

A principal dificuldade encontrada pelos agricultores camponeses na comercialização dos produtos diretamente com o mercado da capital é a falta de conhecimento. Já a venda dos produtos destinados a sede do município em Manicoré é feita diretamente com os feirantes, por isso a agricultora afirma que consegue vender com maior facilidade. Porém a relação comercial com a sede do município é pequena, apenas produtos de menor porte, principalmente legumes e verduras, de fruta só o mamão que é praticamente todo comercializado em Manicoré, sendo vendido a R\$ 35,00 a caixa de 20 kg. Ainda são poucos os agricultores camponeses da comunidade que mantêm essa relação comercial com sede do município, até por que a comunidade fica distante, uma média de 75 km, com duração média de 5 a 6 horas de barco, única opção de ligação, mas, a construção de uma feira destinada à comercialização de produtos agrícolas, onde o agricultor terá a oportunidade de vender sua produção diretamente para o consumidor tem sido esperado com ansiedade pelos agricultores

⁵² Entrevista com agricultora camponesa de 42 anos, realizada em novembro/2013.

camponeses da comunidade, que esperam aumentar a comercialização dos seus produtos na sede do município.

Outra expectativa de melhorias aguardada pelos agricultores camponeses é a comercialização direta com os programas do governo feita por meio da associação da comunidade a AMAC. Acompanhamos no trabalho de campo a luta incansável das lideranças da associação em organizar a associação para entrar no programa do governo, no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com objetivo agregar mais valor e ter mais estabilidade na venda de sua produção. Porém, alcançar esse objetivo tem sido motivo de muita luta, principalmente por que os camponeses têm dificuldade em lidar com as burocracias impostas pelo sistema, mas a falta de conhecimento é o principal fator que leva as dificuldades como afirmou o presidente da AMAC em entrevista:

A burocracia é a principal dificuldade, o governo tem a burocracia, mas, eu acredito que 50% da nossa dificuldade é a falta de informação, por que a gente vai no escuro, alguém diz “você tem que fazer isso” aí a gente vai e faz e depois, aí depois outro diz: “não, não era assim”, então a gente não tem uma coisa exata. Por exemplo, para acessar os programas do governo, o próprio governo manda uma cartilha, aí tu ler aquela cartilha, mas quando tu chega lá pra enfrentar um órgão daquele eles já vão te mostrar coisas totalmente diferente! Ou seja, na cartilha é uma coisa e lá pra você ser atendido é outra coisa. E isso é o que mais dificulta. Acredito que o próprio governo devia fundar Instituição para apoiar as associações nesses desafios, ter uma secretaria específica para informação, ou seja, para capacitar os presidentes de associação: como fazer, como chegar lá, entendeu.

As formas de organização através das associações tem sido um caminho no fortalecimento da organização produtiva nas comunidades camponesas. Chayanov (1974) afirmou que com a associação e cooperação entre os camponeses, esses tenderiam ao fortalecimento diante do sistema capitalista. Porém, até chegar à organização completa e realizar a relação comercial da produção por meio da associação é preciso passar por várias etapas e enfrentar as burocracias, as quais nem sempre eles estão preparados. A própria falta de apoio enfrentada pelos agricultores camponeses por parte dos governos e órgãos responsáveis pelo desenvolvimento da agricultura é um fator que desestimula a organização das associações e o próprio desenvolvimento da agricultura nas comunidades agrícolas da Amazônia.

A produção agrícola da comunidade de Cachoeirinha é desenvolvida unicamente com o trabalho dos agricultores camponeses, que aprendem na prática a realizar todo processo dos diferentes produtos cultivados e enfrentar os problemas causados nas plantações de uma forma improvisada e muitas vezes perigosa, como por exemplo, no contado excessivo com agrotóxico. Não há apoio técnico, de todos os agricultores

camponeses entrevistados apenas um recebeu a visita de um técnico do IDAM, os demais nunca tiveram nenhum tipo de apoio técnico.

Nesse sentido finalizamos este capítulo reafirmando que a forma de produção agrícola da comunidade é totalmente familiar. A organização produtiva da família é baseada na força de trabalho de seus membros e quando necessário há também a contratação da mão de obra assalariada, que tem sido também um dos fatores de contribuição na renda das famílias, o trabalho acessório tem sido uma alternativa principalmente para os jovens. A variedade de cultivos foi um dos principais fatores no aumento da renda das famílias, essa variedade vai sendo produzida conforme as mudanças sazonais determinam e isso significa que a relação com a natureza continua sendo uma das características determinantes do camponês e a relação com mercado, por mais contraditório que pareça, é o que dá sustentação ao desenvolvimento da comunidade agrícola.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO

Estudar uma comunidade rural na Amazônia é tanto desafiador quanto prazeroso, principalmente quando fazemos parte desse contexto. Nosso objetivo nesta pesquisa foi compreender o modo de vida e o processo da produção agrícola familiar na comunidade de Cachoeirinha. As bases teóricas as quais deram suporte ao trabalho nos mostraram que o camponês deve ser compreendido tanto internamente como na sua relação com o externo, por isso nos preocupamos em entender como ocorreu a formação do campesinato no Rio Madeira, quais os fatores influenciaram e influenciam essa população camponesa, quais transformações ocorreram ao longo do tempo em sua organização e no modo de vida camponês e como é a organização produtiva da comunidade.

Identificamos que foi a partir do mercantilismo português, do contato entre os indígenas e os colonialistas que as primeiras atividades que direcionavam para uma ocupação socioespacial do Rio do Madeira se concretizaram e contribuíram para as primeiras bases de formação do campesinato. Nesse aspecto, as missões religiosas tiveram um papel importante e a coleta das drogas do sertão foi a primeira atividade econômica a impulsionar a formação do território. Posteriormente a exploração econômica da borracha estimulou o aumento da população e das ocupações territoriais. Pós década de 1970 foi a implementação das políticas desenvolvimentistas que trouxe profundas transformações socioespaciais em áreas de influência do Rio Madeira, todas essas ações foram impulsionadas pela força atuante do capitalismo sobre a Amazônia e nesse aspecto ressaltamos que a própria formação do campesinato se deu por meio da atuação contraditória do capitalismo na área. Nas últimas décadas (2000) a atuação das políticas ambientais tem influenciado nas redefinições territoriais e nesse contexto se insere a comunidade estudada, atualmente Cachoeirinha faz parte da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Madeira, criada em 2006. Essas mudanças, motivadas pelas políticas ambientais tem proporcionado transformações positivas no que refere a uma maior visibilidade e implementação de projetos que visam melhorar a qualidade de vida na área rural.

A comunidade de Cachoeirinha teve sua formação diretamente relacionada ao processo marcante de territorialização no Rio Madeira no período de grande movimento mercantil especificamente pela exploração da borracha. Várias foram as transformações ocorridas principalmente nas atividades produtivas, seu início teve como base o

extrativismo da borracha e outros produtos da floresta, assim como a produção de lenha para os navios a vapor. Esse momento da consolidação do território da comunidade foi marcado pelas dificuldades sociais, pela exploração econômica, pela falta de opção em gerar renda, pelo isolamento e distanciamento espacial como resume o agricultor camponês de 72 anos:

Muitas coisas mudaram, lembro da minha infância muito sofrida, (...). Pois na época que eu me criei a situação não era fácil, até minha adolescência foi muito ruim. Lembro que o papai não tinha nem como ganhar dinheiro, era mesmo só pescar, caçar e plantar alguma coisa pra comer, feijão, roça, por exemplo. Porque já coletavam borracha, mais não era todo tempo. Outra coisa que a gente trabalhava era tirar lenha pra navio, eu ainda cheguei a trabalhar tirando lenha pra vender nos navios, ai depois foi que veio aparecer a juta. O que tinha de bom daquele tempo pra cá, era a fartura de peixe. Nessa época não existia recreio, barco que fazia viagem, era muito difícil sair daqui, só de canoa mesmo, foi a parti de 1960 que passou a ter recreio pra cá, fazendo essas viagens, (...). Antes só vinha os barcos dos comerciantes pegar os produtos, de mês em mês eles vinham. (...). E é por isso que eu digo que as coisas mudaram muito, hoje só andamos de motor, rabeta e voadeira.

As palavras do entrevistado resumem bem como era a realidade na comunidade de Cachoeirinha entre as décadas de 1940 e 1950 do século XX. A partir da segunda metade desse século, década de 1960, a agricultura passa a fazer parte do setor produtivo da comunidade, assim como ocorre um aumento na circulação comercial e de transporte. Porém, é importante ressaltar a importância do extrativismo da borracha na consolidação do território na comunidade e ratificar que essa atividade econômica permaneceu por muito tempo como uma alternativa de renda para as famílias e mesmo com o início do cultivo da agricultura a extração do látex permaneceu até a década de 1980 e serviu como base para o desenvolvimento da produção agrícola.

A organização produtiva da comunidade atualmente é baseada na agricultura tendo como principais produtos agrícolas a banana e a melancia. A produção agrícola é desenvolvida na várzea, área que passou a ser utilizada para agricultura com o objetivo comercial a partir da década de 1960 com a plantação de juta. Posteriormente, pós década de 1970, a melancia passou a ser o principal produto cultivado e teve seu auge de produção na década de 1990, perdendo espaço para o cultivo da banana a partir da década de 2000. Além do destaque no aumento da produção de banana, houve também o desenvolvimento de uma ampla variedade de cultivos como o mamão, jerimum, abobrinha, pepino, pimenta, macaxeira, etc. Essa variedade permitiu um acréscimo na renda das famílias nos últimos anos, aliada a uma maior atenção das esferas municipal, estadual e federal. Porém, ainda há muita deficiência e falta de apoio aos pequenos agricultores camponeses, o trabalho na agricultura é desenvolvido sem nenhum apoio

ou assistência técnica, isso dificulta, por exemplo, o enfrentamento dos variados problemas que aparecem nas plantações, como doenças, pragas, etc., além da vulnerabilidade aos problemas de saúde causados pelo uso inadequado de agrotóxicos.

Portanto, a assistência dos órgãos competentes responsáveis pelo apoio e desenvolvimento da agricultura, como a Secretária Municipal de Agricultura, Produção e Abastecimento - SEMAPA, Secretaria de Estado da Produção Rural – SEPROR e o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas – IDAM, além de outros órgãos competentes são fundamentais para um melhor desempenho da produção agrícola da comunidade, que esses órgãos possam realizar um trabalho mais direcionado as comunidades rurais, que ainda carecem de um apoio técnico e institucional em suas atividades agrícolas.

Em relação ao escoamento e comercialização dos produtos, concluímos que o acesso a um transporte direcionado unicamente para o escoamento da produção agrícola das comunidades traria uma possibilidade maior de renda, mas isso parece um sonho ainda distante para eles. Já a participação nos programas do governo por meio da Associação parece estar próxima de se tornar realidade, assim como a construção da feira do agricultor na sede do município, que pode vir a ser uma importante opção na comercialização dos produtos agrícolas. A relação com o mercado imprime contradições marcadas às vezes pela exploração, mas, é nessa relação que o agricultor camponês consegue alcançar a renda para sustento de sua família.

A forma de trabalho dos agricultores camponeses é familiar, identificamos em suas atividades os principais elementos que caracterizam a agricultura camponesa como discorremos no decorrer do trabalho. A natureza está na essência de cada atividade desenvolvida pelos agricultores camponeses e sua dinâmica determina cada etapa dos trabalhos a realizar. O calendário agrícola dos agricultores camponeses é baseado no ciclo hidrológico do rio, enchente/cheia e vazante/seca. Nesse sentido, não podemos deixar de ressaltar que quando ocorre uma enchente/cheia extrema como aconteceu em 2014 quando encerrávamos a pesquisa, a vida dos agricultores camponeses passa por turbulências adversas, a perda de toda a produção agrícola exige um novo recomeço, e para quem mora na várzea, os danos são ainda maiores, pois além da produção agrícola, muitos perdem suas casas, seus sítios, fatos que exige dessas pessoas uma reconstrução do seu próprio modo de vida. Mas, apesar de todos os problemas e a tristeza pelos prejuízos, eles se mantêm firmes e esperançosos, suas experiências de uma vida toda de convivência com a natureza os fazem entender que é preciso estar sempre pronto pra

recomeçar, e enquanto aguardam a volta do solo da várzea para produzir, é na imensidade de água que eles buscam maneiras de gerar renda, ou seja, é na pesca que eles encontram uma forma de manter a família, pois nesse período da elevação das águas, aumenta em grande proporção a quantidade de peixes no rio.

A organização da comunidade e seu modo de vida têm ligação direta com sua forma de produção, observado inclusive nas expressões culturais. Woortmann (1990) afirma que a dinâmica do modo de vida camponês é evidenciada pela relação de seus elementos centrais: terra, trabalho e família, concordando com o autor, ressaltamos que nas comunidades rurais localizadas às margens dos rios na Amazônia a água é outro elemento que influencia diretamente o modo de vida, pois sua organização produtiva está vinculada diretamente com o ciclo hidrológico do rio.

Um dos aspectos que chamou a atenção é a relação que há com o lugar, “aqui nasci e aqui quero morrer, pois tenho amor a esse lugar”, assim falou uma senhora de 75 anos em entrevista. Observamos que existe um sentimento de satisfação em morar na zona rural, os agricultores camponeses afirmaram que são felizes em morar na comunidade, se sentem bem em viver em um lugar perto da natureza, onde a tranquilidade é o aspecto mais positivo citado por eles em relação ao contentamento com o lugar. Isso não significa que não há problemas, eles existem e são muitos, os principais citados pelos entrevistados foram: a falta de saneamento, de comunicação (telefonia), de um melhor atendimento a saúde e a educação. No decorrer do trabalho foram ressaltadas as mudanças positivas que ocorreram na comunidade e elas precisam ser mencionadas e reconhecidas, mas, os problemas e os desafios que a comunidade ainda enfrenta necessitam estar claros e eles precisam ser visualizados pelo poder público, ainda são tímidas as políticas direcionadas as comunidades rurais, os governantes precisam empenhar-se mais na gestão das políticas públicas e governamentais que visam melhorar a vida das comunidades rurais na Amazônia, pois foram décadas de abandono e invisibilidade dessa população.

Ao chegarmos ao final do trabalho concluímos que as comunidades rurais na Amazônia, em especial as localizadas às margens dos rios, distantes dos grandes centros urbanos, necessitam de estudos profundos para o entendimento de suas relações, suas origens e seus contextos históricos têm muitas semelhanças, principalmente no que se refere aos lugares que tiveram influência direta das explorações econômicas principalmente a extração da borracha. Porém, suas semelhanças não encerram suas particularidades, por isso é preciso ir fundo nas relações que constituem suas

territorialidades, pois só a partir delas é que melhor compreendemos como se dá a construção do território camponês e suas relações com as transformações estabelecidas pelo tempo e refletidas no espaço físico e social.

Nesse contexto, afirmamos que os aspectos encontrados referentes às mudanças socioespaciais na comunidade foram tantos que a pesquisa realizada não foi suficiente para tecer uma análise consistente de todos os fatores com os quais nos deparamos, como por exemplo, a implementação de assentamento na área de estudo que tem sido propagado nos últimos anos, tal condição nos levou a novos questionamentos: Por que implementar assentamento em área de reserva? Qual a relação das políticas ambientais com as políticas de reforma agrária? Segundo os dados apurados referentes ao contexto da criação do assentamento, esse está em fase de instalação, sendo que trata exatamente de um projeto de assentamento que abrange a área da RDS do Madeira, onde consta como assentados um total de 840 famílias, entre as quais estão incluídas as famílias da comunidade de Cachoeirinha. Essas inquietações merecem novas pesquisas, por isso a nossa certeza nesse momento é de que uma pesquisa geográfica não termina quando temos que encerrar um trabalho, pois o nosso objeto de estudo é o espaço e esse espaço está sempre em transformação e para entendê-lo é preciso estar sempre em busca de novas respostas.

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano de. **Caminhos Antigos e Povoamento no Brasil**. 4^a ed. Rio de Janeiro: INL, 1975.

ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; e NEVES, Walter. (org.) **Sociedades caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

ALMEIDA, A. W. B. (Org.). **Conflitos Sociais no Complexo Madeira**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2009.

ALMEIDA F. A. A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752). **Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal**. Anais do Museu Paulista, Vol. 17, N^o 2, julho - dezembro, 2009, p. 215-235, Universidade de São Paulo Brasil. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/>.

ALMEIDA, Rosimere Aparecida. **(Re)criação do campesinato identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

classe. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro, Garamond, 2007.

BECKER, Bertha K; STENNER, Claudio. **Ciência, Tecnologia e Inovação na formação da Amazônia In Um futuro para a Amazônia**. São Paulo: oficinas de textos, 2008, p. 12-31.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia, Formação Social e Cultural**. Valer, Manaus, 2009.

BENCHIMOL, Samuel. **O cearense na Amazônia – Inquérito Antropogeográfico sobre um tipo de Imigrante**. In: Anais- X Congresso Brasileiro de Geografia. Rio de Janeiro, 1944. vol. III.

CASTRO, Ferreira de. **A Selva**. Lisboa: Guimarães Editores, LDA. 1989.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CLAVAL, Paul. A cultura ribeirinha na Amazônia: perspectivas geográficas sobre o papel de suas festas e festejos. p.36-61. In KOZEL, Salete (org.). **Expedição Amazônica: desvendando espaço e representações dos festejos em comunidades amazônicas**. “A festa do boi-bumbá: um ato de fé”. Curitiba: SK Ed., 2009.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: UFSC, 2007.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo. **Territorialização Camponesa na Várzea da Amazônia**. São Paulo, 2007. 274p. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade Paulista. Departamento de Geografia/2007.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo. Campesinato e meio ambiente na várzea Amazônia. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira (org.). **Tradição versus Tecnologia: as novas territorialidades do espaço brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

D`AVERSA, Dom Miguel. **Notícias sobre o município e a cidade de Manicoré (AM)**. Manicoré, 1993.

DROULERS, Martine. **Brésil: une géohistoire**. Presses Universitaires de France. Paris, 2001.

FEREIRA, Manoel Rodrigues. **A Ferrovia do Diabo**. 3º Edição. Companhia Melhoramento – São Paulo, 1982.

FRANÇA, João Bosco de Moraes. **A produção de melancia na comunidade de Liberdade – Manicoré (AM): uma releitura do modo de vida e da relação de produção**. Manaus, 2005. 47p. Monografia (Especialização em Geografia da Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, 2005.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; PEREIRA, Henrique dos Santos. **Comunidades ribeirinhas amazônicas: memória, ethos e identidade**. Manaus: EDUA, 2007.

GARCIA, Etelvina. **Amazonas, Notícias da história: período colonial**. 21a ed. Manaus: Norma Editora, 2005.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Coleção estudos sobre o Nordeste; v.8. 1983.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**/Rogério Haesbaert – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HUGO, Vítor. **Desbravadores**. Vol.2 , Porto Velho: BERON, 1991.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KOZEL, Salete (orgs.). **Expedição Amazônica: desvendando espaço e representações dos festejos em comunidades amazônicas**. “A festa do Boi-Bumbá: um ato de fé”. Curitiba: SK Ed., 2009.

LEAL, Davi Avelino. Conflitos pelo uso dos recursos naturais, direitos e processos de territorialização no rio madeira (1880-1930). In: ALMEIDA, A. W. B. de. (Org.). **“Conflitos Sociais no “Complexo Madeira”**/ Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2009, p. 349-365.

LEAL, Davi Avelino. **Entre barracões, varadouros e tapiris: os Seringueiros e as relações de poder nos Seringais do rio Madeira (1880-1930)**. Manaus/2007. 208p. Dissertação (Sociedade e Cultura na Amazônia). Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia da Universidade Federal/2007.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

LIMA, Hedinaldo Narciso; et ali. Os solos de várzea com ênfase no trecho entre Coari e Manaus. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; PEREIRA, Henrique dos Santos (Orgs.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso do recurso natural**. Manaus: EDUA, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes; 1990.

MARX, K. **El capital**. Buenos Aires, 1956, t. III.

MENDRAS, Henri. **Sociétés paysannes**. Paris: Armand Colin, 1976.

MORAES, Antonio C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª. ed. São Paulo: FFLCU/LABUR EDIÇÕES, 2007. v. 1. 184 p. (http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_aviovaldo.pdf, pesquisado em 10/04/13).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo, editora Contexto, 1996.

OLIVEIRA, M. J. B. **Impactos das Políticas Governamentais e Empreendimentos Privados em Manicoré**. Relatório final do Projeto de Pesquisa. Fapeam/2010.

OLIVEIRA, M. J. B. **Rio Madeira: Aspectos de uma geo-história**. Monografia, 84p. Curso de Geografia. Universidade do Estado do Amazonas- UEA. Manaus, 2011.

OLIVEIRA, M. J. B; SOARES, Ana Paulina A. **Os espaços rurais no Rio Madeira: os desafios diante do avanço capitalista e das políticas ambientais**. In: XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina -EGAL 2011, Costa Rica. Disponível em <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/3113>.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos Camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **“Por uma geografia do poder”**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Arindal Vinícius da Fonseca, **História do Nosso do Chão**. 1º edição – Manaus [s/d].

REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**. 2ª Edição, Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

SACK, R. **Human Territoriality. Its theory and history.** Cambridge University Press, (1986).

SANTOS, Milton. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985,

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **“O Dinheiro e o Território”.** Transcrição da Conferência de inauguração do Mestrado em Geografia da Universidade Federal Fluminense e abertura do ano letivo de 1999. Disponível em: www.uff.br/geographia.

_____. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Hucitec, 1982

SANTOS, José V. Tavares dos. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital.** São Paulo: Hucitec, 1985.

SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia.** São Paulo, T.A. Queiroz, 1980.

SAQUET, Marcos Aurélio. **O território: diferentes interpretações na literatura italiana.** Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente em 2001.

SHANIN, Teodor, **A definição do Camponês: conceituações e desconceituações, o Velho e o Novo em uma Discussão Marxista,** Estudos CEBRAP, n° 26, editora Vozes, 1980.

SILVA, Adnilson de Almeida; GIL FILHO, Sylvio Fausto. Geografia da religião da Festa de Santo Antônio em Borba: espacialidades religiosas na Amazônia ribeirinha. In KOZEL, Salete (org.). **Expedição Amazônica: desvendando espaço e representações dos festejos em comunidades amazônicas.** “A festa do boi-bumbá: um ato de fé”. Curitiba: SK Ed., 2009. Pp. 73-93.

SILVA, Marilene Corrêa da. **O Paiz do Amazonas.** Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas/Uninorte, 2004.

SILVA, Marilene Corrêa da. **A Amazônia Colonial.** Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1992.

STERNBERG, H.O.R. **A água e o homem na várzea do Careiro.** 2.^a ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.

SWITKES, Glenn (Org.). **Águas Turvas: Alertas sobre as conseqüências de barrar o maior afluente do Amazonas.** São Paulo: International Rivers, 2008.

TAVARES DOS SANTOS, José V. **Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital.** São Paulo: Hucitec, 1985.

TEIXEIRA, Carlos, **Servidão Humana na Selva,** Manaus: Valer, 2009.

TEIXEIRA, Pery; BRASIL, Marília, RIVAS, Alexandre Almir Ferreira. **Produzir e viver na Amazônia rural: estudo sociodemográfico de comunidades do Médio Solimões**. 2^a ed. rev. Manaus: Instituto I-piatam, 2008.

TEIXEIRA, S. A. **Os recados das festas: representações e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional de Folclore, 1988.

VERGÉS, Armando Bartra. **Os Novos Camponeses: leitura a partir do México profundo**. Tradução: Maria Angélica Pandolfi. São Paulo: Cultura Acadêmica; Catédra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

WOORTMANN, Klaas. 1990. "**Com parente não se negueia**". Anuário Antropológico. Número 87.